



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI - UNIVATES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

MESTRADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

**SESMARIAS, FAZENDAS, DESENVOLVIMENTO E
DESDOBRAMENTOS SOCIOAMBIENTAIS EM TERRITÓRIOS DA
BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TAQUARI DE MEADOS DO
SÉCULO XVIII A MEADOS DO SÉCULO XIX**

Moisés Ilair Blum Vedoy

Lajeado, dezembro de 2018

Moisés Ilair Blum Vedoy

**SESMARIAS, FAZENDAS, DESENVOLVIMENTO E
DESDOBRAMENTOS SOCIOAMBIENTAIS EM TERRITÓRIOS DA
BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TAQUARI DE MEADOS DO
SÉCULO XVIII A MEADOS DO SÉCULO XIX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, como parte da exigência para obtenção do grau de Mestre em Ambiente e Desenvolvimento.

Orientador: Dr. Luís Fernando da Silva Laroque

Lajeado, dezembro de 2018

UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI - UNIVATES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de Mestrado:

**SESMARIAS, FAZENDAS, DESENVOLVIMENTO E DESDOBRAMENTOS
SOCIOAMBIENTAIS EM TERRITÓRIOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO
TAQUARI DE MEADOS DO SÉCULO XVIII A MEADOS DO SÉCULO XIX**

Elaborada por

Moisés Ilair Blum Vedoy

Como requisito parcial para a obtenção do grau de

Mestre em Ambiente e Desenvolvimento

COMISSÃO EXAMINADORA:

.....
Prof. Dr. Luís Fernando da Silva Laroque (Orientador)
PPGAD/Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES

.....
Prof^a Dr^a Júlia Elisabete Barden
PPGAD/Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES

.....
Prof^a Dr^a Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

.....
Prof. Dr^a Marluza Marques Harres
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Lajeado, 21 de dezembro de 2018

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com bolsa taxa fornecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (PROSUC/CAPES) – código de financiamento 001. Agradeço a CAPES e a UNIVATES pelo auxílio na pesquisa e bolsa de estudos.

Agradeço ao professor e orientador Luís Fernando da Silva Laroque pela oportunidade. Agradeço também por participar com pesquisador voluntário dos projetos “Identidades étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS: história, movimentações e desdobramentos socioambientais” e ao Projeto de Extensão “História e Cultura Kaingang”, coordenados pelo professor Doutor Luís Fernando da Silva Laroque. Da mesma forma agradeço ter participado como bolsista de iniciação científica no Projeto de Pesquisa “Arqueologia, História Ambiental e Etnohistória do RS”, coordenado pela prof^a Dr^a Neli Tesesinha Galarce Machado.

Agradeço aos colegas Jones, Busolli e Tuani, pela parceria e auxílio ao longo de dois anos de mestrado. Agradeço a minha esposa Bia, pela paciência e apoio nos momentos de maior empenho.

RESUMO

A Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, localizada na região centro leste do estado Rio Grande do Sul, tem a sua ocupação humana registrada a pelo menos mil anos, até meados do século XVII a ocupação das áreas nos entornos do rio se fazia através da lógica espacial, predominantemente indígena. A partir da segunda metade do século XVII com a chegada do elemento europeu, tais como jesuítas e bandeirantes, essa estrutura ocupacional indígena passou por transformações. Entretanto, é na segunda metade do século XVIII que estas modificações se aceleram principalmente através do estabelecimento de sesmarias e fazendas nos entorno da Bacia do Rio Taquari que se voltam para atividades econômicas, as quais se estendem no decorrer da primeira metade do século XIX e acarretam transformações no ambiente. Frente ao exposto, o estudo teve por objetivo, compreender e analisar os desdobramentos provocados pelo estabelecimento das sesmarias e fazendas na segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX, relacionados principalmente aos conflitos ocorridos entre membros das sesmarias, das fazendas e indígenas Kaingang nos entornos da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, a implantação de atividades produtivas a partir de uma economia caracterizada pela agricultura, extração de recursos naturais e da posse de terras. A metodologia foi qualitativa e os procedimentos metodológicos consistiram no levantamento e análise de fontes bibliográficas e documentais, pesquisadas no Arquivo Histórico e Arquivo Público do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Como resultados, tendo como base para análise aportes teóricos da História Ambiental e História Agrária, evidenciou-se que, a intensificação do avanço da frente de expansão e pioneira lusa nos entornos do Rio Taquari na segunda metade do século XVIII e primeira metade do XIX, por meio do estabelecimento de sesmarias e fixação de fazenda, trouxe transformações econômicas através da agricultura e extração dos recursos naturais nos entornos do rio, principalmente da madeira. Também, novos elementos étnicos como sesmeiros/estancieiros, casais açorianos, caboclos ervateiros, pobres lavradores e escravizados negros, que trouxeram consigo um novo aparato material como moinhos d'água, ferramentas e construções, e possivelmente natural como animais e elementos florísticos inseridos através da atividade agrícola. Estes processos e práticas representaram uma ruptura no manejo dos espaços territoriais da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, principalmente em relação à privatização da terra, visto que, antes da chegada da frente lusa e do estabelecimento de sesmarias, fazendas e demarcação destas áreas, o manejo destes espaços seguia a lógica indígena, portanto representou uma primeira etapa econômica do projeto colonizador para a região, inserindo estas áreas na economia da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Sesmarias e Fazendas; Frente de expansão e pioneira; socioambiental; Bacia Hidrográfica do Rio Taquari

ABSTRACT

The Taquari River Basin, located in the eastern central region of the state of Rio Grande do Sul, has had its human occupation registered for at least a thousand years, until the middle of the seventeenth century the occupation of the areas in the river environments was done through space logic, predominantly indigenous. From the second half of the seventeenth century with the arrival of the European element, such as Jesuits and bandeirantes, this indigenous occupational structure underwent transformations. However, it is in the second half of the eighteenth century that these changes accelerate mainly through the establishment of sesmarias and farms in the surroundings of the Taquari River Basin that are turned to economic activities, which extend during the first half of the nineteenth century and entail changes in the environment. In view of the above, the objective of this study was to understand and analyze the consequences of the establishment of sesmarias and farms in the second half of the 18th century and the first half of the 19th century, related mainly to conflicts between members of the sesmarias, farms and Kaingang Indians in the surroundings of the Taquari River Basin, the implantation of productive activities from an economy characterized by agriculture, extraction of natural resources and the possession of land. The methodology was qualitative and the methodological procedures consisted in the survey and analysis of bibliographical and documentary sources, searched in the Historical Archive and Public Archive of Rio Grande do Sul, in Porto Alegre. As results, based on the analysis of the theoretical contributions of Environmental History and Agrarian History, it was evidenced that the intensification of the advance of the expansion front and pioneer Portuguese in the Taquari River environments in the second half of the eighteenth century and first half of the nineteenth, by means of the establishment of sesmarias and establishment of farm, brought economic transformations through the agriculture and extraction of the natural resources in the surroundings of the river, mainly of the wood. Also, new ethnic elements such as sesmeiros / estancieiros, Azorean couples, caboclos ervateiros, poor farmers and enslaved negroes, who brought with them a new material apparatus like water mills, tools and constructions, and possibly natural as animals and floristic elements inserted through agricultural activity. These processes and practices represented a rupture in the management of the territorial areas of the Taquari River Basin, mainly in relation to the privatization of the land, since before the arrival of the Portuguese front and the establishment of sesmarias, farms and demarcation of these areas, management of these spaces followed the indigenous logic, therefore represented a first economic stage of the colonization project for the region, inserting these areas in the economy of the Province of São Pedro do Rio Grande do Sul.

Keywords: Sesmarias and Farms; Expansion front and pioneer; socio-environmental; Taquari River Basin

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APERS – Arquivo Público do Rio Grande do Sul

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

PPGAD - Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento

PROSUC - Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Ensino Superior

LISTA DE FIGURAS, QUADRO E TABELA

Figura 1 - Mapa da Formação da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari	14
Quadro 1 – Tabulação de documentos do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs) e do Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APRS).	37
Figura 2 - Disposição dos estabelecimentos lusos no século XVIII, (em destaque a Colônia de Sacramento e Rio Grande).....	44
Figura 3 - Mapa jesuíta de 1630 que aparece o Tape, situação que perdurou até o final do século XVIII (em destaque o Rio Taquari)	46
Figura 4 - Mapa <i>de los confines del Brazil</i> de 1749 (em destaque o Rio Taquari)	55
Figura 5 - Mapa da Região Vale do Taquari	61
Figura 6 – Mapa com a localização de sesmarias e fazendas.....	80
Figura 7 - Mapa com a disposição das Fazendas e sesmarias de Ricardo Villa Nova, Antonio Xavier de Azambuja e Ignácio de Moraes a margem direita do Rio Taquari.....	82
Figura 8 – Tabela de Produção de Trigo.....	86
Figura 9 - Mapa da época com relevo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e a Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas, adaptado com a localização do Rio Taquari, direcionamento do estabelecimento de sesmarias e fazendas e principais núcleos urbanos ..	102
Figura 10 Mapa da Frente de Expansão e Pioneira em direção ao norte do Rio Taquari no final do século XVIII e início do século XIX.....	106
Figura 11 - Mapa com Freguesias e Capelas da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul de 1809.....	107
Figura 12 – Mapa da Fazenda de Victorino José Ribeiro	108

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLOGIA	26
2.1 Caminhos da pesquisa	26
2.2 Revisão da bibliografia.....	27
2.3 Aportes teóricos	31
2.4 Fontes Documentais	35
2.5 Metodologia e procedimentos metodológicos.....	38
3 PANORAMA POLÍTICO E SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL E O ESTABELECIMENTO DE SESMARIAS E FAZENDAS DE MEADOS DO SÉCULO XVIII ATÉ MEADOS DO XIX EM ÁREAS DA BACIA DO RIO TAQUARI.....	41
3.1 Contextualização política do sul da América portuguesa da segunda metade do século XVIII a primeira metade do XIX	41
4 ASPECTOS GEOAMBIENTAIS E OS GRUPOS SOCIAIS OCUPANTES DOS ENTORNOS DA BACIA DO RIO TAQUARI	60
4.1 Aspectos geoambientais da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari	60
4.2 Sesmarias e fazendas nos entornos do Rio Taquari: proprietários e características econômicas	72
5 ASPECTOS LIGADOS ÀS ATIVIDADES ECONÔMICAS DAS FAZENDAS E SEUS DESDOBRAMENTOS SOCIOAMBIENTAIS NO TERRITÓRIO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TAQUARI	102
5.1 Desdobramentos socioambientais nos entornos do Rio Taquari na primeira metade do século XIX.....	102
5.2 Aspectos da ocupação da frente lusitana no Rio Taquari e suas relações com a Província	

de São Pedro do Rio Grande do Sul	120
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERÊNCIAS	130
Documentais	130
Bibliográficas	132

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa elaborada como uma dissertação de mestrado tratou do estabelecimento da frente expansionista e pioneira lusa sobre os territórios nos entornos da Bacia do Rio Taquari de meados do século XVIII até meados do século XIX, localizados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. A intenção da pesquisa teve o desafio de demonstrar as características da ocupação lusa nos espaços onde atualmente é denominado politicamente como Vale do Taquari, e seus desdobramentos das atividades econômicas em tais espaços no período delimitado para o estudo. Salienta-se que apesar da utilização de teóricos de diferentes áreas, que dão um caráter interdisciplinar ao trabalho, este se faz primordialmente em uma perspectiva histórica.

A denominada região Vale do Taquari possuiu uma grande diversidade étnica e passou por várias fases de desenvolvimento econômico. Primeiramente com base em Ahlert e Gedóz (2001), tem-se as fazendas extrativistas com mão de obra escravizada, que cobrem, grosso modo, a primeira metade do século XIX, incrementando elementos sociais como açorianos e africanos, que se somavam aos já ocupantes indígenas. Uma segunda fase, que se inicia a partir da segunda metade do século XIX, com o estabelecimento de companhias colonizadoras e empresas imobiliárias que fomentavam o estabelecimento dos primeiros imigrantes alemães. Em relação à segunda metade do século XIX, “no Brasil do século XIX, bem como na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o projeto envolvendo a colonização recorria a Companhias Públicas e Particulares no que se refere à distribuição ou comercialização de terras” (TROMBINI, 2016, p. 19). E este processo foi feito em detrimento aos grupos étnicos anteriores a chegada de imigrantes alemães e italianos, pois “[...] a

ocupação deste vale tornou-se possível pela apropriação destes grupos étnicos e compra de terras por intermédio das companhias colonizadoras situadas na Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, no Vale do Taquari” (TROMBINI, 2016, p. 21). Neste sentido, se tem uma terceira fase com o estabelecimento dos imigrantes italianos, voltados para a agricultura de excedentes. No Vale do Taquari, “a ocupação das terras dos imigrantes italianos aconteceu através de compra por companhias colonizadoras em territórios nas encostas, na - região alta, as quais caracterizam-se planalto e montanha, localizadas na porção norte” (TROMBINI, 2016, p. 89). Esta estrutura econômica e ocupacional possibilitou a formação dos primeiros municípios como Estrela e Lajeado, já no século XIX. Estes, conforme Ahlert e Gedóz (2001) passaram a ter no comércio de produtos derivados da agricultura com a capital Porto Alegre a sua principal fonte de renda, e que conforme os autores, possibilitou o surgimento da indústria. O que fez com que no decorrer do processo histórico esta área se tornasse um ponto atrativo para as diferentes levas de grupos humanos, levando em consideração os nativos indígenas, e nos últimos três séculos, açorianos, alemães, italianos, além de grupos mais recentes como haitianos e senegaleses, dentre outros que nela passaram a se estabelecer. E neste sentido destaca-se a indústria alimentícia como o forte propulsor econômico, responsável por empregar grande parte da população local.

Conforme o Portal do Vale do Taquari, a agricultura é o principal propulsor econômico da região, possuindo o segundo maior índice de produtividade rural do Rio Grande do Sul, representando 17% da economia da região (PORTAL Vale do Taquari, 2019, texto digital). Segundo o referido Portal, a agricultura se desenvolveu por meio dos minifúndios através da diversidade da produção de culturas como a erva-mate, feijão, milho, uva, fumo, trigo, flores, arroz, dentre outras e as criações de corte de suínos e frango e de gado leiteiro, todos estes produtos citados, conforme o Portal são conectados e integrados à indústria local de alimentos. Em relação à indústria, o Portal aponta que o ramo alimentício é a principal vocação da região, com destaque para carnes, produtos derivados do leite (representando 20% da produção do Rio Grande do Sul), erva mate (produzida na região alta do Vale) e doces. Abastecendo grande parte do mercado gaúcho e exportando para mais de 100 países. Somando mais de 2 mil indústrias que empregam de forma significativa a população do Vale do Taquari, e faz com que a região se torne atrativa para pessoas de fora. Conforme o Plano de Desenvolvimento do Vale do Taquari – CODEVAT (CODEVAT, 2015). Em relação à exportação dos municípios, “[...] em 2015 verifica-se que Encantado toma a liderança com

24% das exportações do Vale do Taquari, seguido por Lajeado (21%), Roca Sales (10%), Muçum (8%), Arroio do Meio (8%), Westfália (7%) e Taquari (7%)” (CODEVAT, 2015, p. 50). Registrando em relação ao período de 2000 até 2015 um crescimento do PIB de 288,47%, e Per Capita da região no mesmo período, resultando em um crescimento de 365,11%. No setor industrial entre o ano 2000 e 2015 conforme o CODEVAT (2015) registrou-se um crescimento de 176,16%. Característica envolvendo a produção de gêneros alimentícios pode ser vista ao longo da história da região, pois desde tempos mais remotos a agricultura fora a principal atividade econômica dos entornos do Rio Taquari, portanto este trabalho procurou revisitar e demonstrar tal característica. Neste sentido, os resultados da investigação possibilitou refutar uma visão generalista até mesmo em trabalhos históricos regionais e, sobretudo, bastante presente no senso comum de que a agricultura surge com a chegada do imigrante alemão, ou seja, a investigação possibilitou constatar a agricultura, mas também outras atividades econômicas em um período anterior a segunda metade do século XIX. Levando em consideração o ambiente, no caso o rio, sua geografia e fauna, dentro de uma área geográfica denominada de depressão central, os quais foram fatores preponderantes para as características econômicas da região.

Por outro lado também, apresentaram-se os grupos humanos, que construíram nestes espaços a história, do que denominamos de região do vale do Taquari, principalmente os grupos nativos Kaingang e Guaraní, os imigrantes açorianos, imigrantes alemães e italianos dentre outros, como mais recentemente haitianos e senegaleses, conforme já referido. Vale salientar que os grupos indígenas foram os primeiros povoadores que compuseram o cenário étnico do atual Vale do Taquari, mas por muito tempo totalmente negligenciado pela historiografia regional.

A história do Vale do Taquari, a muito vem sendo explorada. Destaca-se o trabalho de uma história mais factual e tradicional, a exemplo dos estudos de Schierholdt (1993) e Ferri (2000), os quais deram maior ênfase à história política da região e alguns feitos da imigração europeia. Estes trabalhos, por muito tempo contribuíram para uma única versão da história regional presente no imaginário das pessoas, provocando vários equívocos, principalmente relacionados à compreensão de que os povos indígenas, escravizados africanos e luso-brasileiros fizeram parte da construção histórica da região muito tempo antes da chegada dos imigrantes.

Entretanto, aos poucos, este cenário vem mudando, principalmente em função do desenvolvimento de estudos científicos do setor de arqueologia da Univates, do Curso de Graduação em História e das pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES. Ao menos em nível acadêmico, estas investigações vêm sendo produzidas na instituição ao longo das últimas duas décadas. Dentre alguns dos trabalhos que buscam reconstituir a história do Vale do Taquari em uma nova perspectiva, trazendo atores como indígenas, açorianos, escravos africanos, sesmeiros, fazendeiros, além dos imigrantes alemães e italianos dentre outros, que descrevem uma história muito mais rica em termos humanos, aponta-se os estudos de Fiegenbaum (2006), Kreutz (2008), Schneider (2008), Franz (2009), Silva (2009), Wolf (2010; 2012; 2016), Lappe (2012; 2015), Relly (2013), Schneider (2014), Vedoy (2015), Busolli (2015), Silva (2016), Pires (2016), Cristo (2016), Invernizzi (2017), Rosa (2017), Prestes (2018), Schmitt (2018), por exemplo. Para além dos trabalhos desenvolvidos na Universidade do Vale do Taquari, uma significativa pesquisa é a de Christillino (2004), desenvolvida como dissertação de mestrado na Universidade do Vale do rio dos Sinos, que apresenta um panorama amplo do processo de apropriação das terras no Vale do Taquari.

Esta investigação buscou demonstrar uma nova perspectiva sobre a história econômica e ambiental do Vale do Taquari, levando em consideração aspectos teóricos relacionados à história ambiental. Contudo considerando não somente a perspectiva ambiental, com vista a evitar anacronismos teóricos, visto que não seria possível pensar em uma consciência ambiental no século XVIII e XIX, mas principalmente a relação entre homem e ambiente. Isto é, também levando em consideração a história econômica e agrária ou rural, para pensar os entornos territoriais e sociais da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, inseridos dentro de um amplo processo político, econômico e agrário do Brasil meridional, além da perspectiva da etnohistória, na qual se utiliza teóricos da antropologia para a compreensão dos contatos interétnicos, pensando a relação entre os grupos indígenas Kaingang e membros das fazendas, como trabalhadores e escravos. Vale salientar que os indígenas que viviam nos territórios foram excluídos ou marginalizados no processo de ocupação e atividade econômica sobre estes espaços durante o século XIX.

A compreensão das questões envolvendo o objeto estudado – territórios e entorno da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari – conforme mapa (FIGURA 1) precisa ser visto e

Do ponto de vista econômico, os interesses políticos da coroa em relação à ocupação do sul da América portuguesa está à inserção econômica da futura Província de São Pedro do Rio Grande do Sul a metrópole portuguesa nos trópicos. Inicialmente se tem o interesse pelo chamado gado muar que serviam para transporte na região das Minas Gerais, a onde no início do século XVIII fora encontrada uma rica quantidade de minerais preciosos, e que ao longo de tal século apresentou-se o carro chefe da economia colonial portuguesa no Brasil. Assim, o Rio Grande do Sul, se insere como corredor de passagem do gado muar através do contrabando oriundo da América espanhola, direcionados para as áreas montanhosas de Minas Gerais. Também outra forma de inserção na economia colonial tratou-se da apreensão de gado que eram destinados a Sorocaba em São Paulo.

Estes dois primeiros momentos econômicos estão relacionados à ocupação inicial colonizadora dos chamados Campos de Viamão², para onde parte dos grandes estancieiros de Laguna se transferia na busca por novas fortunas. Um terceiro momento econômico está relacionado à agricultura, e está produzida em larga escala nas áreas da chamada depressão central do Rio Grande do Sul pela instalação de casais açorianos, e estabelecimento de sesmarias e fazendas aonde se desenvolveu principalmente o cultivo do trigo direcionado ao centro da colônia, além da agricultura diversificada de produtos como feijão, milho e mandioca dentre outros, o que garantia o auto sustento interno.

Em relação aos territórios da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, o modelo ocupacional a partir desta expansão da frente lusa se fez através da doação de sesmarias e a criação de fazendas, sendo este o objeto de estudo desta pesquisa. É através da distribuição das sesmarias e estabelecimento de fazendas que é possível mapear a ocupação e o modelo de atividade econômica implantado entre os séculos XVIII e primeira metade do século XIX. Pois durante este período foi verificado através da documentação pesquisada a intensificação do estabelecimento de sesmarias e fazendas nos entornos do Rio Taquari. A partir disto, apontar os diferentes atores e os desdobramentos tendo em vista a implantação deste modelo ocupacional e econômico trazido com a frente lusa, que podem ser vistos através da privatização da terra, implantação da agricultura, exploração da flora, inserção de novos

² Nome que denominava a posse lusa de toda a região noroeste e leste do atual estado do Rio Grande do Sul no século XVIII.

elementos sociais como africanos escravizados, pobres lavradores e ervateiros, que transformaram os entornos da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari.

Os principais termos, conceitos ou categorias utilizados no trabalho são Sesmarias, Estâncias ou Fazendas e Bacia Hidrográfica. Sendo assim, **Sesmaria**, tratou-se da principal ferramenta administrativa de distribuição de terras no período colonial, eram doadas pelo governo português com o objetivo de ocupar as áreas do Brasil ainda inexploradas e salvaguardar os interesses portugueses no Brasil. Conforme Faoro (2012) a sesmaria era o modelo ocupacional agrário medieval português, que no Brasil colônia se estabeleceu no século XVII por meio da concessão de extensivos lotes de terra para o incentivo da cultura de *plantation* e de ocupação territorial, e era feito através da petição ao Rei, que perdurou até 1822. A lógica jurídica o obrigava em um prazo de três anos que o “beneficiário deveria ter sua sesmaria povoada e cultivada” (GORENDER, 1992, p. 381). No Rio Grande do Sul colonial, conforme Kühn (2007), “as terras eram concedidas aos povoadores por meio das sesmarias (em média 3x1 léguas)” (KÜHN, 2007, p. 53). As **Estâncias ou Fazendas** foram as estruturas produtivas postas sobre as sesmarias, no caso das fazendas, nos documentos de auto de medição, elas aparecem a partir do século XIX como referência de posse dos donos das terras no entornos do Rio Taquari para o período. Conforme Osório (2006), o termo denomina uma unidade produtiva, com a ressalva de que “no século XVIII ele significava simplesmente *propriedades em que se cria gado*, não possuindo a conotação de grandes propriedades” (OSÓRIO, 2006, p. 82, grifo do autor). Porém, Osório (2006) aponta que este termo pode ser utilizado para todas as unidades produtivas, pois conforme dados arrolados pela autora, a grande maioria das estâncias do período dependiam ou se utilizavam da agricultura como meio de sustento econômico. Tratando-se de **Bacia Hidrográfica** é utilizada como uma denominação mais abrangente para toda a estrutura de drenagem e afluentes do Rio Taquari. Conforme Arruda (2016) a bacia hidrográfica traz o rio como centro de análise espacial.

A pesquisa apresenta o seguinte problema: Quais foram os desdobramentos socioambientais provocados a partir do surgimento das sesmarias e da implantação de atividades produtivas ligadas às fazendas instaladas em áreas da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, entre meados do século XVIII até meados do século XIX?

Os dados pesquisados permitem o levantamento da hipótese de que a implantação das atividades produtivas das sesmarias e fazendas, ligadas à agricultura, extração da madeira

e da posseção de terras, impactou o cenário do Rio Taquari e adjacências. Visto que, com a colonização as atividades produtivas impuseram uma nova perspectiva sobre o território, principalmente em relação ao uso exclusivo e privado da terra e no que diz respeito a toda uma exploração econômica dos recursos naturais. Tal situação acarretou desdobramentos socioambientais, tanto para os indígenas Kaingang devido as modificações no ambiente com o qual tinham toda uma relação social e cultural e de onde retiravam parte de sua subsistência, como pela chegada dos demais atores sociais como sesmeiros/estancieiros, casais açorianos, ervateiros, pobres lavradores e negros escravizados, os quais passaram a manejar o território de acordo com ditames econômicos de captação de recursos naturais e valorização das possesões.

O objetivo Geral consistiu em compreender e analisar os desdobramentos provocados pelo estabelecimento das sesmarias e fazendas na segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX, relacionados principalmente aos conflitos ocorridos entre membros das sesmarias, das fazendas e indígenas Kaingang nos entornos da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, a implantação de atividades produtivas a partir de uma economia caracterizada pela agricultura, extração de recursos naturais e da posseção de terras.

Objetivos Específicos são:

a) Contextualizar elementos políticos e socioeconômicos para o estabelecimento de sesmarias a partir da segunda metade do século XVIII, em áreas territoriais da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari;

b) Contextualizar elementos relacionados ao estabelecimento das fazendas, dos grupos humanos e possibilidades naturais para o estabelecimento de uma determinada economia nos entornos da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari ao longo da primeira metade do século XIX;

c) Localizar as sesmarias e fazendas que se instalaram em espaços do Rio Taquari e verificar em que sentido os documentos possibilitaram indicar seus proprietários e características econômicas;

d) Compreender aspectos ligados à possibilidade econômica das fazendas e seus desdobramentos socioambientais sobre o território da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari.

O trabalho justificou-se pela relevância em estudar os grupos que fizeram parte da construção socioambiental dos territórios pertencentes à Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, onde atualmente tem-se o Vale do Taquari, principalmente para compreender o modelo econômico estabelecido e os desdobramentos socioambientais deste espaço. Visto que nos últimos anos a pesquisa em história tem demonstrado interesse em relação à questão socioambiental e se mostra um tema de extrema relevância neste sentido. Enfatiza-se ainda que, conforme foi constatado na revisão bibliográfica, trabalhos nesta perspectiva são praticamente inexistentes para territórios da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari para o período em questão.

Salienta-se também que a presente proposta se conectou a linha de pesquisa Espaço e Problemas Socioambientais do Programa de Pós-graduação em Ambiente e Desenvolvimento, pelo fato de analisar o estabelecimento de sesmaria e da fundação de fazendas, a relação do homem com o ambiente em áreas do ecossistema da Bacia hidrográfica do Rio Taquari. Sendo assim, a pesquisa realizada para o mestrado justificou-se pelo fato de avançar na análise, voltando-se especificamente para o estabelecimento das sesmarias e fazendas na segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX no que se refere ao modelo econômico e os aspectos socioambientais em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, haja vista que somente a monografia de Gregory (2015) e a dissertação de Pires (2016), respectivamente analisando a constituição da Fazenda da Estrella e o trabalho escravo e suas implicações na paisagem urbana e rural de Taquari, Estrella e Santo Amaro, abordaram a questão, mas não na perspectiva que foi tratada na presente pesquisa.

A perspectiva teórica que possibilitou uma análise no sentido de buscar entender desdobramentos socioambientais, é a da história ambiental que de acordo com Pádua (2010) trata-se de uma análise aberta e não reducionista, possibilitando investigar o sistema social frente ao sistema natural ao longo do tempo. No caso deste trabalho, possibilitou a abrangência de levar em consideração a estrutura econômica, o contexto político, o avanço agrário, e a perspectiva antropológica dentro de uma esfera ampla do social, frente à interação

com os sistemas naturais em um período de cem anos em um recorte espacial específico, a Bacia do Rio Taquari, da segunda metade do século XVIII até a primeira metade do século XIX.

Como salienta Pádua (2010), a discussão em história ambiental gerou ou gera certo desconforto entre os historiadores, visto que, pode se confundir a pesquisa científica com política. Pois a questão ambiental a pelo menos meio século vem sendo tema de debate político, e concomitante também se desenvolveu neste período a pesquisa em história ambiental. Frente a isto, conforme o autor se faz necessário a separação entre a história ambiental e o ambientalismo, para manter o rigor científico, e para não perder a emergência no cerne do debate acadêmico, que desestabilizou as ciências como um todo.

Conforme Pádua (2010), a primeira das emergências diz respeito à capacidade do homem em produzir impactos sobre o ambiente, e estes impactos se voltar contra o mesmo homem. O segundo em função do deslocamento dos marcos cronológicos mundiais no século XX, momento em que a História Ambiental surgiu e o terceiro a emergência da compreensão de que a natureza sempre passou por um processo de construção e reconstrução ao longo da história, e esta foi feita pelos diferentes grupos, humanos e não humanos, que fazem uso desta natureza. Portanto, isto dá à natureza um sentido histórico próprio e independente do homem, pois até então a base teórica científica ainda se baseava somente no modelo da razão instrumental.

Neste sentido, no que diz respeito à Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, foi vista uma carência em relação a trabalhos de cunho histórico que levem em consideração aspectos atinentes a história ambiental. Principalmente aspectos relacionados à relevância do ambiente na formação econômica, política e agrária, e na relação dos grupos humanos que nele viviam, como as parcialidades indígenas, e que a partir da chegada do elemento europeu interagiram com base no conhecimento dos sistemas naturais que cada um dos grupos possuía o que levou a momentos conflituosos e que a perspectiva teórica da história ambiental permite inferir uma análise antropológica.

Nesta perspectiva, em relação aos ocupantes tradicionais indígenas e a nova leva de grupos humanos que passaram a se estabelecer nos entornos da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, pode se considerar que a área nos entornos do rio tratava-se de uma zona de

fronteira. Vale salientar que a zona dos limites através do texto “Procura-se o coração dos limites” (1994), de Zilá Mesquita, onde a autora traz reflexões acerca do conceito de limites. Mesquita (1994) trabalha sobre pesquisas empíricas tendo em vista a busca por autonomia territorial a partir deste conceito clássico da Geografia Política. A autora utiliza Peter Taylor para distinguir “fronteira” como em frente ou lança da civilização, e “limites” como fins. Neste sentido limite se define pela separação e fronteira pelo contato. Contato que pode ser verificado ao longo do trabalho.

Na busca por distinguir limite e fronteira em que limite não pode ser povoado enquanto que a fronteira pode ser densamente povoada, a divisa é o aspecto visível do limite. Podendo ser acidentes naturais como curso d`água ou montanhas. Já o limite de um Estado Nacional faz referência a uma linha imaginária. Para auxiliar na compreensão de limite e fronteira, Zilá Mesquita defende que limite e fronteira estão interligados a outros dois conceitos, o conceito de território e do de territorialidade. A fronteira seria primeiramente o espaço de divisa entre territórios soberanos distintos, mas o que realmente impõe a característica da fronteira é a territorialidade, marcada por impulsos internos de identidade conforme a autora. Então o que marca o diferencial para a compreensão de fronteira neste trabalho é a territorialidade Kaingang frente a territorialidade da frente lusa, e que caracteriza a Bacia do Rio Taquari na segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX, como uma área de fronteira onde as distintas territorialidades se encontram, e o Rio Taquari se apresentam como cenário de contato, dentro da depressão central um ponto de inflexão para os diferentes grupos como indígenas Kaingang e membros da frente lusa, como pardos, agricultores, africanos escravizados, estancieiros e sesmeiros que nestes espaços buscavam uma possibilidade econômica e de manutenção da territorialidade.

Importante neste sentido é a caracterização desta fronteira, que é marcada pela expansão demográfica lusa sobre as áreas tradicionalmente ocupada pelos nativos Kaingang. E nesta linha utilizou-se do trabalho de Martins (1997), e seu conceito de frente de expansão e pioneira. O conceito de frente de expansão e frente pioneira conforme o autor começa a ser introduzido no Brasil na década de 1950 nos trabalhos de Darcy Ribeiro com a análise de mercado e deslocamento. Outro trabalho relevante conforme Martins (1997) é o de Roberto Cardoso de Oliveira, na qual a fronteira começa a ser trabalhado como um espaço de fricção interétnica, trazendo a totalidade dialética, apresentando a fronteira como lugar da contradição

e conflito. Martins (1997) diferencia a análise dos geógrafos, aonde a frente pioneira é uma das faces da expansão do capital, ou reprodução capitalista. Já para os antropólogos trata-se a frente de expansão não sendo necessariamente capitalista. Neste contexto Martins (1997) reintroduz a visão de Turner de civilização e barbárie e os limites da civilização de Ribeiro e transforma a fronteira como um espaço trágico e de destruição de fronteira econômica e demográfica. Por fim, Martins (1997), diferencia frente de expansão e frente pioneira, sendo que a frente de expansão é estágio inicial de contato onde as relações não necessariamente precisam ser mediadas pelas forças capitalistas. Nela existe uma grande diversidade de personagens, atividades políticas e econômicas, e que no Brasil se caracteriza pela falta da propriedade formal. Esta frente pode se desdobrar posteriormente em uma frente pioneira em que as relações são medidas pelas forças capitalistas de pioneirismo e desenvolvimentismo. No caso desta pesquisa, a frente de expansão lusa entrou em choque com os nativos Kaingang, desarticulando a sua estrutura política e econômica nos entornos da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari e adjacências, estabelecendo com os indígenas uma fronteira. Se desdobrando, em um segundo momento, em uma frente pioneira, através do desenvolvimento da atividade econômica da agricultura e extração dos recursos naturais nos entornos do Rio Taquari com vista a atender a economia sul rio-grandense.

Conforme exposto, esta perspectiva teórica possibilita a análise dos diferentes grupos para além dos limites políticos, abarcando as transformações econômicas e sociais e seus impactos sobre o espaço em estudo, com a implantação do modelo luso e de transformações da paisagem nos entornos da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari. Segundo Santos (2010), a natureza passa a ser aprendida pelo homem e representada por uma junção de séries de axiomas. A paisagem é uma imagem fragmentada do espaço sujeita a interpretação, já que a natureza existe por si só, não pode ser produzida por nós. A natureza existe em si, não depende da nossa consciência para existir, portanto a natureza como espaço existe, e essa existência precede a essência que é a interpretação que o homem a partir de uma perspectiva fenomenológica dá para uma parcela do espaço e transforma em paisagem.

O homem estabelece uma essência para a natureza, podendo ser pensada teoricamente como um objeto de estudo, apesar de sabermos que ela existe independente do homem. Mas ao classificarmos como essência, os dados da paisagem é a imagem da representação. E assim conforme Santos (2010), a paisagem se torna a produção do espaço.

Neste sentido, segundo o autor, as sociedades produzem e reproduzem e transformam a paisagem em função de uma lógica cujo resultado se torna matriz, e essa matriz que entra em disputa no momento do contato. Neste trabalho buscou-se também apresentar essa disputa, caracterizando a pela violência nos entornos da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari no século XIX. Pois o aparato documental que será apresentado nos capítulos, demonstrou conflitos entre os indígenas Kaingang e membros da frente lusa, estando as fazendas e sesmarias no centro desta disputa, pois as mesmas se inserem na compreensão da paisagem dos entornos do Rio Taquari para os Kaingang e a frente expansionista e pioneira lusa.

Em relação à perspectiva econômica, a visão geral de economia está calcada na maximização da utilização dos recursos perante o tamanho populacional, em que são levados em consideração na maioria dos casos, “o tamanho da população, seus gostos, a distribuição de recursos e a tecnologia” (LEÃO, CARVALHO, 2008, p. 539). Denominado pela economia como método estático comparativo, os autores caracterizam este modelo como estático e anti-histórico, em que os resultados levam de um campo estático a outro, sem considerar a relativização dos processos históricos. Não considerando as motivações do desenrolar do estabelecimento dos parâmetros, do surgimento de tecnologias, as dinâmicas populacionais, os gostos, como se a economia se solidifica do nada sobre um ambiente estático.

Schumpeter no início do século XX critica este modelo estático, e expõe dois aspectos: o primeiro, relacionado à importância da concorrência, apresentando a força do capitalismo na sua capacidade de destruição e criação, e que foi chamado de destruição criadora; o segundo é o aspecto da penetração do capitalismo em áreas da vida humana para além da simples subsistência e utilização de recursos. “Isso cria uma tendência à mudança social e política, dando outros aspectos de cunho histórico ao capitalismo” (LEÃO, CARVALHO, 2008, p. 540). O que expande a relação do homem com a economia para as relações afetivas, como é o caso dos arranjos matrimoniais, em nome da acumulação de patrimônio e a abstração da transformação de terra e escravos em capital.

Adam Smith, no século XVIII, deu início à compreensão humana da dicotomia entre homem e natureza, exaltando o capitalismo com objeto novo, que nasce justamente em um contexto de alavanca mecanicista da percepção do homem em relação à natureza, com o surgimento da Ciência Moderna. Momento no qual, este se expressa “na contraposição, entre o ‘estado rude e primitivo que precede a apropriação privada da terra e a acumulação de

riquezas’, e o estado da sociedade que Smith estuda” (LEÃO, CARVALHO, 2008, p. 541). Nesta relação pode se pensar esta dicotomia entre homem e natureza, bem exemplificado na privatização e capitalização da terra, como um valor étnico e histórico.

Leão e Carvalho (2008) salientam que apesar de Adam Smith apontar para uma sociedade que dispensa política, pelo menos aos moldes dos mercantilistas do Antigo Regime, acaba por recolocar a política e o caráter histórico, através do conflito no momento da privatização da terra. Da mesma forma David Ricardo, também ressalta este momento conflituoso, no avanço da privatização das terras na Inglaterra do século XVIII, e as desigualdades conseqüentes, portanto a economia surge de conflitos históricos. Em relação a Adam Smith e David Ricardo, tem-se:

Nesses dois autores, como percebemos, há uma visão clara do capitalismo como um sistema progressivo, mas enredado nas lutas sociais do seu tempo, envolvendo antagonismos entre as classes sociais. É nesse sentido que eles fazem economia política e não, como vai denominar-se a economia convencional, meramente economia pura ou economia (LEÃO, CARVALHO, 2008, p. 542).

Desta historicidade política e econômica que surge a produção marxista a partir de Marx no século XIX, levando em consideração os conflitos e os níveis de produção material da vida humana, aonde há o ponto central está na contradição e caráter revolucionário das classes ao longo dos processos históricos. Neste sentido, o modo de produção se alastra para todas as relações morais, políticas, religiosas e jurídicas.

Em primeiro lugar Leão e Carvalho (2008) dizem que a compreensão histórica possibilita uma interpretação das transformações socioeconômicas como simples redução a mudança de sociedade tradicional para a moderna, e em segundo, auxilia para fugir do reducionismo evolucionista típico do século XIX, e compreender não somente o domínio do homem sobre a natureza, mas como os grupos humanos envolvidos se relacionam com o ambiente em uma relação recíproca de transformação de ambos, homem e natureza. Essa dicotomia que a História Ambiental desde a segunda metade do século XX busca dissolver.

Ainda segundo Leão e Carvalho (2008), neste sentido também é necessário fugir dos equívocos comuns cometidos principalmente pelos primeiros analistas marxistas³ do Brasil,

³ Conforme Leão e Carvalho (2008) forjou-se um economicismo em que o desenvolvimento econômico do Brasil era um simples reflexo da ordem capitalista externa.

que buscavam de forma anacrônica transpor modelos europeus para a História do Brasil. Conforme Hollanda e Gonçalves (1990), estes modelos ortodoxos de análise levavam como base o Programa da Internacional Comunista da década de 1920 para explicar a dinâmica social do Brasil. Ainda conforme Hollanda e Gonçalves (1990), autores como Caio Prado Junior, que apesar de marxista, apontam para outro sentido, buscando demonstrar a inadequação destes modelos de análise, estabelecendo uma categoria específica, que é a de economia colonial. Aonde aparece o caráter de desigualdade anterior e de falta de soberania política. Conforme Leão e Carvalho (2008), da mesma forma que Celso Furtado (1979) busca outros parâmetros na economia colonial e no problema da distribuição da terra para estabelecer o chamado capitalismo subdesenvolvido. É o caráter histórico da economia junto com a perspectiva da história agrária específica do Rio Grande do Sul do século XIX, que interessa neste trabalho. Pois análise passa pela compreensão da apropriação de terras que foram capitalizadas em um curto espaço de tempo.

Com base em Rostow (1971), caracteriza uma sociedade tradicional pela dependência da agricultura, pela pouca mobilidade social, e pela utilização de trabalho escravo. “Uma sociedade tradicional é aquela cuja estrutura se expande dentro de funções de produção limitadas, baseada em uma ciência e tecnologia pré-newtonianas” (ROSTOW, 1971, p. 16). Conforme ainda Rostow (1971) a sociedade tradicional se caracteriza por um teto de produtividade, este teto seria os limites tecnológicos e operacionais da etapa. Que no caso dos entornos do Rio Taquari, estas limitações se expandem durante todo o período estudado, entre o final do século XVIII e primeira metade do XIX, mas também avança estas limitações tecnológicas para o século XX. Segundo Rostow (1971), em função da total dependência da agricultura, desse sistema, “originava-se uma estrutura social hierarquizada... os vínculos de família e de clã exerciam importante papel na organização social” (ROSTOW, 1971, p. 17), possibilitando a conexão entre o econômico e o social. Que no caso dos entornos do Rio Taquari, se configurou uma sociedade com famílias de prestígio econômico e social em meio a uma estrutura escravista. Alinhando a definição do desenvolvimento para as sociedades tradicionais com para os entornos da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari no final de século XVIII e primeira metade do século XIX, a partir da perspectiva de Rostow (1971) e Furtado (1979), pode-se dizer que a capacidade do estabelecimento de uma atividade econômica está conectada a capacidade de se apropriar dos recursos naturais e dos excedentes. Uma típica agricultura tradicional:

A agricultura tradicional se caracteriza pelo estado praticamente estacionário das técnicas que utiliza. Desta forma a expansão da agricultura tradicional se realiza mediante a incorporação de fatores de produção que ela já utilizou no passado, tais como mão de obra, terra, água (FURTADO, 1979, p. 217).

Em relação à estrutura desta dissertação, ela se divide em seis partes ou capítulos. Inicialmente temos a primeira parte que é a presente introdução onde está sendo apresentado o trabalho. No capítulo 2 “Fundamentação teórica e metodologia” serão apresentadas os aportes teóricos, o referencial bibliográfico, a documentação utilizada e a metodologia. No capítulo 3 “Panorama político e socioeconômico do Rio Grande do Sul e o estabelecimento de sesmarias e fazendas de meados do século XVIII até meados do século XIX em áreas da Bacia do Rio Taquari” será apresentado o contexto político e econômico do Rio Grande do Sul da segunda metade do século XVIII a primeira metade do século XIX. Contextualizando aspectos políticos e socioeconômicos para o estabelecimento de sesmarias no final do século XVIII, em áreas da Bacia do Rio Taquari. No capítulo 4 “Aspectos geoambientais e os grupos sociais ocupantes dos entornos da Bacia do Rio Taquari” serão identificados aspectos geoambientais das sesmarias e fazendas e características dos grupos sociais ocupantes dos entornos da Bacia do Rio Taquari ao longo da segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX, além de localizar as sesmarias e fazendas que se instalaram em espaços do Rio Taquari identificando os proprietários e características econômicas. No último, o capítulo 5 “Aspectos ligados às atividades econômicas das fazendas e seus desdobramentos socioambientais no território da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari”, serão apresentados aspectos ligados às atividades econômicas das fazendas e seus desdobramentos socioambientais relacionados ao manejo dos territórios no entorno da Bacia do Rio Taquari e os novos ocupantes destas áreas. Por fim, consta as considerações finais e as referências documentais e bibliográficas utilizadas na dissertação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLOGIA

Neste capítulo serão apresentados os caminhos da pesquisa, aportes teóricos e o referencial bibliográfico, a documentação utilizada e a metodologia. Como referencial teórico utilizou-se, principalmente de autores que tratam sobre a História Ambiental, História Agrária, Desenvolvimento Econômico e categorias geográficas como paisagem, fronteira e frente de expansão e pioneira. Na sequência também será apresentado as fontes documentais manuseadas e os procedimentos metodológicos utilizados para a pesquisa.

2.1 Caminhos da pesquisa

A pesquisa e a escrita para este trabalho foi desenvolvida ao longo dos anos de 2017 e 2018, período em que fui contemplado com uma bolsista taxa PROSUC/CAPES no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari, cursou-se as disciplinas do programa, qualificou-se o projeto, realizou-se a proficiência em inglês e na condição de bolsista realizou-se por um semestre o estágio de docência em disciplina do ensino superior no Curso de Graduação em História. Somado a isto se atuou como professor da rede estadual de ensino do Estado do Rio Grande do Sul. A temática investigada é um desdobramento da pesquisa realizada para o trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em História no ano de 2015, que por sua vez foi originada da pesquisa desenvolvida quando bolsista de iniciação científica da Univates e da FAPERGS entre 2012 e 2015, orientada pelo professor Doutor Luís Fernando Laroque, nos projetos de pesquisa “Análises e Perspectivas Geoambientais da Arqueologia e seus reflexos na cultura do Vale do Taquari/RS/” e “Arqueologia, História Ambiental e etnohistória do Rio Grande do Sul” ambos coordenados pela Professora Doutora Neli Galarce Machado, vinculados ao Programa

de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da UNIVATES. Ao longo da atuação como bolsista e do trabalho de conclusão de curso foram trabalhadas questões envolvendo conflitos entre sesmeiros, fazendeiros, imigrantes alemães e indígenas Kaingang em territórios da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas e do Caí ao longo do século XIX. Vale salientar que no decorrer da investigação de mestrado o autor desta dissertação esteve vinculado ao Projeto de Pesquisa “Identidades étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS: história, movimentações e desdobramentos socioambientais” e ao Projeto de Extensão “História e Cultura Kaingang”, coordenados pelo professor Doutor Luís Fernando da Silva Laroque, onde atuou como pesquisador voluntário e onde a dissertação de mestrado se insere como produção científica.

2.2 Revisão Bibliográfica

Dentre a bibliografia utilizada destacam-se algumas obras. Em relação à ocupação humana do período pré-colonial e colonial da porção sul da América portuguesa vale destacar o trabalho de Noelli intitulado “*A ocupação humana no sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectiva*” (1999/2000). Relacionado à história do Rio Grande do Sul para o período colonial, temos também o trabalho de Silva “*Estratégias materiais e espacialidade: uma Arqueologia da Paisagem do Tropeirismo nos Campos de Cima da Serra/RS*” (2006). Vale salientar que para o contexto de ocupação colonial, os principais trabalhos que foram utilizados são os de Kühn, respectivamente, “*Gente da fronteira: sociedade e família no sul da América portuguesa – século XVIII*” (2004) e “*Gente da Fronteira: Família e Poder no Continente do Rio Grande – Campos de Viamão, 1720- 1800*” (2014). Nestes estudos autor analisa a ocupação colonial a partir das estratégias familiares de expansão patrimonial dentro de um projeto português de ocupação do sul de suas possessões.

Para a compreensão da ocupação dos espaços do Rio Grande do Sul no século XVIII, e o estabelecimento dos açorianos no Rio Grande do Sul, foi utilizado o trabalho de Scott em “*Gentes das Ilhas”: repensando a imigração do Arquipélago dos Açores para a capitania d Rio Grande de São Pedro no século XVIII*” (2014) que apresenta a perspectiva da ocupação dos açorianos. Dentro deste contexto relacionado à Bacia Hidrográfica do Rio Taquari temos Kühn “*Breve história do Rio Grande do Sul*” (2007) e Tiburi “*Charqueadores, estancieiros*

e vereadores: elites econômicas e políticas nas margens do Jacuí (São Jerônimo – XIX)” (2011), segundo os quais os demarcadores dos Campos de Viamão no século XVIII são: ao norte era o rio Mambituba e ao sul a baliza fluvial do Guaíba.

No período em análise, a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul caracterizava-se como uma fronteira em movimento onde a Coroa portuguesa passou a ter interesse político e econômico. Os trabalhos de Pesavento “*A Revolução Farroupilha*” (1986) e Osório “*Estrutura agrária e ocupacional*” (2006) apontam que a solução foi à incorporação social de uma elite militar que garantisse a soberania sobre o território. Com o objetivo de incorporar os espaços em direção a oeste, ao longo dos territórios das Bacias Hidrográficas do Jacuí, Pardo e do Taquari-Antas, através da concessão de sesmarias.

Ainda em relação ao contexto mais geral da ocupação do sul do Brasil nos séculos XVIII e XIX, há trabalho como: Reichel em “*As raízes históricas do Mercosul: a Região Platina colônia*” (1996), Golin “*A Fronteira*”(2002), Gorender “*O escravismo colonial*”(1992), Barroso “*O tropeirismo na formação do sul*”(2006), Farinatti, “*Confinos Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*”(2007) e Fausto “*História concisa do Brasil*” (2014). Todas estas obras auxiliam para mapear um panorama geral da formação da chamada Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, possibilitando identificar a ocupação espanhola da província; o avanço português; as disputas entre as duas coroas, a relação de fronteira, além de um panorama geral do contexto do Brasil no período, principalmente em relação ao modelo econômico da época. Sendo assim, as referidas bibliografias servem para a compreensão da ocupação dos entornos do nosso espaço de estudo, para que a transição entre uma escala menor, relacionada a uma história mais geral, ou seja, americana e brasileira, possa ser feita de forma a não distorcer a escala maior, tendo em vista que o enfoque desta investigação trata dos entornos territoriais da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari.

Em relação ao referencial bibliográfico para a Bacia Hidrográfica do Rio Taquari do final do século XVIII ao início do XIX, este não é tão vasto. Sendo muitas destas bibliografias relacionadas a um modelo de escrita já há muito ultrapassado pela historiografia, mas que não deixam de ter o seu valor, visto que, se tratam de obras com um grande número de informações, que nos possibilitam especular sobre a ocupação dos espaços no entorno da referida bacia hidrográfica.

Dos trabalhos mais antigos sobre a história do Taquari-Antas, temos o trabalho de Costa e Silva “*São José de Taquari: A história de minha terra*” (1972), o qual aborda desde a chegada dos primeiros casais açorianos, o estabelecimento dos primeiros fazendeiros e sesmeiros, o desmembramento da região da freguesia de Triunfo, da qual fazia parte até 1765. Além da instalação da primeira capela nomeada de São José no século XVIII e desenvolvimento de uma rede de sociabilidade. O trabalho de Costa e Silva, apesar de ter forte apelo militar em relação aos primeiros ocupantes, leva em consideração o contexto mais abrangente de uma identidade local na qual o autor se inscreve, também trata dos pobres casais açorianos que se estabeleceram naquele espaço. Vale salientar que se torna uma riquíssima ferramenta na busca de um mapeamento documental para a pesquisa, pois talvez tenha sido um dos primeiros autores a se dedicar à escrita e a pesquisa histórica da região de São José do Taquari.

Ainda dentro das obras com influencia deste modelo, destacam-se os trabalhos de regionalistas, os quais precisam ser analisados com a devida cautela, como é o caso de Schierholdt “*Lajeado: Vol. 1*” (1990) e Ferri “*Rio Taquari-Antas – influência no povoamento e colonização*” (1998). Estes trabalhos pouco tratam da presença dos primeiros ocupantes, indígenas Guarani e Kaingang, e quando o fazem, apresentam confusões e equívocos. Tratando-se da ocupação colonial, estes estudos regionais apresentam uma série de nomes dos primeiros sesmeiros e fazendeiros destes espaços. Mas em alguns casos não apresentam o referencial documental, tão necessário para a escrita da histórica e abordaram o objeto de estudo com certa áurea de heroísmo em relação aos primeiros ocupantes da época. Enfim, mesmo com limitações, são trabalhos de relevância, pois, levando em consideração que foram escritos em um determinado período onde o enfoque de exposição do tema era outro, servem de uma boa base de pesquisa documental.

Por outro lado, nos últimos anos há trabalhos embasados em um referencial documental riquíssimo e apresentando novas formas de análise da história do Taquari-Antas, os quais trazem atores personagens e análises da ocupação relacionada aos interesses político, econômico, ambiental e social, até então, pouco mencionados, ou mesmo, invisibilizados pela história escrita, os quais serão apresentados na sequência. Dentre estes atores apontam-se os grupos indígenas, principalmente os Guarani e os Kaingang, ocupantes tradicionais destes espaços, além dos pobres trabalhadores e escravizados africanos.

Na linha de abordagem mais econômica e de história mais geral temos como referência Ahlert e Gedoz em “*Povoamento e desenvolvimento econômico na região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul- 1822 a 1930*” (2001), em que os autores apresentam um apanhado histórico do desenvolvimento econômico do Vale do Taquari. Ainda dentre os trabalhos de linha mais geral que analisam a história destes espaços ao longo do período colonial, está de Herlein e Carvalho “*O vale do Taquari (Rio Grande do Sul) durante o período colonial brasileiro – 1500 – 1822*” (2002). Este segundo estudo trata de forma geral a influência espanhola nestes espaços, a possível ação dos bandeirantes, a chegada dos açorianos, o desenvolvimento econômico e a distribuição de sesmarias. Cabe a ressalva, que o trabalho se caracteriza muito mais por um levantamento bibliográfico do que um de pesquisa analítica, mas relevante no sentido de contribuir para um panorama geral do que foi o Vale do Taquari.

Dentre as investigações de maior aproximação com a pesquisa, destaca-se Christilino “*Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (O Vale do Taquari período 1840-1889)*” (2004). Neste trabalho o autor analisa o processo belicoso no qual se tem o estabelecimento das primeiras sesmarias e fazendas nos entornos da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari no século XIX, resultando no gradual processo de expropriação de terras dos chamados pobres lavradores, que eram incorporados nas fazendas como empregados ou empurrados para as matas. O autor ainda leva em consideração e analisa grupos que estavam à margem da sociedade naquele momento, dentre eles os tradicionais ocupantes Kaingang e os escravos africanos, sem dúvida um dos trabalhos de maior relevância para a construção histórica da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari.

Em relação aos grupos tradicionais destes espaços temos Wolf “*Arqueologia regional entre o Forqueta e o Guaporé: o contexto de ocupação Jê pré-colonial no centro/nordeste do estado do Rio Grande do Sul*” (2016). Neste estudo o autor constata sobre a ocupação Jê no período do pré-contato nos entorno territoriais da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, possibilitando inferir que são os antepassados dos indígenas Kaingang que viriam a compor o cenário no século XIX. Outro trabalho utilizado é o de Relly, Machado e Schneider “*Do Taiaçuapé a Colinas*” (2008), em que os autores analisam o processo temporal de ocupação

Guarani e Kaingang nos entornos rio Taquari. Além de uma breve análise da chegada e o estabelecimento dos primeiros sesmeiros nestes espaços.

Dentre os estudos mais recentes temos a monografia de Gregory, na intitulada *“Fazenda da Estrella: um estudo de caso envolvendo posse territorial e negociações no sul do Brasil durante o século XIX”* (2015), em que o autor trabalha em específico a chamada Fazenda da Estrella analisado o processo de compra e venda da mesma, a expansão de suas terras e mão de obra escrava. Neste sentido, temos ainda a dissertação de mestrado de Pires intitulado *“O trabalho escravo e suas implicações na paisagem urbana e rural de Taquari, Estrella e Santo Amaro/RS – final do século XIX”* (2016). Na referida dissertação é analisado o processo de escravidão em áreas do Rio Taquari e adjacências no século XIX, dentro de contexto econômico no qual cativo africano estava interligado aos fatores econômicos das fazendas, trazendo uma parte do panorama paisagístico do período, dando visibilidade dos mesmos.

2.3 Aportes Teóricos

A fundamentação teórica contempla trabalhos sobre História Ambiental com vista a abordar as questões socioambientais, trabalhos a respeito da História Agrária e econômica para análise das questões fundiárias e atividades econômicas no século XIX. Neste sentido, ainda recorreu-se a trabalhos sobre categorias geográficas, como paisagem, fronteiras e frentes de expansão e pioneira.

Dentre os principais trabalhos de história ambiental aponta-se Warren Dean no estudo *“A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira”* (1996). O autor entende que as sesmarias ou o grande latifúndio foram introduzidos como modelo de ocupação desde o início do período colonial brasileiro trazendo uma série de problemas aos ecossistemas e a Mata Atlântica. No que se refere à exploração da floresta e seus solos até então se tem que o “[...] regime de derrubada e queimada praticado pelos indígenas, incluía a aceitação do milho e da mandioca como culturas de primeira necessidade” (DEAN, 1996, p. 90). Entretanto, segundo o referido autor, o processo de exploração desenfreado dos recursos naturais das áreas da Mata Atlântica passou pela convivência dos governos coloniais e imperiais.

Outro pesquisador da história ambiental que foi utilizado no trabalho é Paulo Henrique Martinez, cujo título é “História Ambiental no Brasil” (2006), onde a natureza é vista como uma construção cultural. Ou seja, a natureza pensada a partir de uma construção e repleta de representações simbólicas da vida humana. Neste sentido podem-se analisar as perspectivas dos atores históricos do cenário da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari sobre a natureza.

José Augusto Pádua no trabalho intitulado “*As Bases Teóricas da História Ambiental*” (2010), discute as bases epistemológicas para a História Ambiental, tendo a compreensão de que o homem produz impacto no meio, os marcos cronológicos devem ser estendidos para além do humano, bem como levar em consideração o cosmo e o mundo natural, tendo em vista que a natureza possui uma história própria. Ou seja, a natureza não é somente um espaço onde a história do homem se desenrola como era feito com a escrita da história mais tradicional, haja vista que o homem é apenas mais uma espécie no mundo. Neste sentido, Pádua (2010) alerta para o fato de que a natureza é construída culturalmente nas diferentes culturas e não é no dada estaticamente.

O trabalho de Arruda “*Bacias Hidrográficas, história ambiental e temporalidades*” (2016), aborda a bacia hidrográfica como um ambiente e tendo o rio como centro de análise, possibilitando a delimitação do foco da pesquisa. Conforme Arruda (2016), a bacia possui uma organização sócio-econômico-ambiental própria, portanto há complexização da relação do homem com o mundo natural que vai para além da produção alimentícia, onde a territorialidade além de humana também compreende uma sobrevivência biológica das demais espécies.

Sendo assim, a história ambiental de uma bacia hidrográfica seria uma história das relações que as populações humanas mantiveram com outras populações não humanas e com as suas características físico-naturais. Neste sentido, segundo Arruda (2016), a análise pode se ater aos espaços onde há o surgimento de novas formas de territorialização – vilas, cidades, tipos de animais, incorporação de novas formas de se relacionar com o meio, tendo o curso d’água como base de circulação dos grupos que ali vivem a exemplo do que nos propomos a analisar nos territórios do entorno da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari.

No que se refere à História Agrária aponta-se o trabalho de Luiza Helena Schmitz Kliemann em “*RS: terra e poder – história da questão agrária*” (1986), que nos apresenta um

cenário no qual o Rio Grande do Sul se insere na economia do Brasil, como um espaço que dá suporte para a economia central através da criação de gado vacum e cavalar, que servia de transporte e alimento. Neste cenário que se inserem a concessão de datas e sesmarias. A autora aponta que a organização econômica se dava através das estâncias pecuaristas, nos grandes latifúndios, e “nas datas de base agrícola distribuídas aos açorianos e em freguesias e pequenas vilas” (KLIEMANN, 1986, p. 17).

A análise de Kliemann (1986) demonstra que no início a pequena propriedade esteve ausente no sul do Brasil meridional, mas que no final do século XVIII, surge uma insipiente iniciativa da coroa portuguesa de instalar pequenos núcleos de pequena e média propriedade com o incentivo à chegada de imigrantes açorianos, não foi o suficiente para evitar o fracasso da pequena propriedade. Tendo em vista que “[...] na realidade, esses colonos acabaram por contribuir para o fortalecimento do latifúndio com a criação da fazenda agrícola de produção tritícola e as charqueadas” (KLIEMANN, 1986, p. 18). Fazendas nas quais, muitas vezes os colonos acabavam por ser absorvidos.

No contexto agrário o estudo de Paulo Zarth *“História Agrária do planalto gaúcho”* (1997), trabalha com a questão das doações de sesmarias e o avanço da fronteira gaúcha, no início do século XIX. O referido autor salienta que a concessão da terra tinha alguma ligação direta com o governo imperial, que distribuía aos militares e tropeiros, como benevolência pelos serviços prestados. Além disso, também é destacando a grande quantidade de matas nativas, ou as chamadas terras devolutas, nas localidades de Santo Antônio de Patrulha, Taquari, Rio Pardo, Cachoeira de São Borja. Tratando-se dos entornos dos rios Taquari e Rio Pardo, conforme o autor, estes espaços seguem esta mesma lógica, mesmo depois de 1820, com o fim das concessões de terras, momento em que as mesmas passaram a ser distribuídas por meio de títulos de posse.

Zarth (1997), também aponta para uma espécie de divisão do trabalho na economia sulina. A agricultura a cargo de pequenos lavradores, e a pecuária aos grandes fazendeiros. “À agricultura, nesta divisão, cabia um papel inferior diante da nobreza pastoril” (ZARTH, 1997, p. 24). Neste sentido a situação é atenuada em função das precariedades em termos de suporte estrutural, pois enfrentava as dificuldades da falta de estradas. “A agricultura não poderia ir além da mera subsistência, pois jamais poderia competir, nessas condições, com a de outras áreas mais favorecidas em termos de localização e transporte” (ZARTH, 1997, p. 36). Ao

contrário de Kliemann (1986), que como vimos, chama a atenção para uma auto sustento local, mas mais amplo, pensando nas vilas nos entornos das fazendas agrícolas.

Trazendo está perspectiva ambiental, agrária e econômica na ocupação territorial da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, da segunda metade do século XVIII até primeira metade do século XIX, que nos propomos a analisar os trabalhos de Kliemann (1986) e Zarth (1997) são relevantes no que se refere às sesmarias e fazendas com a prática da agricultura e a relação de poder e conflito, envolvendo a presença de escravizados, pobres lavradores, indígenas Kaingang e demais atores sociais. Vale salientar que agricultura nos parece apresentar uma relevância maior envolvendo o trabalho e a produção, mas também a exploração da madeira. No que se refere aos desdobramentos socioambientais é relevante tomar a premissa de Dean (1996), sobretudo relacionados a produtos como o milho, trigo etc no sentido de que “eram gêneros básicos para as vilas, e seus produtores, portanto, ocupavam um nicho essencial na economia brasileira” (DEAN, 1996, p. 155).

A análise teórica do desenvolvimento foi feita a partir da perspectiva teórica de Rostow, em seu trabalho “*Etapas do desenvolvimento econômico*” (1971), em que o autor apresenta as cinco fases para serem transpostos para o desenvolvimento da economia moderna. No caso em questão, resguardado as especificidades, foi transposta tal abordagem teórica para análise o desenvolvimento econômico dos entornos da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, entre a segunda metade do século XVIII até a primeira metade do século XIX. Também fora utilizado Furtado, no seu trabalho “*Teoria e política do desenvolvimento econômico*” (1979), para a compreensão específica do desenvolvimento colonial na qual a posse da terra esta no centro do desenvolvimento econômico. Celso Furtado (1979) traz em uma perspectiva historicista os principais tratados econômicos, desde Adam Smith, e a teoria do menor esforço e uma pré-disposição do homem a troca, passando por Davi Ricardo, Karl Marx e List até os autores mais contemporâneos do século XX, como Keynes e Rostov. Furtado busca neste apanhado histórico a causa do subdesenvolvimento, tendo como consideração para a compreensão deste fato a questão da distribuição da terra.

José de Souza Martins no livro “*Fronteira: a degradação do Outro nos confins do Humano*” (1997), apresenta um novo olhar sobre as regiões de fronteira, aqui entendidas como regiões em que diferentes grupos em diferentes temporalidades se encontram, que para o autor caracteriza um cenário singular de pesquisa, pouco explorado pelos tradicionais estudos.

Segundo Martins (1997), o avanço da fronteira do Estado moderno se faz através de duas frentes, a primeira, a frente de expansão onde se dá o processo de reprodução ampliada do capital, através da sua expansão territorial inicial. O segundo é o da frente pioneira, onde os grupos se estabelecem com recursos mais avançados. Ambas, são faces e momentos distintos da mesma expansão.

Ainda em relação à fronteira tem-se o trabalho de Frederick Barth através do artigo intitulado “Fronteiras interétnicas” produzido em 1969, incluso no livro “O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas” (2000). Neste estudo, o autor desenvolve o conceito de fronteira interétnica, uma fronteira para além das fronteiras políticas. Sendo a etnia uma unidade portadora de cultura diversificada, no momento do contato de fronteira de grupos étnicos distintos, aspectos culturais em relação ao espaço e território podem se fortalecer.

Sendo assim, a revisão bibliográfica sobre a ocupação na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e particularmente em territórios da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari com base nos aportes teóricos da História Ambiental, História Agrária, Desenvolvimento Econômico e categorias geográficas como paisagem, fronteira e frente de expansão e pioneira tem a intenção de possibilitar que os objetivos propostos contemplando o estabelecimento das fazendas, o modelo econômico, e a relação com o meio possam ser atingidos.

2.4 Fontes documentais

As fontes documentais utilizadas para a pesquisa foram Autos de Medição, Inventários, Cartas de Sesmarias e Cartas das Subdelegacias. Os Autos de Medição trata-se de uma documentação onde são apresentadas as posses e delimitações das terras dos fazendeiros, muitas vezes feitas e escritas após a morte dos mesmos ou dos primeiros donos das terras. Nesta documentação constam informações sobre as fazendas, como se deu o processo de vendas e compras, bem como anexações de novas terras. Nos Autos de Medição, também encontram-se anexados mapas onde aparecem rios, arroios, e fazendas vizinhas. Os inventários apresentam as possessões de terras dos fazendeiros. As Cartas de Sesmarias, por sua vez, possibilitam identificar a localização e os nomes dos sesmeiros que receberam terras. As cartas das subdelegacias apresentam aspectos das fazendas e conflitos envolvendo as mesmas pelos mais variados motivos.

Para a compreensão do estabelecimento das fazendas ou sesmarias ao longo da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari buscou-se documentação relacionada às fazendas. Os locais de pesquisa dos documentos analisados foram no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), em Porto Alegre, e o Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APRS), também em Porto Alegre. Dentre os documentos analisados destacam-se: Auto de Medição de 1861 - Proprietários: Vitorino José Ribeiro e Anna Emília Sampaio Ribeiro (AHRs); Carta de Sesmaria de 1762; Disposição da sesmaria Francisco Machado Fagundes da Silveira (APERS); Carta de sesmaria de 1780; Disposição da sesmaria Francisco da Silva (APERS); Carta de sesmaria de 1798; Disposição da sesmaria do José da Silva Lima e seus irmãos (APERS); Carta de sesmaria de 1800 - Disposição da sesmaria do Capitão Manoel Jesus Ferreira (APERS). Carta de sesmaria de 1816; Disposição da sesmaria do Ricardo José Villa Nova (APERS); Doação de Sesmaria de 1800; Carta que comprova a doação de sesmaria a João Ignácio Teixeira em 1800 (AHRs); Doação de Sesmaria de 1813 - Carta que comprova a doação de sesmaria a Francisco Antônio de Souza no ano de 1813 (AHRs). Esta documentação (Quadro 1), apresentam significativas informações acerca dos seus proprietários, notificações de compra e venda e delimitações físicas das mesmas, além de alguns aspectos estruturais das fazendas.

Outra documentação utilizada foi uma Correspondência de 19 de Dezembro de 1836, da subdelegacia de Polícia de Taquari direcionada a Joze de Araújo Ribeiro, Presidente da Província do Rio Grande do Sul e a Correspondência de 15 de fevereiro de 1845, do subdelegado da freguesia de Taquari a Presidente da Província. Nestas correspondências aparecem atores como os indígenas Kaingang, trabalhadores pardos e escravizados africanos, além de informações acerca de plantações sazonais de milho e dos conflitos entre os Kaingang e membros da Fazenda da Estrella que estava de posse de Victorino José Ribeiro. Ainda em relação às correspondências, destaca-se a Correspondência da subdelegacia de Taquari de 1847, do subdelegado Francisco Matias de Souza Avila não identificada o direcionamento, onde aparece parte da produção econômica nos entornos do Rio Taquari na década de 40 do século XIX, e a extração das matas nativas destes espaços.

Quadro 1: Tabulação de documentos do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) e do Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APRS)

Sesmeiro/Fazendeiro ou tipo de documento	Fazenda ou Sesmaria	Localização	Cultivo	Ano e referência	Local
Francisco Silvestre Ribeiro	Fazenda São Caetano	Entre o rio Forqueta e o arroio Jacaré (Arroio do Meio e Encantado)	cultivo de erval	1846 – Auto de medição Joaquim Alves Xavier	AHRS
Francisco Machado de Castilho	Local denominado paredão	Entre o arroio Sampaio e o Arroio das abelhas (Cruzeiro do Sul)	Milho , feijão e fábrica de erval Cultivo efetivo	1883 - Auto de medição de Pedro Rodrigues Machado	AHRS
Francisco Antonio de Souza	Sesmaria	Ao norte das terras de José da Silva Lima (Cruzeiro)	-	1813 - Sesmarias	AHRS
Primórdio Centeno de Azambuja (herança)	Sesmaria	Ao norte da Fazenda Beija Flor de Ricardo Vila Nova (Colinas)	Cultivo simples	1842 - Auto de Medição	AHRS
José Ignácio de Moraes	Sesmaria	Ao norte das terras de Ricardo Villa Nova e Primórdio Centeno de Azambuja (Colinas)	Engenho – fabrica – cultivo Água ardente	1815 – Carta de Sesmaria	AHRS
Ricardo Vila Nova	Sesmaria – Fazenda Beija-Flor	Colinas	plantações	1815 – Carta de Sesmaria	AHRS
Ricardo Villa Nova	Sesmaria	Arroio do Meio		1815 – Sinopse das concessões de sesmaria	APERS
José da Silva Lima	Sesmaria	Entre o arroio Castelhana e o arroio Sampaio de frente para o Taquari		1798 – sinopse das concessões de sesmaria	APERS
Capitão Manoel Jesus Ferreria		Margem direita – “Potreiro das mulas”		1800 – Sinopse das concessões de sesmarias	APERS
Francisco Machado	Sesmaria	Margem		1762 - Sinopse	APERS

Fagundes da Silveira		esquerda mais ao sul		das concessões de sesmarias	
Francisco da Silva	Sesmaria	Mais ao sul		1780 – Sinopse das concessões de sesmarias	APERS
João Ignácio Teixeira	Sesmaria	Estrela		1800 - Sinopse das concessões de sesmarias	APERS
José Ignácio Teixeira	Sesmaria	Lajeado		1800 - Sinopse das concessões de sesmarias	APERS
Victorino José Ribeiro	Fazenda da Estrela	Estrela		1861- Auto de Medição	AHRS
Correspondência da subdelegacia de Polícia de Taquari			Descrição do aproveitamento econômico das duas margens do Rio Taquari (cultivo e madeiras de Lei)	Correspondência de 1847	AHRS
Correspondência da Subdelegacia de Taquari			Conflitos envolvendo indígenas e as fazendas de Victorino José Ribeiro e Francisco Silvestre Ribeiro	Correspondência de 1836 e 1845.	AHRS

Fonte: Organização do autor (2018).

2.5 Metodologia e procedimentos metodológicos

A metodologia consiste em uma abordagem qualitativa dos dados pesquisados. O que se buscou com esta metodologia foi a descrição e a interpretação dos fenômenos da pesquisa, abrangendo a sua complexidade a partir do seu alinhamento com os pressupostos teóricos definido para a pesquisa. O processo metodológico constitui-se basicamente em buscar nos arquivos as fontes documentais e selecionar as que servirem para análise, ancorados pelos pressupostos teóricos, além de levantamento bibliográfico. Neste sentido Pimentel (2001), diz que o direcionamento da busca documental é as perguntas e objetivos propostos na pesquisa. Busca-se assim, extrair do documento personagens e fatos do passado que possam amparar a investigação, solucionar o problema de pesquisa, responder aos objetivos. Tendo em vista que “a investigação confere um valor histórico ao documento à

medida que o pesquisador é capaz de superar os limites inerentes ao próprio material com que trabalha” (PIMENTEL, 2001, p. 193).

O trabalho é de natureza básica, a forma de abordagem é qualitativa, que possibilita compreender os objetos de forma profunda sem a quantificação de dados, os objetivos são exploratórios e descritivos. O estudo é de caráter descritivo e o que se busca é o entendimento do fenômeno como um todo, na sua complexidade, é possível que uma análise qualitativa seja mais indicada (GODOY, 1995). Assim a metodologia consiste em uma abordagem qualitativa dos dados pesquisados.

O procedimento metodológico é o da metodologia qualitativa, o trabalho passou por um exame rigoroso para possíveis interpretações na qualidade de reinterpretar os mesmos, pois “[...] qualidade é uma propriedade de ideias, coisas e pessoas que permite que sejam diferenciadas entre si de acordo com suas naturezas [...]” (MEZZAROBIA; MONTEIRO, 2006, p. 110). Sendo assim, os procedimentos metodológicos foram embasados tendo as relações humanas com o meio e de contato interétnico como fenômenos a serem pesquisado. Neste sentido, o estudo passa pela descrição dos dados levantados e sua análise.

Em relação aos procedimentos metodológicos, a presente investigação se utilizou de revisão da bibliografia e pesquisa documental, além dos aportes teóricos elencados anteriormente com vista a atingir os objetivos propostos. Os locais de onde as fontes documentais foram colhidas são o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e Arquivo Público do Rio Grande do Sul em Porto Alegre (Quadro 1). Os procedimentos no tratamento das fontes consistiram no levantamento das mesmas, e a partir disto foi feita a análise buscando extrair dos documentos como autos de medição e sinopses de sesmarias e cartas de sesmarias, bem como das correspondências, informações que possibilitassem a resposta para o problema da pesquisa, que consistiu em identificar quais foram os desdobramentos socioambientais provocados a partir da implantação de atividades produtivas ligadas às fazendas instaladas em áreas do Rio Taquari de meados do século XVIII até a primeira metade do século XIX.

Neste sentido, as cartas de sesmarias⁴ do século XIX, possibilitam visualizar a ocupação dos espaços no entorno da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari com nomes de

⁴ Documentos de petição do pedinte e confirmação do governo português no período colonial do Brasil.

donatários e a extensão das terras. Da mesma forma, nos autos de medição⁵ buscaram-se informações referentes ao processo de ocupação, tais como, nome dos proprietários de fazendas, localização das mesmas, sua economia e estrutura das fazendas. Nas correspondências da subdelegacia de Polícia de Taquari⁶ buscaram-se informações atinentes aos desdobramentos e impactos socioambientais relacionados às relações conflituosas dos grupos humanos e da exploração econômica dos recursos naturais em territórios da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari para a implantação da atividade econômica da agricultura. Esta documentação se caracterizou por um caráter oficial de estado, de confirmação de posse ou de relatos de ocorridos. Ela serviu para a análise e busca dos objetos da pesquisa, principalmente em relação ao impacto socioambiental e atividade econômica da época.

Buscou-se nestas documentações, na revisão bibliográfica e com base nos teóricos elencados analisar aspectos relacionados a questões socioambientais, tais como, distribuição de sesmarias, estrutura física das fazendas, a sua produção econômica, as relações sociais atinentes às fazendas. Rastreando as fazendas encontradas na documentação, procurou-se compreender do modelo econômico e impacto socioambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari na segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX. Dentro deste cenário entram os atores sociais que interagiam nos entornos das fazendas, dentre eles os indígenas Kaingang, escravizados africanos e os próprios proprietários das fazendas, questões que serão abordadas nos capítulos da dissertação.

⁵ Aparato jurídico de medição de terras de um proprietário após a Lei de Terras de 1850.

⁶ Correspondências direcionadas ao presidente da Província no Rio Grande do Sul no século XIX.

3 PANORAMA POLÍTICO E SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL E O ESTABELECIMENTO DE SESMARIAS E FAZENDAS DE MEADOS DO SÉCULO XVIII ATÉ MEADOS DO XIX, EM ÁREAS DA BACIA DO RIO TAQUARI

Neste capítulo será apresentado um panorama político e econômico da ocupação lusa no que hoje compreende o território do estado do Rio Grande do Sul. Isto é, será descrito o cenário que possibilitou o estabelecimento da frente lusa através da doação de sesmarias e fundação de fazenda como incentivo a ocupação por parte dos casais açorianos em áreas da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari da segunda metade do século XVIII até segunda metade do século XIX.

3.1 Contextualização política do sul da América portuguesa da segunda metade do século XVIII até primeira metade do XIX

Com vista à compreensão do panorama político do que hoje compreende o Rio Grande do Sul de meados do século XVIII até meados do século XIX, que possibilitou o estabelecimento de sesmarias e chefes militares nos entornos territoriais da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, é necessária a disposição dos diferentes interesses que englobavam as áreas em disputa ao sul da América portuguesa. Vale salientar que da segunda metade do século XVIII até o início do século XIX, o território que atualmente é o Rio Grande do Sul, fazia parte da colônia espanhola. Portanto, além do interesse português e espanhol, nestes espaços se encontravam os indígenas tradicionais ocupantes, tais como os Guarani e os Kaingang. A ocupação portuguesa se fez através do incentivo ao

estabelecimento de entraves ao longo da costa marítima do atual Rio Grande do Sul até o Rio da Prata, em um modelo de *uti possidis*. Neste contexto, os rios e bacias hidrográficas, como o Rio Pardo o Rio Taquari e a Bacia hidrográfica do Rio Jacuí, passam a ter uma importância muito grande em função de serem delimitadores naturais fronteiriços em um contexto beligerante.

Até meados do século XVIII o território ao sul da América portuguesa estava relegado a um segundo plano para o governo português. A Província do Rio Grande do Sul desde tempos mais antigos no período colonial, não se mostrava muito atrativa em função das dificuldades impostas pelo seu litoral. Isto é, apresentava uma “[...] configuração, praticamente retilínea, sem reentrâncias e irregularidades maiores” (VILLWOCK; TOMAZELLI, 2007, p. 21), situação que dificultava o acesso de navios. A ocupação por parte da Coroa portuguesa se dá dentro de um contexto belicoso entre Portugal e Espanha, sendo que o ponto crucial deste contexto foi a fundação provocativa e estratégica da Colônia do Santíssimo Sacramento, em 1680, por Manuel Lobo, governador do Rio de Janeiro, em frente à Buenos Aires, do outro lado do Rio da Prata. Segundo Prado e Souza (2003), a fundação da colônia representava a vinculação dos interesses da elite do Rio de Janeiro (interessada no contrabando oriundo das minas de *Potosí* no Peru, que era escoado pelo Rio da Prata) com o interesse político militar de Portugal pós União Ibérica (1540 – 1680). Em clara afronta, e demonstrando interesse na região, “a Colônia, estabelecida na margem norte do Rio da Prata, em frente à Buenos Aires, significou o abandono dos limites estipulados pelo tratado de Tordesilhas” (PRADO; SOUZA, 2003, p. 80), possibilitando a intensificação da ocupação do que hoje chamamos de Rio Grande do Sul.

Para o abastecimento desta nova colônia, os portugueses necessitavam estabelecer entrepostos entre São Paulo e a Colônia de Sacramento. Neste contexto, que se dá a intensificação da ocupação de Laguna, ao sul de Santa Catarina. Fundada em 1668, pelo bandeirante Domingos de Brito Peixoto, Laguna passa a ter a sua ocupação intensificada a partir do final do século XVII e início do século XVIII, mas logo é elevada a Vila e, posteriormente, em 1720, elevada a categoria de município, em função da Colônia de Sacramento. O esvaziamento de Laguna se dá em virtude do incentivo a famílias lagunenses para ocupação mais ao sul da América portuguesa, que tinha como consequência avançar sobre a Província do Rio Grande do Sul. Kühn (2014), utilizando-se do conceito de “colônia

em movimento” de Sheila Faria, acentua para o caráter da migração dos homens e mulheres coloniais e que “[...] no caso das famílias lagunenses, não foi diferente a atração pelas terras da fronteira, e durante décadas algumas centenas de pessoas trocaram a vila litorânea pelos campos sulinos” (KÜHN, 2014, p. 46).

Dentro deste contexto que, em 1737, dá-se a fundação da primeira freguesia do Continente de São Pedro do Rio Grande, a freguesia de Rio Grande. Esta freguesia é inaugurada nos arredores do Forte Jesus Maria José, fundado em 1737, precisamente próximo a entrada da Laguna dos Patos, representava um ponto estratégico para a defesa militar quanto para a entrada no território da província, em virtude das dificuldades geomorfológicas da costa sulina conforme referido. Ou seja, a entrada da Laguna dos Patos se mostrava o único ponto navegável, e consequentemente mais frágil para ataques. A fundação do forte se dá em virtude da tentativa de recuperar a Colônia do Sacramento, sitiada pelos espanhóis entre 1735 e 1737. “Frustrado no intento de acudir a praça meridional, o Comandante da expedição, Brigadeiro José da Silva Paes, fundou o Forte Jesus Maria-José, em Rio Grande, em 19 de fevereiro e 1737” (MIRANDA, 2011, p. 90). Conforme Miranda (2011), a fundação da Praça de Rio Grande daria a partir de então a segurança necessária para a promoção da construção das benfeitorias para viabilizar o estabelecimento dos novos ocupantes da província, principalmente vindos da Colônia do Sacramento para a porção sul e os procedentes de Laguna. No mapa a seguir (FIGURA 2), que faz parte da cartografia da época, é possível verificar a disposição das ocupações e a conexão entre a ocupação do Rio Grande do Sul e a região do Prata, o que Golin (2002) chamou de entraves portugueses.

Figura 2: Disposição dos estabelecimentos lusos no século XVIII, (em destaque a Colônia de Sacramento e Rio Grande).



Fonte: Golin (2002, p. 84).

A inauguração de Rio Grande marcava um novo período político da relação lusa com o território do Rio Grande do Sul. O período inaugurado em 1737 marca o início da ocupação formal portuguesa, situação denominado por Miranda (2011) como Comandância Militar, que se caracterizou pelo estabelecimento da administração colonial intimamente conecta à ocupação militar. Durante este período são estabelecidos os primeiros regimentos, relacionados a direitos régios, defesa e manutenção da segurança dos povoados, controle sobre mercadorias, em que se privilegiou principalmente militares, dentro de um sistema de defesa no qual se consolidou o modelo de doação de sesmarias e a ratificação do modelo de *uti possidis*. Ainda conforme Miranda (2011), a Comandância Militar do Rio Grande do Sul era subordinada a Capitânia do Rio de Janeiro e, em 1760, foi transformada em Capitânia e, assim se manteve até 1824, quando se torna Província.

Ainda em relação a questões políticas que envolviam a ocupação do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XVIII, cabe salientar o contexto conturbado de demarcação de fronteiras. Contexto no qual são assinados uma série de tratados entre as Coroas ibéricas, denotando o que Neumann (2004) caracterizou como fronteira tripartida, entre a fronteira lusa, a fronteira platina e a fronteira indígena, esta última conhecida como província do Tapes, território na porção oeste em que estavam estabelecidas as antigas missões guaraníicas. Ou seja, neste período estavam em jogo os interesses de duas Coroas ibéricas e a luta dos indígenas Guarani pela autodeterminação. “As missões orientais somente no início do século XIX foram definitivamente anexadas aos domínios da América portuguesa, conferindo ao Rio Grande do Sul a sua atual geografia” (NEUMANN, 2004, p. 46). A disposição desta fronteira tripartida é possível de ser visualizada no mapa (FIGURA 3), cabendo ressaltar de se tratar de um mapa da época, aonde aparece a chamada região do Tape de domínio missionário Guarani, e o Rio Jacuí e o Taquari como delimitadores geográficos naturais entre as coroas ibéricas.

46

Aponta-se que para além da fronteira tripartida exposta por Neumann (2004), com base em Laroque (2000) ainda temos uma fronteira Kaingang, principalmente nas áreas de planalto até áreas de altitudes mais baixas em direção aos territórios da Bacia do Rio Jacuí, aonde é possível verificar o protagonismo das lideranças Kaingang. Salienta-se que este contexto belicoso fomentou e acelerou o modelo ocupacional por meio da doação de terras a chefes militares em direção a tradicionais territórios indígenas.

A nova historiografia para além do protagonismo português nas terras sulinas leva em conta outras esferas, isto é, além da fronteira indígena também a influência platina. Neste sentido, adentrando no século XIX, Guazzelli (2004) acentua para a influência platina na região. Segundo este autor, fator determinante para a construção política e econômica do Rio Grande do Sul, é a demarcação das terras sulinas e a forte interferência da Coroa portuguesa desde o século XVIII e principalmente após a sua transferência para o Brasil em 1808. Pois se tratando de século XIX, a tomada da Banda Oriental em 1811 servia para esfriar os interesses *carlotistas*⁷, e espantava os ímpetus republicanos que vinham do Prata e reforçavam os interesses políticos e econômicos entre a Coroa portuguesa e toda a elite local. A tomada da Banda Oriental, em 1811, foi uma solução rápida para a Coroa e para a elite local, que também não viam com bons olhos os ideais republicanos de igualdade que vinha do lado espanhol, para uma elite que dependia exclusivamente da mão de obra escrava.

Conforme Guazzelli (2004, p. 94), a Cisplatina reconstituía “os latifúndios e a almejada de recompor a economia da região, abalada por tantos anos de guerra”. Apesar da tomada da Banda Oriental ter um peso maior sobre o processo econômico das regiões de fronteira, cabe salientar que até o início do século XIX, fazia pouco tempo que a fronteira se dava próximo ao Rio Pardo, e que a elite envolvida neste processo era vinculada em todos os espaços, exemplo neste sentido, é do estancieiro Bento Gonçalves que era de Triunfo, mas que tinha seus negócios vinculados ao Uruguai.

O período político que vai da segunda metade do século XVIII até a primeira metade do século XIX, demarca um espaço temporal onde o modelo de ocupação e de aproveitamento econômico do Rio Grande do Sul é marcado pela influência e interesse político, que

⁷ Projeto político de elevação a uma monarquia independente do vice-reino do Rio da Prata sob o comando de Carlota Joaquina esposa e rainha de Dom João VI.

resultaram no estabelecimento de uma elite militar. Visto o caráter bélico e fronteiriço desta região, e que consequentemente levou ao modelo da grande propriedade de terra, melhor manejado pelas doações de sesmarias. Modelo que foi estabelecido nos entornos do Rio Taquari a partir da segunda metade do século XVIII, e que vigorou até pelos à década de 1820, quando se tem o fim das doações de sesmarias.

Com vista à compreensão do panorama econômico do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XVIII e início do XIX, se faz necessário, assim como no caso do panorama político, retroceder até pelo menos o início do século XVIII. Sem deixar de pensar que a economia nesta época está conectada ao caráter político de uma área de fronteira como visto anteriormente. Neste sentido, salienta-se que a economia do sul da América portuguesa desde o período colonial até o século XIX, sempre teve um caráter secundário em relação a economia do centro da colônia. Portanto, as fases econômicas estavam voltadas para sanar a falta de algum produto da colônia como é o caso do transporte (gado muar) e da alimentação dos escravizados (charque). Além destas grandes produções, ainda se tem a agricultura, não só de subsistência, muito importante para o funcionamento interno da ocupação, mas também, conforme Christilino (2004), para a exportação, como é o caso da produção de trigo e da erva mate. Estas últimas conectadas ao que se passou a desenvolver nos entornos do Rio Taquari desde a segunda metade do século XVIII até o início do XIX. É importante salientar que todas as levadas econômicas deste período trouxeram consigo novos grupos sociais, como tropeiros, estancieiros, homens do comércio dentre outros, além e de que, os modelos estabelecidos estavam conectados ao modo de produção escravista e extrativista da colônia.

A inserção da Província do Rio Grande do Sul na economia portuguesa se dá em virtude da descoberta das Minas Gerais e a necessidade do gado muar. “A mula – produto híbrido do cruzamento de um burro com uma égua – foi a mercadoria que exerceu papel de elo entre o Rio Grande do Sul e o centro do Brasil no início do século XVIII” (BARROSO, 2006, p. 179). O gado muar servia para o transporte em regiões montanhosas como a das Minas Gerais, e que era utilizado em larga escala nas minas peruanas da América espanhola.

Este era o único animal que efetivamente tinha condições de trânsito longo distância, ou seja, que poderia atravessar milhares de quilômetros, partindo do norte da Argentina, passando pelo litoral uruguaio, depois pelas capitâneas do sul do Brasil, até chegar à Feira de Sorocaba, onde eram comercializadas pelos mineiros, ali à espera para aquisição dos animais, após levados ao destino final: Gerais (BARROSO, 2006, p. 176).

A economia mineradora fez a ligação de regiões até então distantes na colônia portuguesa, “do sul vieram não apenas o gado, mas as mulas, tão necessárias ao carregamento de mercadorias” (FAUSTO, 2014, p. 53). Vinculando os interesses econômicos e políticos da coroa com a elite fundiária, dentro de um contexto econômico metalista europeu, caracterizado pelo acúmulo de metais preciosos e a expansão colonial.

Este processo deu início no sul, ao chamado tropeirismo, uma forma de ocupação e de expansão da fronteira portuguesa não oficial. “O tropeirismo no Rio Grande do Sul, sinalizou contornos fundantes e basilares da sua formação, mais evidentes e determinantes no século XVIII, tempo da arrancada da colonizadora lusa no espaço sulino” (BARROSO, 2006, p. 173). Com base em Silva (2006), a ocupação colonial no Sul se deu sobre um espaço já ocupado, contando com a introdução do gado, bem como com a abertura de estradas em decorrência dos pontos de parada das tropas que vinham na busca pela expansão de território e para exploração do gado das Vacarias localizadas no sul da América portuguesa desde o século XVIII até as primeiras décadas do XIX. Estas estradas e pontos de parada foram se estabelecendo no que era conhecido como Campos de Viamão. Pois ao longo da rota de transporte do tráfico do gado muar e do gado vacuum se faziam necessários postos de parada. Ainda conforme Silva (2006), estas paradas eram feitas em fazendas de comerciantes de gado, os quais se apropriavam de forma ilegal das terras sulinas, aonde estabeleciam as suas famílias e para onde passaram posteriormente. Segundo Kühn (2014), ao se estabelecer os primeiros ocupantes lagunenses na província, local que ficou conhecido como Campos de Viamão.

Os Campos de Viamão eram no século XVIII uma extensa região situada na parte nordeste do atual Rio Grande do Sul. Tinha como delimitadores ao norte o Rio Mambituba, a leste o mar, e ao sul e oeste a Bacia Hidrográfica do Guaíba e seus afluentes. Conforme Kühn (2004), nesta porção de terra se estabeleceram os primeiros povoadores lusos vindos de Laguna, inicialmente foram erguidas fazendas de gado e posteriormente estabelecidas famílias. Os Campos de Viamão viriam posteriormente a se transformar em diversas freguesias, dentre elas já no século XVIII, Santo Antônio da Patrulha (1763), Porto Alegre (1772) e Triunfo (1756), local de onde posteriormente iria se desmembrar a freguesia de

Taquari. Ou seja, na primeira metade do século XVIII, os Campos de Viamão englobavam o território da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari e seus entornos.

Kühn (2007), em relação à população dos Campos de Viamão aponta que naquele período a maior parte desta era indígena ou escravizada, demonstrando a baixa densidade demográfica lusa e a alta quantidade de escravos já na primeira metade do século XVIII. O autor acentua que a população dos Campos de Viamão era formada basicamente por portugueses de São Paulo ou Laguna, hispânicos avulsos que aqui se casaram com mulheres brancas ou pardas e nestes campos estabeleceram-se com suas famílias. Os grupos não europeus, conforme Kühn (2007), até meados do final da primeira metade do século XVIII formavam metade da população, e existiam nos Campos de Viamão na época do Tratado de Madrid (1750), 132 residências e 800 moradores, e com menos de duas décadas de povoamento luso, 45% destes eram escravos.

Em relação ao processo econômico dos Campos de Viamão no século XVIII, destaca-se que a formação econômica e social destas áreas se dava em torno da exploração da chamada *Vacaria Del Mar*⁸, uma área de fronteira ao sul com o atual Uruguai, local que se espalhava o gado vacum, e para onde, conforme Barroso (2006), os primeiros lagunenses se direcionavam através das áreas litorâneas para a busca do gado, da mula e do charque. Ainda conforme Barroso (2006), dali este gado era retirado e encaminhado para o centro econômico da colônia lusitana brasileira. Neste sentido, como visto, os Campos de Viamão se apresentava como um entreposto de passagem deste gado. Fornecendo equinos, bovinos e muares para as áreas mineradoras e, entre 1727 e 1732, se dá a abertura de estradas que pela primeira vez conectavam os Campos de Viamão a Laguna e depois a Curitiba seguindo para Sorocaba onde era comercializado, com vista a chegar ao destino final, que era as áreas mineradoras das Minas Gerais.

Conforme Kühn (2007) é neste contexto e, em 1737, que é criado o primeiro órgão burocrático no Rio Grande do Sul, o Registro de Viamão, seguindo orientações do lagunense Tenente Francisco Pinto Bandeira, cujo objetivo era a cobrança de imposto sobre a passagem dos animais em direção ao centro. Cabe salientar, conforme Kühn (2014), que o Tenente Francisco Pinto Bandeira era um destacado militar entre os primeiros proprietários de terra do

⁸ No contexto das reduções jesuíticas do século XVII, relacionasse ao tropeirismo castelhano nas regiões de campanha entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai, para o abastecimento das reduções guaraníticas e estâncias.

século XVIII, participando efetivamente na Guerra Guaranítica, e que seus filhos fruto do casamento com Clara Maria de Oliveira, que eram irmãos do também destacado militar Rafael Pinto Bandeira possuíam terras na futura jurisdição de Triunfo. Em direção à chamada nova fronteira, “fazendo um movimento que caracterizava a ocupação de uma zona de fronteira, já que o território desta freguesia era ainda conhecida como ‘Terra de Tapes’ na década de 1750” (KÜHN, 2004, p. 75). Nesta nova fronteira localizava-se a Bacia Hidrográfica do Rio Taquari.

Vale salientar que na época, imperava o modelo colonial de ocupação da doação de sesmarias e, conforme Kühn (2007) destacam-se os proeminentes proprietários Jerônimo de Ornellas e Ana da Guerra, os quais possuíam vastas estâncias oriundas de sesmarias. Um modelo econômico que se inseriu na ocupação das áreas dos Campos de Viamão e posteriormente das freguesias subjacentes como é o caso de Taquari.

No caso de Jerônimo de Ornellas, este segundo Kühn (2004), fez se valer das chamadas estratégias familiares, na qual se utilizava os dotes dados pelo casamento das filhas como meio de expansão de terras. “Jerônimo foi extremamente bem sucedido, pois conseguiu realizar pelo menos sete casamentos que impulsionaram o desenvolvimento do núcleo parental” (KÜHN, 2004, p. 65). Ainda em relação à Ornellas e a expansão de seu núcleo parental e patrimonial, consta que entre os dez maiores inventários, entre 1765 e 1820, dois “fossem pertencentes a indivíduos ligados a família do sesmeiro de Santa Anna. Estes são os casos de Antônio Xavier de Azambuja, neto de Jerônimo e Antônio Ferreira Leitão, marido de uma neta sua” (KÜHN, 2004, p. 65). A expansão do patrimônio familiar de Jerônimo de Ornellas se deu em direção à “nova fronteira”, consta que “o velho sesmeiro apresentou-se “em pousadas” do Tabelião Ignácio Osório Vieira, onde registrou uma procuração, nomeando representantes seus em diversas localidades: na própria freguesia de Viamão, na freguesia no (Triunfo)” (KÜHN, 2004, p. 64). Assim como o caso de Francisco Pinto Bandeira e Jerônimo de Ornellas, outros foram os proprietários, como o caso de Manuel Gonçalves Ribeiro, que expandiram nesta época os seus patrimônios em direção a territórios da Bacia do Rio Taquari.

Os Campos de Viamão eram distribuídos por “bairros rurais” ou localidades que conforme Kühn (2007) possuíam um incipiente núcleo de moradores em torno de capelas. A maior localidade era da Guarda de Viamão em torno do Registro, mas as localidades atingiam também as áreas mais distantes como os entornos do Rio Caí, Sinos e Taquari, esta última se

desmembrou em 1765 da freguesia de Triunfo. Conforme autores como Christilino (2004) e Kühn (2007; 2014), foram os Campos de Viamão a base para a ocupação lusa no Rio Grande do Sul, o centro da política expansionista portuguesa no extremo sul da América portuguesa. A Guarda de Viamão fora a capital, entre 1763 até 1772, pois só posteriormente vai se transferir para Porto Alegre. Portanto, é este o modelo ocupacional dos Campos de Viamão das primeiras décadas que se estendeu em direção a territórios da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, a ocupação feita por estancieiros, de casamentos arranjados, sesmarias e escravos de uma colônia expansionista.

Neste sentido as terras eram distribuídas através da concessão de sesmarias e datas⁹. A distribuição destas sesmarias conforme Christilino (2004) e Kühn (2007) se intensificam a partir da década de 1750.

Somente na década de 1750 ocorreu certa intensificação nas concessões, quando se iniciou a apropriação das terras do Jacuí, obtidas por Portugal no frustrado Tratado de Madri e assegurados militarmente pela fortificação de Rio Pardo. O povoamento geral do Continente iria se intensificar de fato a partir de 1764, devido a invasão da península de Rio Grande (KÜHN, 2007, p. 53).

Kühn (2014) entende que a ocupação no século XVIII se tratava de um projeto expansionista, tanto do governo português, quanto de uma elite, principalmente oriunda de Laguna. Segundo o autor era de interesse de ambas as partes a expansão em direção ao sul, visto que aos portugueses interessava a ocupação e guarnição das terras sulinas, e para a elite era uma oportunidade de expansão de suas riquezas e prestígio social, utilizando-se do que Kühn (2014) chamaria de estratégias familiares, prática que se perpetuou ao longo da ocupação em territórios das Bacias Hidrográficas adjacentes do Jacuí, ao longo do XIX, na qual se encaixam os territórios da Bacia do Rio Taquari. Prática esta que se fazia sobre casamentos estratégicos, e de passagem de heranças. Kühn (2014) acentua o *ethos* aristocrático deste processo de ocupação, definindo a ação das elites locais dentro do contexto de disputa entre coroas.

A definição destas disputas se dá através de tratados. Neste contexto que se tem a assinatura do Tratado de Madrid em 1750, que se baseava no *uti possidetis*, que dá direito a um território a quem o ocupasse, e que obrigava a troca entre as coroas, dos Sete Povos das

⁹ Regime de concessão de terras no Brasil entre 1822 e 1850.

Missões, localizado na região oeste da Província do Rio Grande do Sul de posse até então da Espanha e da Colônia do Sacramento, de posse de Portugal. Os Sete Povos eram uma antiga redução jesuítica que contava com a força de trabalho dos indígenas Guarani que a partir do tratado de 1750 passava para Portugal. Como consequência Portugal se via obrigado a povoar o oeste sulino passando a incentivar a imigração de casais da Ilha dos Açores em Portugal. Estes casais passaram a se estabelecer onde hoje se localiza Porto Alegre no aguardo para serem transferidos para a região oeste. Só que em meio a este processo acontece a Guerra Guaranítica (1754-1756), que “motivada pela recusa dos indígenas e missionários jesuítas em abandonar a região, inviabilizou a execução do objetivo português” (KÜHN, 2007, p. 108).

Esta primeira leva de açorianos daria início a primeira colonização organizada portuguesa em direção a áreas da Bacia do Rio Jacuí e adjacências, da qual faz parte a Bacia do Rio Taquari. Em meio ao conflito ibérico a intensão portuguesa era já antes do Tratado de Madrid, estabelecer um povoamento definitivo, “um decreto joanino, publicado a 31/08/1746, autorizava a partida de 4.000 casais dos Açores e da Madeira” (SCOTT; BERUTTE, 2014, p. 106). Estes casais, inicialmente ficaram em Santa Catarina e posteriormente foram transferidos para a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, garantindo de forma efetiva a ocupação das zonas em disputa e sendo estabelecidos em zonas estratégicas como os Campos de Viamão, Rio Pardo e Santo Amaro.

É possível ver que o trajeto de ocupação seguia as linhas das bacias hidrográficas, como no caso do Rio Jacuí, da mesma forma que estes rios também possuíam importância para os grupos indígenas. Ressaltando que os limites de demarcação se dão por meio das bacias fluviais, conforme Golin (2002), que analisa a fronteira sul do Rio Grande do Sul, a preferência de demarcadores limítrofes por parte dos portugueses se fizeram por meio dos limites fluviais, pois estes “passaram a serem preferencialmente utilizados, em especial os rios, como no caso do Brasil meridional”, o que justifica a mobilização pela ocupação das áreas fluviais (GOLIN, 2002, p. 15). O deslocamento destas primeiras levadas acarretou o aumento populacional “[...] ao longo do Rio Jacuí, desde os Campos de Viamão até Rio Pardo. Contudo ao menos parte deles acabou por fixar-se nos povoados que já existiam ou foram criados na região” (GOLIN, 2002, p. 117). Ressaltando a importância dos espaços no entorno do rio Jacuí para a coroa portuguesa ao final do século XVIII, visto que era toda uma área de disputa com coroa portuguesa, e que conforme ia aumentando a sua demografia,

acabava por satisfazer o interesse econômico da elite local, fato que acabou por unir a elite local ao projeto português do período joanino. A importância dos demarcadores fluviais é possível de ser visto no mapa (FIGURA 4), pois a Bacia do Rio Jacuí na qual o Rio Taquari estava inserido, formava uma espécie de baliza fluvial fronteira em meio à ocupação das coroas ibéricas, o que dava uma importância grande para estas áreas. No mapa espanhol da época (FIGURA 4) é possível verificar as balizas fluviais do Rio Uruguai a oeste do Ibicuí ao sul e a do Rio Jacuí no centro.

O cenário em questão representava a união entre o interesse do governo luso e as elites militares. O que transferia a fronteira lusa o mais distante possível dos Campos de Viamão, se deslocando em direção aos rios Jacuí, Taquari e Pardo. Assim, conforme autores como Christilino (2004) e Kühn (2007), se distribuíam as sesmarias, nesta direção, muito em função da invasão espanhola a Rio Grande em 1762 a mando do governador de Buenos Aires, Pedro de Cevallos, que o governo local, a partir de 1764, tomou algumas medidas por parte do governador José Custódio de Sá Faria. Dentre estas, tinha-se como objetivo o estabelecimento dos casais açorianos o mais rápido possível, controle sobre os índios, fomento para a agricultura e principalmente a construção de “defesas mais capacitadas, com a construção de fortins no Rio Taquari para a defesa e manutenção dos Campos de Viamão” (KÜHN, 2007, p. 54). Portanto, a principal consequência deste contexto foi à militarização da sociedade sul rio-grandense, através dos estancieiros militares.

Se por um lado, a militarização da sociedade levou a intensificação de doação de sesmarias a chefes militares, por outro lado, também se tem o incentivo ao estabelecimento dos chamados “casais açorianos”. O “objetivo primordial da imigração açoriana para o Rio Grande do Sul foi estratégico. Visava-se ao estabelecimento de povoados que resguardassem o domínio português” (KÜHN, 2007, p. 55). Com a impossibilidade de ocupar as áreas a oeste da província, mais específico a das Missões, os casais açorianos acabaram por ser transferidos para as áreas de Viamão, Porto Alegre, Triunfo, Taquari, Santo Amaro e Rio Pardo, seguindo o curso do Rio Jacuí. Conforme Kühn (2007), na segunda metade do século XVIII, com a chegada dos casais açorianos a população da província aumenta consideravelmente.

Como visto, em termos econômicos, o Rio Grande do Sul se insere no mercado interno da colônia pela atividade dos tropeiros, através da pecuária. E também através da produção de trigo. Essa última de extrema importância já ao final do século XVIII e início do século XIX, quando logo entrou em decadência. Esta foi a atividade econômica junto com pecuária que “provocou o enriquecimento e a ascensão social de alguns açorianos, inclusive o seu acesso à mão-de-obra africana” (KÜHN, p. 61 2007). Tendo como finalidade o centro da colônia, Rio de Janeiro além da Bahia e de Pernambuco. O Rio Grande do Sul ainda se

destacava pelas charqueadas¹⁰ voltadas também para o mercado interno da colônia, como alimento dos escravos, e também da produção da erva-mate.

Em relação ao trigo e a erva-mate¹¹, conforme Christilino (2004) e Gerhardt (2013) tratam-se de produções que atingiam os entornos das bacias do Rio Jacuí, Pardo e Taquari. Ressalta-se que para o Rio Grande do Sul do século XVIII e da primeira metade do século XIX, os ciclos econômicos eram voltados para o mercado interno, um limitador para uma econômica arcaica que dependia do uso extensivo da mão de obra escrava e de apreensão indígena.

Em meados do século XVIII, essa parte do continente apresentava uma sociedade fortemente dependente da mão-de-obra cativa, especialmente da africana. A escravidão indígena aparecia já de forma residual, na existência de duas dezenas de “administradores” dispersos entre alguns poucos proprietários. Definitivamente, a escravidão indígena parecia ser uma opção desinteressante no momento, diante da oferta de cativos africanos a baixo preço, distribuídos pelos traficantes do Rio de Janeiro e de desembarcados em Laguna ou vila de Rio Grande (KÜHN, 2007, p. 69).

Neste sentido, se faz necessário ressaltar novamente aspectos políticos locais do contexto entre o final do século XVIII e início do século XIX. Conforme Fausto (2014), o final do século XVIII, foi um definidor de fronteiras territoriais para a Coroa Portuguesa no Brasil. Visto que, neste período a extensão geográfica da colônia nada mais tinha a ver com a incerta linha de Tordesilhas. Como último episódio da disputa entre as coroas ibéricas em relação aos demarcadores fronteiriços do sul, aponta-se o Tratado de Badajós (1801). O tratado, firmado em função das disputas no velho continente teve consequências na América “[...] a incorporação ao território brasileiro das Missões Orientais e a integração dos Campos Neutrais, estabelecidos pelo Tratado de Santo Ildefonso de 1777” (PICCOLO, 1998, p. 10). Demarcando quase que integralmente o território do atual Rio Grande do Sul, o qual desde a primeira metade do século XVIII vinha sendo ocupado ao modelo como já mencionado de *utis possidetis*. Ou seja, no momento de estagnação política de demarcação territorial no início do século XIX, já havia uma elite local forte.

¹⁰ O Rio Grande aumentou rapidamente a produção do charque no final do século XVIII, transformando esta uma das principais atividades econômicas da Província no século XIX, totalmente dependente do mercado interno escravocrata brasileiro.

¹¹ A produção da erva-mate no Rio Grande do Sul era feita pelo menos desde o século XVII pelos grupos indígenas e se inseriu no ciclo econômico das estancias e se tornou um produto importante para a economia, e que tinha grande parte da sua produção voltada para além do mercado interno regional, a região do Prata.

Desta forma a elevação no ano de 1807 da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul para capitania geral, selava a união entre os interesses da elite local com os interesses portugueses na região, “garantir um melhor aproveitamento econômico da capitania de São Pedro e acelerar sua efetiva integração na América lusa, o que demonstra o alcance político da decisão” (PICCOLO, 1998, p. 09). Cabendo salientar que em termos econômicos, que nestes espaços além dos Guaraní missionários, viviam Kaingang e homens brancos e mestiços que não se encaixavam nem no projeto político português nem nos interesses econômicos da elite local, os chamados grupos soltos.

Durante o período joanino (1808-1821) que se reforçam os laços entre a elite local e o governo central português, interrompido no conturbado contexto da década de 1830 com a Guerra Farroupilha (1835-1845), no qual já no Império as regências buscavam manter a unidade territorial. É no período joanino que se reforçam as práticas dos títulos nobiliárquicos e distribuição de terras através das sesmarias, calcada no influxo de escravos, de pecuária extensiva e prestígio político. Dentro de um contexto de ideias de republicanismo e de independência na região do Prata, era importante para o rei a manutenção de uma elite local, frente a aproximação de ideias republicanas na fronteira, e por outro lado, para a elite regional era importante o amparo do poder real, pois junto com as ideias vindas do Prata, estavam ideias libertários, que não condiziam com o modelo econômico escravocrata local. Assim, a distribuição de títulos e principalmente a doação de sesmarias se encaixam dentro do modelo proposto, por ambos os agentes, a coroa e as elites. “A sesmaria não serve ao cultivo e ao aproveitamento, mas imobiliza o *status* do senhor de terras, utilizada menos em proveito da agricultura do que da expansão territorial, estimulada esta pelos agentes do rei no Brasil” (FAORO, 2012, p. 465).

Como visto, o século XIX é um período que pode ser tomado como demarcador histórico de incorporação da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Estado Nacional brasileiro. Este território nos séculos anteriores foi sendo gradualmente ocupado nas áreas litorâneas pela Coroa portuguesa, mas foi com a assinatura do Tratado de Badajós (1801), que oficialmente é anexado ao projeto colonial lusitano. Sendo assim, o panorama político econômico e social do Rio Grande do Sul ao final do século XVIII, tratava-se de um contexto de ocupação lusa. Desde o século XVIII quando a disputa se dava diretamente com a Coroa espanhola até o século XIX, quando se tem a disputa pela manutenção do poder

português sobre estas áreas, este projeto foi levado à frente através da junção do interesse econômico de uma elite local com o desejo de incorporação destes espaços por parte da Coroa portuguesa.

Neste sentido, o modelo ocupacional seguia os ditames de uma elite militar que se fazia através da doação de sesmarias, além do estabelecimento dos chamados casais açorianos. Reiterando, salientar que esta ocupação seguia principalmente o curso do Rio Jacuí na segunda metade do século XVIII, aonde se insere a Bacia do Rio Taquari, uma espécie de escudo de defesa da principal base de apoio para o domínio luso, que era os Campos de Viamão e que posteriormente viria a ser Porto Alegre.

Pode se considerar que o modelo econômico reproduzido nas áreas no entrono da Bacia do Rio Jacuí e do Taquari, se incorporava a uma segunda fase econômica do domínio português. Sendo o primeiro, o a da apreensão do gado e a pecuária, e o segundo, o da produção da erva-mate e do trigo. Em se tratando dos entornos da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, neste contexto da segunda metade do século XVIII até meados do século XIX que se dá a intensificação do estabelecimento de sesmarias e fazendas.

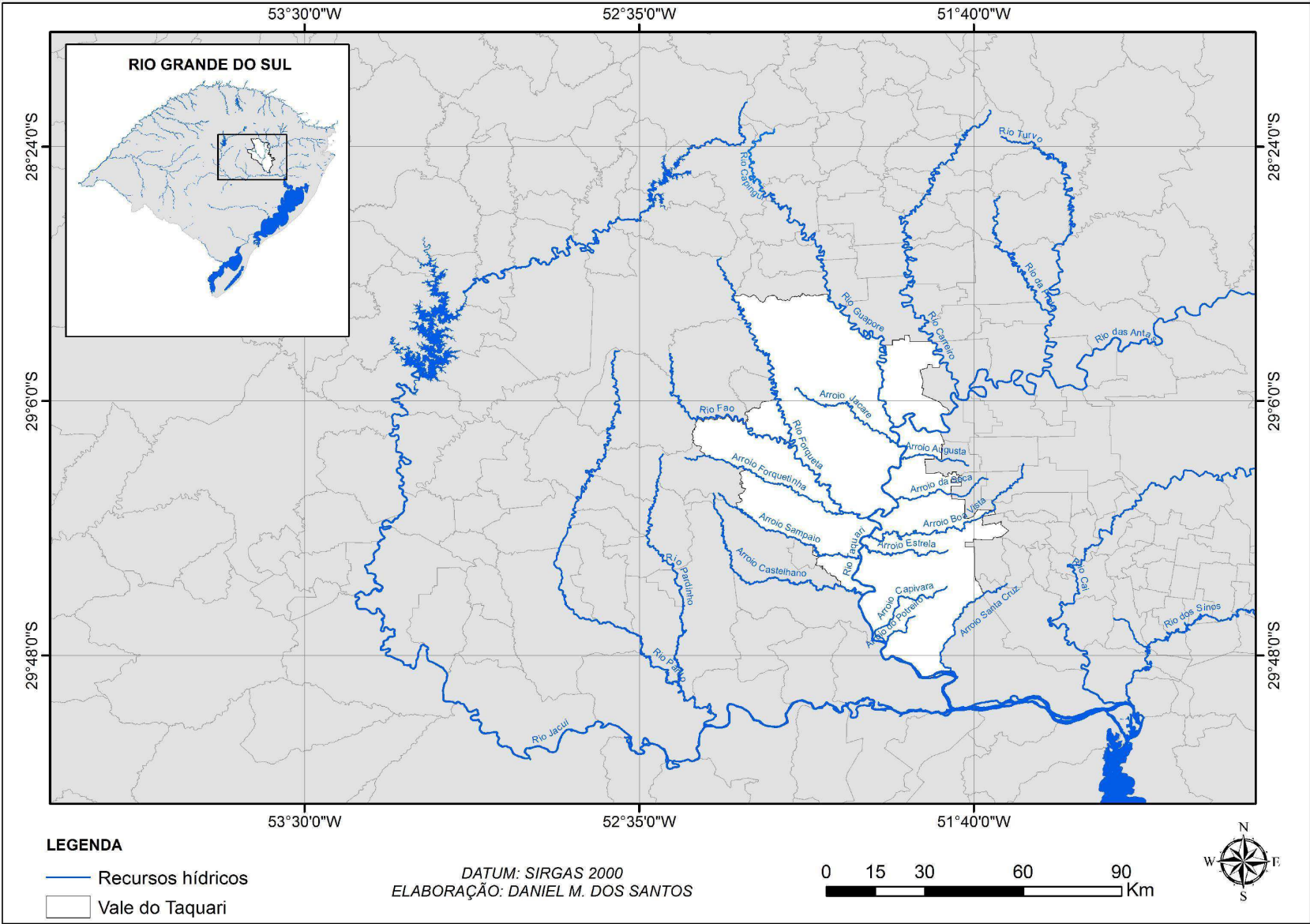
4 ASPECTOS GEOAMBIENTAIS E OS GRUPOS SOCIAIS OCUPANTES DOS ENTORNOS DA BACIA DO RIO TAQUARI

Neste capítulo serão abordados aspectos geoambientais da Bacia do Rio Taquari e as características e os processos de ocupação humana da bacia, desde os grupos indígenas até o estabelecimento das sesmarias e fazendas, dentro de um processo de ocupação. Delimitando assim, como marco temporal de ocupação europeia entre a segunda metade do século XVIII até a primeira metade do século XIX, contexto no qual estão embutidos interesses políticos e econômicos tendo como cenário e agente o Rio Taquari e a sua geografia, fauna e flora. Inicialmente será apresentada a ocupação da expansão lusitana através de chefes militares e casais açorianos, e logo a seguir com deus-se o aproveitamento econômico nas fazendas, utilizando-se de negros escravizados e pobres lavradores.

4.1 Aspectos geoambientais da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari

A delimitação espacial da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, que forma junto com o Rio das Antas a grande Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas, tem sua nascente no município de São José dos Ausentes no planalto sul-rio-grandense e vai descendo a serra geral em direção sul até desaguar na Bacia do Rio Jacuí. A delimitação espacial referente a este trabalho localiza-se em jurisdição do território que na atualidade denomina-se do ponto de vista geopolítico Região Vale do Taquari, localizado na porção centro-leste do Rio Grande do Sul a 120 km em média da capital Porto Alegre, conforme mapa (FIGURA 5).

Figura 5: Mapa da Região Vale do Taquari



Fonte: Kreutz e Machado (2017, p. 08).

Segundo Kreutz e Machado (2017), a região apresenta três tipos de diferentes de relevo, a Unidade Geomorfológica Serra Geral mais ao norte, a Unidade Geomorfológica Patamares da Serra Geral, mais central na bacia, e a Unidade Geomorfológica Depressão Rio Jacuí mais ao sul, quando o Rio Taquari desagua no Rio Jacuí. Segundo os autores em questão, a flora da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari está inserida no bioma Mata Atlântica, e a composição pode ser dividida em duas regiões Fitoecológicas¹², a Floresta Decidual e Floresta Ombrófila Mista. Sendo que a primeira compõe a maior parte do vale, e a segunda se estende mais em direção norte da bacia, caracterizada principalmente pela espécie da *Araucária angustifolia*. Em relação à fauna típica dos entornos territoriais da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, e que muito provavelmente compunha a fauna no período estudado temos as seguintes informação com base em Relly, Machado e Schneider (2008):

Ozotocerus bezoarticus (veado campeiro), *Allouta guariba* (bugio), *Dasyprocta azarea* (cutia), *Tapirus terrestres* (anta), *Dasytus novemcintus* (tatu galinha), *Myocastor coypus* (rato do banhado), *Tayassu pecari* (porco do mato) e *Cuniculus paca* (paca). Entre as aves destacam-se *Ortalis motmot* (aracua), *Aramides saracura* (saracura), *Crypturellus obsoletus* (inambú), *Amazonetta brasiliensis* (mareca do pé vermelho) e *Ramphastos dicolorus* (tucano do bico verde). Nas águas dos rios e lagos da região são comuns peixes como o *Astyanax spp* (lambari), *Leporinus obtusidens* (piava), *Pimelodus maculatus* (pintado), *Salminus maxillosus* (dourado), *Rhamdia spp* (jundiá), *Hypostomus commersoni* (cascudo) e *Gymnogeophagus* (cará) (RELLY; MACHADO, SCHNEIDER, 2008, p. 26).

Rambo (1954) analisa a formação hidrográfica, da fauna e da flora da região dos vales, dentro da depressão central e em direção ao planalto do Rio Grande do Sul a partir da perspectiva geológica. Conforme o autor, a formação deste ambiente se deu em virtude do levantamento do planalto iniciado no terciário, levando ao recuo do mar e a formação entre o que o autor chama de muralha da serra e os vales que ficavam para trás atuando “[...] em toda parte, como condensadores de umidade, favorecendo a formação de precipitações e preparando o solo para a presença de formações selváticas” (RAMBO, 1954, p. 22). Os rios como é o caso do Rio Taquari-Antas no mapa (FIGURA 5) que nasce no planalto como Rio das Antas e se transforma em Rio Taquari na decida do planalto, “[...] nascem todos na beira dos precipícios, para em seguida, se dirigir, em longa volta, ao oeste e alcançar o oceano por via indireta” (RAMBO, 1954, p. 22). A via indireta neste caso é a Bacia do Rio Jacuí que

¹² Repetição dentro de um mesmo clima de aspectos da flora e das formas biológicas, dando uma característica geral da vegetação.

desagua no delta fluvial do Lago Guaíba que desemboca na Laguna dos Patos que se conecta ao Oceano Atlântico.

A constituição fisionômica da Bacia do Rio Taquari como visto, faz parte do que Rambo (1954) chamou de *selva pluvial*, um local de fertilidade do solo incomparável segundo o autor. Formada, conforme Rambo (1954), a milhares de anos com a entrada e saída do mar nestas áreas de vale que vão desde o Atlântico a leste até o centro do atual estado do Rio Grande do Sul, em virtude dos derrames do planalto. Essa formação geológica possibilitou aos agrupamentos humanos e demais espécies se aproveitarem e se apropriarem destes espaços.

Os entornos territoriais da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, desde períodos mais remotos, são de ocupação indígena atestado por trabalhos arqueológicos e históricos. Laroque (2000) e Wolf (2012; 2016), por exemplo, apontam para a importância de rios e bacias hidrográficas entre o planalto e a Bacia do Rio Jacuí como delimitadores territoriais e de acessibilidade para as tradições arqueológicas como Tupi-Guarani e Proto Jê, bem como para os grupos ameríndios a partir do contato, conforme é o caso dos Guarani e Kaingang. Da mesma forma, possuiu importância para os agrupamentos humanos europeus, principalmente os primeiros portugueses que a partir do século XVII e com mais intensificação na segunda metade do século XVIII, através dos açorianos, quando passam a utilizar áreas do Rio Taquari como centro de ocupação destes espaços. Em relação à ocupação europeia tem-se:

A primeira corrente imigratória é a dos **açorianos**. Ilhéus vindos por via marítima, era natural que aproveitassem, para a ocupação da nova terra, as únicas vias de comunicação então existentes, os cursos inferiores dos tributários do Guaíba. Surgiram assim, afora os pontos de apoio junto ao porto de entrada, as vilas nos pontos mais importantes ao longo dos rios, terminando, por via de regra, o interesse dos imigrantes, onde terminava a navegabilidade destes (RAMBO, 1954, p. 25, grifo nosso).

Segundo Noelli (1999/2000), em relação ao Rio Grande do Sul, o último marco temporal de expansão demográfica histórica seria o da chegada dos europeus a partir do século XVII, que trouxeram consigo o que Crosby (2011) chama de biota portátil¹³, uma série de elementos que auxiliaram os europeus a se adaptarem aos novos espaços além do Atlântico.

¹³ Conceito utilizado por Crosby para designar o agrupamento de espécies de seres vivos, sejam elas animais ou vegetais, que o homem leva consigo e adapta-os em diferentes espaços.

Até o século XVIII, com base no estudo de Crosby (2011), em nosso ponto de vista, acredita-se que poucos elementos da biota europeia, ou mesmo utilizando-se do conceito de paisagem de Santos (2006), ou seja, da paisagem europeia tenham se enraizado no território da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari. Isto é, elementos do “velho mundo” ainda não havia se estabelecido em definitivo até aquele momento na área em estudo. Conforme Noelli (1999/2000), ainda no século XVIII, grosso modo, a ocupação portuguesa na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul se restringia aos Campos de Viamão, território onde se estabeleceram as primeiras fazendas e sesmarias.

Antes desta ocupação, o território da região sul do Brasil, segundo Noelli (2000), passou ao todo por dois grandes marcos temporais de ocupação humana no sul da América portuguesa. A primeira dos caçadores coletores que teriam se estabelecido no Sul por volta de 12.000 até 2.500 a.C. e a segunda a dos ceramistas e agricultores, que teriam se estabelecido por volta de 2.500 a.C. no sul do Brasil. Utilizando o conceito de Santos (2006) de construção da paisagem, se pode pensar em uma construção paisagística pretérita. Dentre os elementos que Noelli (2000) aponta em relação à biota indígena, possivelmente estaria dispersão das matas culturais de florestas, que predominam nos mapas e documentações relacionados à ocupação europeia no final século XVIII e início do XIX da Bacia do Taquari-Antas. Wolf, Machado e Oliveira (2016), em seus estudos sobre os sítios arqueológicos nos entornos da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas, chamam a atenção para o fato de que estes se tratam de ambientes intensamente antropizados nos últimos milênios.

A ocupação humana dos entornos da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari com base na bibliografia pesquisada pode ser dividida em três grandes momentos. O primeiro que se alastra até pelo menos o século XVII, com intensa ocupação dos Guarani e Kaingang; o segundo a contar do século XVII, com a chegada dos bandeirantes e jesuítas; e o terceiro, entre os séculos XVII e XIX, no qual o Rio Taquari era uma espécie de fronteira entre Guarani e Kaingang, e que a partir da segunda metade do século XVIII passa a receber levas de ocupantes europeus dentro do projeto expansionista lusitano. Em uma perspectiva mais ampla, é possível considerar os entornos do Rio Taquari como um espaço com importância cultural e econômica para os ocupantes destes espaços, possivelmente pela sua localização geográfica e sua constituição em termos de fauna e flora.

Em se tratando da ocupação europeia, o primeiro interesse econômico é de objetivo exploratório. Com base em Relly, Machado e Schneider (2008), tanto espanhóis, através dos jesuítas, quanto lusos, através dos bandeirantes, tinham interesse na busca de riquezas e obtenção de mão de obra indígena no século XVII. Em 1635 se tem a primeira expedição através da Companhia de Jesus, “provavelmente os missionários espanhóis foram os primeiros homens de origem europeia a navegar pelo Rio Taquari” (KREUTZ; MACHADO, 2017, p. 31).

Com base nos relatos das Cartas Ânuaas, Cristo (2016) e Kreutz e Machado (2017) acentuam o objetivo destes missionários em contatar os indígenas Guarani que nestes espaços viviam. Atestando a navegabilidade do Rio Taquari que na nomenclatura indígena da época era conhecido como *Tebicuari*. “Segundo as descrições, os padres Francisco Ximenes e João Suarez partem da Redução de Santa Teresa (hoje território de Passo Fundo), navegam, quando possível, pelo Rio Guaporé até chegar ao Rio Taquari” (KREUTZ; MACHADO, 2017, p. 32). Estas informações demonstrando a importância do Rio Taquari e seus afluentes como centro da ocupação humana indígena e de exploração europeia desde o século XVII.

Com base na arqueologia, nos trabalhos de Relly, Machado e Schneider (2008), Wolf (2012) e Kreutz e Machado (2017), aponta-se para a ocupação Guarani no século XVII de ambas as margens do Rio Taquari. Neste sentido, segundo Cristo (2016), com a chegada de jesuítas e bandeirantes para além da desorganização da ocupação Guarani nos entornos da bacia do Rio Taquari no século XVII, aponta para o protagonismo das lideranças Guarani frente à entrada da Companhia de Jesus nestas áreas. “Os Guarani e os Kaingang ao longo dos contatos interétnicos com os espanhóis, portugueses e outros grupos indígenas, realizaram suas escolhas seja por firmar alianças ou de declarar guerras” (CRISTO, 2016, p. 109).

Com base em estudos de Tommasino (2004 e 2014) sobre os Kaingang da Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi, no Paraná, acentua-se a importância dos espaços de bacias hidrográficas para os grupos indígenas, principalmente em função do rio e sua importância simbólica, o que podemos remeter para a Bacia Hidrográfica do Rio Taquari envolvendo, tanto os Guarani quanto os Kaingang. A partir da bibliografia mencionada é possível também pensar que os entornos do Rio Taquari eram áreas de fronteira entre Guarani e Kaingang, e que foi reconfigurado pela presença de jesuítas e bandeirantes, e que ao final do século XVIII,

este território era um espaço Kaingang, visto que grande parte dos Guarani foi apreendida e outra se transferiu para o outro lado da fronteira do Tape¹⁴, onde hoje se encontra a Argentina.

Em relação a esta ocupação indígena, para este trabalho destacam-se os Guarani e os Kaingang que segundo Laroque (2000) e Wolf, Machado e Oliveira (2016), estabeleciam uma área de fronteira sobre a Bacia do Rio Taquari-Antas muito antes da chegada do europeu. Conforme Wolf (2016) acrescenta-se que com base nos assentamentos arqueológicos pode se pensar em uma ocupação Tupi-Guarani (Guarani) entre os séculos XIV e XVIII nas áreas de altitudes mais baixas da bacia, enquanto que em relação aos grupos Protos Jês (Kaingang) existem estruturas deste período em zonas de altitude mais alta na bacia. Acredita-se neste sentido que durante este período os Guarani tenham recuado para fora destes espaços, enquanto que os Kaingang tenham se estabelecido nas áreas de altitude mais baixa.

O fim da intensa ocupação Guarani no território pode ter dado oportunidade para a instalação de outras sociedades indígenas, como as da família linguística Jê. Com o extermínio e dispersão dos Guarani, as comunidades do tronco linguístico Jê tiveram possibilidades de se apossar das áreas antigamente utilizadas (RELLY; MACHADO; SCHNEIDER, 2008, p. 45).

Vale destacar que os Kaingang no momento do contato com os europeus estavam bem estabelecidos nestes espaços e viviam nos territórios das Bacias Hidrográficas do Taquari-Antas e do Caí muito tempo antes da instalação das primeiras fazendas e da chegada dos europeus a estes territórios (VEDOY, 2015). A partir da intensificação do contato entre os Kaingang e a frente de expansão e pioneira do Estado Nacional brasileiro, no século XIX as relações interétnicas em torno da ocupação do território se intensificaram entre ambas as etnias. Segundo Barth (2000), as relações interétnicas se intensificam em virtude da formação de uma fronteira étnica, que se caracterizam por um espaço que transpassa as fronteiras geográficas estabelecidas pelos estados nacionais e onde as práticas sociais se estruturam sobre as diferentes culturas no momento do contato, portanto são situação com estas que se observa entre os grupos em análise.

Salienta-se que a etnia Kaingang durante os séculos XVIII e XIX ocupava territórios de planalto desde os atuais estados de São Paulo até o Rio Grande do Sul adentrando em

¹⁴ Estabelecimento das missões jesuíticas no século XVII e início do XVIII nos espaços do Oeste e Noroeste do Rio Grande do Sul até o Rio Pardo no atual Rio Grande do Sul, formando uma fronteira missionária.

território argentino. No Rio Grande do Sul estabeleciam-se ao longo do planalto e em territórios das Bacias Hidrográficas dos rios Caí, Sinos e Taquari-Antas, além do rio Jacuí, de onde retiravam a sua subsistência e vivenciavam a suas crenças e cultura (LAROQUE, 2000). Com base em Kreutz (2017), a sustentabilidade econômica dos primeiros caçadores coletores se baseava na caça de animais, aves, répteis e mamíferos de qualquer espécie. A pesca de peixes e coletas de moluscos, insetos, crustáceos, mel e ovos, e mais específico para os Jês Meridionais, destaca-se ainda a importância da Floresta de Araucária, da onde era retirado o pinhão e a madeira para a construção de moradia. Supõe-se que estes espaços, de onde era retirada a subsistência, também era base das crenças que eram socializadas e vivenciadas por meio de festividades e rituais Kaingang. No caso da caça, Tommasino (2004), estudiosa Kaingang, salienta que assim como a pesca e a coleta, esta atividade possibilitou a continuidade de parte do etnoconhecimento Kaingang¹⁵.

Segundo estudos de Tommasino (2004) com base nos Kaingang da Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi no Paraná, o tradicional território Kaingang formava um único ambiente que apesar de estar separado pelas diferentes aldeias, bem como os rios afluentes, encontravam-se ligadas por laços de consanguinidade e afinidade. E nesta orquestração espacial, as fronteiras territoriais eram delimitadas por meio dos rios e bacias hidrográficas.

Os dados levantados apontam que se tratando da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, nos entornos territoriais das Bacias Hidrográficas do Taquari-Antas e Caí à ocupação do território se estruturava sobre uma dinâmica histórica de arranjos espaciais envolvendo fronteiras dos Kaingang com outros grupos. Como já apontado anteriormente com base em Wolf (2012; 2016) ocupação destas duas populações e a dinâmica de ocupação espacial foi intensa. Em territórios que atualmente corresponde o Vale do Taquari, os Kaingang formavam junto com os Guarani uma zona de fronteira étnica, notando-se uma intensa relação cronológica com o período de ocupação Guarani na Bacia do Rio Forqueta.

O grande território Kaingang até o momento do contato compreendia expressiva área do Brasil meridional. Entretanto, com a chegada do elemento colonizador ibérico, este espaço passou a ter a ingerência direta, tanto da coroa portuguesa ao longo do Brasil colonial, quanto

¹⁵ Conforme Tommasino e Almeida (2014), trata-se um sistema de representação cosmológica que relaciona homem, animais e plantas em uma relação recíproca de simetria que preserva um modo próprio de se situar no mundo e com ele relacionar-se direcionando as atividades práticas de subsistência e política.

do Estado Nacional brasileiro no século XIX. Ambos trataram das populações indígenas como um problema, momento no qual a coroa portuguesa incentivou o avanço da frente de expansão e pioneira através da doação de sesmarias, e posteriormente o Estado Nacional brasileiro através da doação de terras aos imigrantes alemães. Ambos faziam parte de um mesmo processo, o de expropriação das terras indígenas, na qual os primeiros ocupantes do território passaram a ser tratados como intrusos e “incivilizados” frente ao projeto colonizador no Brasil meridional.

Conforme Christilino (2004) e Kühn (2014) em se tratando dos entornos do Rio Jacuí, este cenário se modificou no sentido político e social com o estabelecimento das primeiras famílias açorianas em áreas territoriais ao longo do rio Jacuí, no que viria a ser a Freguesia de Triunfo e a partir da segunda metade do século XVIII com o estabelecimento das primeiras sesmarias na já conhecida Freguesia de Taquari. Posteriormente, adentrando o século XIX, a distribuição de sesmarias avançou sobre os territórios da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, sobretudo em direção à porção norte com o estabelecimento de fazendas em espaços que possuíam grandes porções de terras devolutas.

Com base em Christilino (2004), a ocupação de áreas do Rio Taquari, a partir da Bacia Hidrográfica do Jacuí por parte da frente de expansão da Coroa portuguesa, se fez a contar da segunda metade do século XVIII. Assim, esta paisagem do final do século XVIII e início do XIX recebe novos elementos que modificam estes espaços. As áreas em questão até aquele período seguiam uma lógica de ocupação espacial indígena independente das convenções políticas das coroas ibéricas. Em relação à paisagem e a história ambiental, o que ocorreu a partir de então foi uma troca de valores de uso da natureza, na qual a territorialidade seria pensada a partir da ótica dos diferentes grupos que passaram a se estabelecer sobre este território.

A primeira leva de grupos que viriam a ocupar territórios da Bacia do Rio Taquari com incentivo da Coroa portuguesa era a dos açorianos. Conforme Scott e Berutte (2014), estes passaram a receber incentivos da Coroa Portuguesa para se estabelecer em áreas de disputa com a Coroa espanhola pelas possessões ao sul da América portuguesa. Dentre os incentivos, conforme a autora, estava à isenção do serviço militar. Após o fracasso de estabelecer as primeiras famílias açorianas na região das Missões em função da Guerra Guaranítica (1754-1756), estes passaram a ser estabelecidos em territórios ao longo da Bacia

Hidrográfica do Jacuí e posteriormente nos da Bacia do Rio Taquari. São José de Taquari, conforme Scott e Berutte (2014, p. 116) foi “a freguesia conhecida por ter sido criada especificamente para receber os açorianos na região”. Estes primeiros açorianos deram origem aos primeiros núcleos povoadores, “como Encruzilhada, Triunfo e Taquari, esta última projetada pelo Governador da Capitania, Custódio de Sá e Faria, em 1764” (BARROSO, 2011, p. 124).

Nas terras entre a Bacia Hidrográfica do Rio Jacuí e do Rio Taquari, estes “dedicaram-se à produção agrícola, plantando trigo, abóbora, feijão, couve, cebola, mandioca, milho, frutas variadas. Em algumas propriedades, havia moenda e moinho, esse último para a produção da farinha de trigo” (SCOTT; BERUTTE, 2014, p. 111). Barroso (2011) ressalta os moinhos de vento e as azenhas d’água, que inclusive viraram nome de bairros em Porto Alegre e são característicos da ocupação açoriana. O mesmo acontece com o estabelecimento nos entornos do Rio Taquari, aonde tiveram que adaptar a sua cultura aos novos espaços, onde também nos dias atuais se encontram os velhos moinhos e nomes de bairros. “O que é fato, na Capitânia de São Pedro, os açorianos acabaram por ilhados, em meio a terra, por todos os lados” (BARROSO, 2011, p. 136).

O que somados as informações de Christilino (2004) sobre a produção agrícola das fazendas e a Correspondência da subdelegacia de Polícia de Taquari, em 1847, onde aparece uma série de produtos agrícolas produzidos ao longo do Rio Taquari, este mesmo modelo de agricultura diversificada viria a ser posteriormente um modelo de produção ao longo do rio Taquari aumentado com o estabelecimento das fazendas. Cabe salientar que, muito antes da chegada do imigrante alemão na segunda metade do século XIX, a principal atividade econômica já era o agrícola. Visto que, a historiografia mais tradicional do Vale do Taquari, por vezes tratou o imigrante alemão como o sujeito que introduziu a agricultura nestes espaços.

A atividade econômica da agricultura condizia com as possibilidades desta nova leva de ocupantes no final do século XVIII, ao longo do rio Jacuí e do rio Taquari considerando que as demais regiões da Província “já se encontravam praticamente ocupadas e divididas em grandes propriedades, destinadas à criação do gado *vacum*” (SCOTT; BERUTTE 2014, p. 116). Haja vista que nestes territórios o que se tinha era um espaço propício para a agricultura levando em consideração a estrutura geográfica do Rio Grande do Sul, conforme Rambo

(1954) e não para a criação de gado, mesmo estes espaços já estarem sendo ocupados por grandes sesmeiros, ligados ao serviço militar, abrindo a possibilidade do estabelecimento dos açorianos sobre este território.

A freguesia de São José de Taquari, localizada na região central da capitania, surgiu dentro dos desdobramentos dessa imigração e das disputas entre as Coroas ibéricas pelo domínio dos territórios meridionais na América. Atendendo a necessidades militares, por ordem do governador José Custódio de Sá e Faria, teve seu povoamento iniciado por volta de 1764 em parte das terras ocupadas pelo tenente Francisco da Silva (SCOTT; BERUTTE, 2014, p. 123).

Segundo ainda Scott e Berutte (2014, p. 124), o “Tenente Francisco da Silva era natural da Vila de Agreda, no bispado de Coimbra, casou-se com Maria Leme Barboza, natural de Laguna – filha de Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos e dona Lucrecia Leme Barboza”. Frente a isto se percebe que o Tenente Francisco da Silva teria sido um dos primeiros grandes sesmeiros da região de Taquari, dando início a uma série de doações que se seguiriam até o início do século XIX, em áreas territoriais da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari. Sobre isto temos:

A concessão das sesmarias, a partir de 1732, representou o nascimento da propriedade privada no Rio Grande do Sul. Foi nessa época de desbravamento do território, na década de 1740, que Luiz Vicente Pacheco de Miranda e o seu concunhado Tenente Francisco da Silva instalaram-se em solo taquariense, no sopé do Morro da Carapuça, ao sudeste (HERLEIN JR.; CARVALHO, 2002, p. 14).

Segundo Kühn (2014), grande parte dos primeiros sesmeiros dos Campos de Viamão, que na época englobava quase todo o território da Província, era proveniente de Laguna ou de Portugal. Utilizando-se do conceito de Sheila Faria, de uma “colônia em movimento”, Kühn (2014, p. 18) diz que estes sesmeiros se estabeleciam e seguiam fronteira adiante, conforme o autor, estes se baseavam no *ethos* aristocrático, que “estava assentado em dois princípios básicos: a ideia de casa e o serviço ao rei”.

Conforme ainda o autor em questão, os sesmeiros possuíam uma intensa rede social envolta em heranças e casamentos como estratégias familiares para o acúmulo de bens e posses. “Notamos que as redes de relações constituíam um elemento fundamental do capital social e da capacidade de ação que os poderosos poderiam mobilizar em seu proveito” (KÜHN, 2014, p. 15). Acredita-se que este modelo tenha se estendido até os limites

territoriais da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, conforme é possível observar no casamento entre Victorino José Ribeiro e Anna Emilia Sampaio Menna Barreto, já na segunda metade do século XIX. “Quando Victorino e Anna se casam, o marido passou a ser o tutor dos bens dos enteados e permuta as propriedades destes localizados em Rio Pardo e São Gabriel por imóveis em Porto Alegre” (GREGORY, 2015, p. 25).

Segundo Herlein Jr. e Carvalho (2002, p. 18), no final do século XVIII e início do XIX, havia dois tipos de habitantes na ocupação do Rio Taquari a partir do Rio Jacuí, o primeiro, de recursos mais limitados, em que “boa parte das famílias e sua prole transformou-se em homens pobres e livres, despossuídos, que se fizeram *matutos*, aprendendo a sobreviver com os índios e mestiços do lugar”. Tratando-se do segundo tipo de habitantes apontam-se os “açorianos imigrados espontaneamente, que já possuíam recursos antes de aportar nas novas terras. Dentre esses, alguns se dedicaram ao comércio e outros às lavouras, com mão-de-obra escrava, e mais tarde à criação” (HERLEIN JR.; CARVALHO, 2002, p. 18). É possível visualizar neste cenário, alguns elementos sociais: o pobre camponês que foi abordado na obra de Christilino (2004), o qual posteriormente viria a perder suas terras em forma de litígio; o segundo, os grandes proprietários de terras. Sobre os casais açorianos, destaca-se:

[...] levando-se em conta o movimento geral de expansão e mercantilização da economia sul-rio-grandense nos anos 1780-1820 (Cardoso, 1977) e a correlata ampliação das lavouras e exportações de trigo, é provável que parte dos casais açorianos tenha tido condições de prosperar. A maior parte de seus filhos abandonou as atividades agrícolas e alguns conseguiram colocar-se como estancieiros, ascendendo socialmente pela via militar (HERLEIN JR.; CARVALHO, 2002, p. 19).

Neste cenário, concomitante as doações a grandes chefes militares, conforme observou-se também se tem o estabelecimento dos casais açorianos, favorecidos pelas condições geoambientais das áreas inundadas de vale na depressão central, além da motivação e interesse português de aumentar a densidade populacional nestas áreas.

4.2 Sesmarias e fazendas nos entornos do Rio Taquari: proprietários e características econômicas

Como visto, a distribuição de sesmarias e o estabelecimento de fazendas seguiam uma lógica contextual belicosa e de expansão agrária que se alastraram ao longo do território da Bacia do Rio Taquari na segunda metade do século XVIII e na primeira metade do século XIX. O estabelecimento destes atores históricos configura uma nova perspectiva paisagística dos espaços nos entornos da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari. Perspectiva que se fez através da conjuntura política e econômica, somado as possibilidades geoambientais da bacia. Foi visto que muito antes da chegada do elemento europeu as terras nos entornos da bacia do Rio Taquari eram ocupadas pelos indígenas Guarani e Kaingang e as áreas do rio e seus entornos possuíam uma importância para sustentabilidade destes grupos. Entretanto, com o estabelecimento das sesmarias e fazendas estes espaços passam a ter outra configuração, mas sem perder a importância do rio e suas possibilidades econômicas de auto sustento, tanto para os grupos indígenas quanto para os novos ocupantes.

A primeira informação neste sentido faz menção à doação de uma sesmaria a Francisco Machado Fagundes da Silveira, esta registrada no ano de 1762 ao sul da Bacia do Rio Taquari, próximo à foz com o Rio Jacuí, na margem esquerda do Rio Taquari, conforme mapa (FIGURA 6 – Legenda 2) . A documentação faz menção ao concessor Gomes Freire de Andrade, governador do Rio de Janeiro, e confirmada por Dom José Rei de Portugal. O documento também apresenta a localização desta sesmaria, localizada no “Campo nas várzeas do Rio Taquari, que confrontam pelo Norte com a serra; ao Sul uns morros e matos que dividiam a Fazenda de Lourenço Bicudo; a Oeste com uma grande várzea de matos de Cosme da Silveira e pela parte Leste com o Rio Taquari” (SINOPSE DAS CONCEÇÕES DE SESMARIAS de 1762, f. 204). Vale salientar que a doação desta sesmaria se dá apenas dois anos após a fundação da Vila de Taquari. “As fundações das povoações de Taquari e da Freguesia de Santo Amaro na década de 1760 foram planejadas e aplicadas por uma política do Governador da Capitania do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade” (PIRES, p. 13, 2016). Esta situação demonstrando a dependência política com o centro da colônia e a preocupação do projeto colonial português com as terras ao sul.

Esta ocupação em meados da segunda metade do século XVIII está relacionada ao contexto belicoso entre as Coroa Ibéricas como mencionado anteriormente. Christillino

(2004) aponta que o estabelecimento destas Vilas e Freguesias, levando em consideração Triunfo, Santo Amaro, Taquari, São Jerônimo e Rio Pardo, estão conectadas ao contexto beligerante, e mesmo antes da sesmaria de Francisco Machado Fagundes da Silveira, conforme o autor, já se tem o estabelecimento de outras sesmarias através da concessão de Gomes Freire de Andrade, com o objetivo de “[...] ocupar a Bacia do Rio Jacuí, concedendo sesmarias de terras ainda na década de 1750 ao Capitão Francisco Xavier de Azambuja, Pedro Lopes Soares e Antônio Brito Leme no Vale do Taquari” (CHRISTILLINO, 2004, p. 25). Ainda conforme o autor, as doações são intensificadas com a invasão espanhola em 1761, a Rio Grande, como já apontado. Como a da doação de sesmarias a Francisco da Silva no ano de 1780 nas áreas de “Campos em Taquari, a margem do Rio desse nome, fazendo divisa com as de João Francisco” e também nos “Campos além das Pedras Brancas confrontando pelo norte com um arroio e os Campos de Antônio Ales Guimarães; ao sul com um arroio que nasce na serra” (SINOPSE DAS CONCEÇÕES DE SESMARIAS de 1780, f. 65).

Com base na documentação e a bibliografia pesquisada o território da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, se torna importante neste contexto belicoso. Pois a caracterização geográfica da chamada depressão central, na qual o Rio Taquari faz parte, apontada por Rambo (1954), configurou um ponto nevrálgico e estratégico para o coração da ocupação lusa no Rio Grande do Sul. Conforme Christillino (2004) sobre a ocupação da Bacia do Rio Taquari, tem-se:

As tropas castelhanas adentraram o Vale do Taquari neste período, seguindo a margem de um arroio que posteriormente ficaria conhecido como “Castelhano”, e provavelmente transporão a serra que separa os dois vales (do Taquari e do Rio Pardo), na qual foi fundada depois a Colônia Santa Cruz, e desta traçariam um caminho até os fundos daquela vila. Esta última etapa não foi concluída, pois houve um conflito entre as tropas nas várzeas do Arroio Castelhano (CHRISTILLINO, 2004, p. 27).

Este episódio demarca a ocupação através das doações de sesmarias na segunda metade do século XVIII. Pois a partir de então as doações se intensificariam até pelo menos o início do século XIX, caracterizada pela doação de grandes extensões de terra a chefes militares capazes de garantir o estabelecimento nestas áreas e a guarnição das mesmas. Se em um primeiro momento a preferência foi pelas áreas próximas à foz entre o Rio Taquari e o Rio Jacuí, em um segundo momento a preferência foi por seguir o curso norte do rio adjacente, o

Rio Taquari. Solucionando o problema da defesa em um primeiro momento e também aumentando a densidade demográfica por parte da Coroa Portuguesa, já que estes espaços eram considerados “vazios”, tendo em vista que as populações indígenas não faziam parte do projeto político e econômico português no Rio Grande do Sul.

Neste contexto que se dá a fundação de São José de Taquari, em 1764, que tem como ponto central a paróquia de mesmo nome. E para onde, a partir de então, se concentraria a doação de sesmarias e o estabelecimento dos casais açorianos. Estas terras se mostraram interessantes para os casais açorianos, pois se tratava de uma área rica em fertilidade conforme os autores que estudaram a história destas áreas como Schierholdt (1993), Ferri (2000) e Christillino (2004), muito em função das cheias do Rio Taquari que inundavam vastas áreas que se tornavam profícuas para o plantio, ou seja, a atividade agrícola.

Como visto, para a ocupação inicial o primeiro interesse em relação à Bacia do Rio Taquari era político e estratégico. Conectado ao contexto platino de ocupação, que colocava frente a frente os interesses das Coroas Ibéricas. Para o século XVIII, além do registro da sesmaria de Francisco Machado Fagundes da Silveira referido, temos as sesmarias apontadas por Christillino (2004) em nome do Capitão Francisco Xavier de Azambuja, Pedro Lopes Soares e Antônio Brito Leme, conforme mapa (FIGURA 6 – Legenda 1). Há ainda o registro da sesmaria de Francisco da Silva, doada, em 1780, verificar mapa (FIGURA 6 – Legenda 3), em territórios ao sul da Bacia do Rio Taquari, bem como a doação ao Capitão Manoel Jesus da Ferreira, em 1800, conforme mapa (FIGURA 6 – Legenda 17), e também o registro da sesmaria de José da Silva Lima, conforme mapa (FIGURA 6 – Legenda 5), localizada entre o arroio Castelhana e o arroio Sampaio, de frente para o Taquari, a margem direita, no ano de 1798 (SINOPSE DAS CONCEÇÕES DE SESMARIA de 1798, f. 233; f. 138;). Está última localizada em um ponto onde fora assinalado décadas antes, um ataque castelhano. “A aliança entre os estancieiros e o Governo Português na defesa do território que formaria mais tarde o Rio Grande do Sul ocasionou o aumento considerável de doações de sesmarias aos primeiros” (RELLY; MACHADO, SCHNEIDER, 2008, p. 48).

Após este primeiro momento de ocupação estritamente ligado ao contexto bélico, no final do século XVIII e início do século XIX é possível verificar a junção do interesse político lusitano com o interesse fundiário regional. Isto porque as terras em direção norte do Rio Taquari se apresentavam como uma possibilidade para o interesse da elite fundiária local, que

viam nas chamadas terras devolutas além de uma possibilidade econômica, um fator de prestígio aristocrático, em um espaço tão distante dos grandes centros coloniais. Esta distância também aumentava o poder dos estancieiros locais fato que se agravou com o passar das décadas.

A fragilidade de Portugal entre os gaúchos se dava pelo intenso e concreto poder dos estancieiros sobre assuntos de justiça, estratégia militar e independência econômica. Frequentemente as ordens das autoridades portuguesas eram desrespeitadas pelos estancieiros gaúchos. Foi uma situação que o Império Português legou para o novo Império Brasileiro, existente a partir de 1822, resolver (RELLY; MACHADO, SCHNEIDER, 2008, p. 48).

O registro de doações aumenta muito para o final do século XVIII e virada para o século XIX, como pode ser visto a seguir. As doações foram feitas a João Ignacio Teixeira, conforme mapa (FIGURA 6 – Legenda 8), que recebeu 3.900 braças de frente e 11/2 de léguas de fundos concedidas pelo Conde de Rezende em 1800, nas “terras na Serra de Taquary, com as seguintes confrontações: a Oeste com o rio Taquary, e seguindo as voltas do mesmo têm três mil e novecentas braças e de fundos de légua e meia”, essa sesmária se “divide pelo Norte com Francisco Leonardo Cardoso, pelo Arroio Grande; pelo Sul com o Alferes João da Silva Ribeiro Lima, e pelo arroio do Ouro; fazem fundos a Leste e se dividem com matos devolutos” (SINOPSE DA CONCEÇÃO DE SESMARIAS de 1800, f. 226). Ainda no mesmo ano, foi doado ao irmão do referido em nome de José Ignacio Teixeira, conforme mapa (FIGURA 6 – Legenda 9), também pelo Conde de Rezende, com dimensão de 3,250 braças de frente e 11/2 léguas de fundo, com confrontações pelo “Norte com o rio que vai para o Campo Novo; pelo Sul com João Bernardo da Silva, dividindo-se pelo arroio Seco, fazendo frente a Leste no rio Taquary e fundos a Este” (SINOPSE DA CONCEÇÃO DE SESMARIAS de 1800, f. 226). A localização das referidas sesmarias são aonde se encontram, respectivamente, os atuais municípios de Estrela e Lajeado.

Outro concessionário foi Antonio de Vargas, conforme mapa (FIGURA 6 – Legenda 4), que recebeu ¼ de légua em quadro, concedida por Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Camara, no ano de 1796, que foi disponibilizada conforme o documento “à margem do Rio Taquary, no lugar denominado Arroio da Capivara, até o outro Arroio chamado Caramujo” (SINOPSE DA CONCEÇÃO DE SESMARIA de 1796, f. 23). Conforme o registro esta sesmária pode ser localizada a margem esquerda do Rio Taquari na altura dos atuais

municípios de Bom Retiro e Taquari. Segundo a documentação da Sinopse de Concessão de Sesmaria, também nestas terras, fora distribuída uma sesmaria a Eleutherio Nunes da Silva, conforme mapa (FIGURA 6 – Legenda 7), que o mesmo teria vendido as terras no ano de 1800 a Fernando José Machado. O registro não deixa claro se a sesmaria era dividida entre os sesmeiros ou mesmo qual parte fora vendida.

Outro registro está em nome de José Theodoro Ferreira, conforme mapa (FIGURA 6 – Legenda 6) com a medida de 2 léguas de frente e $\frac{3}{4}$ aos fundos, no ano 1800, através do Conde de Rezende, nos “Campos na freguesia de São José de Taquary, e que confronta: ao Norte com o rio Taquary, ao Sul com as datas de matos concedidas aos casais da dita freguesia; a Oeste com o mesmo rio, e a Leste com a continuação da Serra interior a qual vai para a Geral” (SINOPSE DA CONCEÇÃO DE SESMARIA de 1800, f. 115). A descrição desta última pode ser localizada na altura do atual município de Bom Retiro do Sul, na margem direita aonde o Rio Taquari faz uma curva em direção leste, possibilitando que esta sesmaria tivesse ao norte e a leste o Rio Taquari.

Outras sesmarias, já no século XIX também se encontram no registro geral, como a sesmaria de Antonio da Costa Leite, que possuía $\frac{1}{4}$ de légua de frente $\frac{1}{2}$ de légua de fundos, doada no de 1814 por Dom Diogo de Souza, e se localizava, na “Serra Geral, frente ao Sul, dividindo-se com Leonardo Fagundes, e fundos ao Norte. Confrontando a Leste com terras devolutas e a Oeste com outras do concessionário” (SINOPSE DA CONCEÇÃO DE SESMARIA de 1814, f. 164). Também a sesmaria de Juliana Rosa da Costa, concedida por Dom Diogo de Souza no ano de 1814, situada “á margem do rio Tibiquary, (1) districto de Santo Amaro. Seguindo o rumo Leste, se dividem pelo Norte com José Ferreira Guimarães; ao Sul com José Maria e a Oeste com o mencionado rio” (SINOPSE DA CONCEÇÃO DE SESMARIA de 1814, f. 104). No mesmo ano, também foi concedido uma sesmaria a Francisco Antonio de Souza, conforme mapa (FIGURA 6 – Legenda 10), com 3.250 braças de frente e $11\frac{1}{2}$ de léguas de fundo, concedida por Dom Diogo de Souza, situada na “fronteira do Rio Pardo, sitas na margem occidental do rio Taquary, confrontando ao Sul com José da Silva Lima e seus irmãos; e ao Norte com terras do falecido João Bernardes” (SINOPSE DA CONCEÇÃO DE SESMARIAS de 1814, f. 27). A sesmaria de Francisco Antonio de Souza aparece também nas cartas de sesmaria, sendo que a petição foi feita em 1809, e a doação em 1813, como pode ser visto a seguir:

No dia 14 de Julho de 1809

Fazemos saber que Francisco Antônio de Souza morador nesta Capitania do Rio Grande de São Pedro do Rio Grande do Sul, propor a S.A.R. hum requerimento homologado pedindo ao Senhor houvesse G.Cem dar-lhe huma Datas de sesmar Mattos sita na margem Ocidental do rio Taquary. Com trez mil e cinquenta braças de frente com o mesmo Rio, defundo para o Sertão. Confrontando pelo Sul as José da Silva Lima e seus irmão, e pelo Norte com as do falecido João Bernardes: Cujo requerente A.R. Servido G. provirão dez do Passo de quinze de Julho do presente ano mandar requerimentos Desses Ouvidos Com co p.a que informa ao ouvido desta Camara, que deveria mandar afe G. trinda dias na forma da Ley, e por que assim nos foi determinado em officio pela a ...(DOAÇÃO DE SESMARIA, 1809).

No ano seguinte a sua petição, Francisco Antonio de Souza recebe a sua carta de sesmaria.

No dia 24 de abril de 1813

Diz Francisco Antônio de Souza casado e morador da Freguesia S. José de Taquary da Capitania de S. Pedro do Rio Grande do Sul, que esta de posse corporal de huma Data de mattos sita na margem Ocidental do rio Taquary com tres mil e duzentas e cinquenta de frente ao mesmo Rio e légua e meia para o sertão, confrontando pelo sul as Terra de José da Silva e Lima e seus irmãos...(DOAÇÃO DE SESMARIA, 1813).

Conforme a documentação, os 3250 braços faziam frente com a margem do Rio Taquari, “... huma data de terras de mattos sitos na margem ocidental do Rio Taquary... com 3.250 braços de frente para o mesmo Rio Taquary” (DOAÇÃO DE SESMARIA, 1813). Sendo que ao sul ficavam as terras de José da Silva Lima e seus irmãos, entre o Arroio Castelhana e o Arroio Sampaio, é possível considerar que as terras de Francisco Antonio de Souza ficavam entre os atuais municípios de Cruzeiro do Sul e Lajeado.

No ano de 1815 foi concedida uma sesmaria a Ignacio José Vicente da Fonseca, conforme mapa (FIGURA 6 – Legenda 11), concedida pelo Marquez de Alegrete, com ½ légua em quadro, localizada no distrito de Taquari “nos fins dos Morretes, que confrontam ao rio Taquary. Pela parte Sul se dividem com o arroio Sampaio; ao Norte com terras cultivadas por José Marcellino, lindando pela frente dos ditos Morretes com Francisco Antonio de Souza, a rumo de Leste” , e ainda a “Oeste fazem fundos ao sertão da Serra Geral” (SINOPSE DA CONCEÇÃO DE SESMARIA de 1815, f. 173).

No ano de 1816 foi concedida uma sesmária José Cezario de Abreu através do Marquez de Alegrete, com ½ légua de quadro, localizada a margem do Rio Taquari, “junto às que estão de posse Ignacio José de Moraes, Sofia Adelaide Pires e Manoel Joaquim Pires de Carvalho” ainda faz limitação ao sul “com o morrete do Poço Grande; a Leste com os matos da Serra Geral; ao Norte com a mesma Serra, e a Oeste com o referido rio Taquary” (SINOPSE DA CONCEÇÃO DE SESMÁRIA de 1816, f. 56).

Muitas das sesmárias, fazendas ou posses de terras foram encontradas nos autos de medições posteriores, terras que estão em nome de filhos ou genros, ou de vendas na segunda metade do século XIX. Mas que fazem referência aos primeiros proprietários ou donos possibilitando ampliar o mapeamento de fazendas e sesmárias estabelecidas na primeira metade do século XIX, além de dar pistas sobre as principais atividades econômicas do período. Como é o caso das terras de Francisco Silvestre Ribeiro, conforme mapa (FIGURA 6 – Legenda 10) e Francisco Machado de Castilho, que aparecem como primeiros proprietários em autos de medições de filhos e genros, na segunda metade do século XIX.

A fazenda do Capitão Francisco Silvestre Ribeiro localizada a margem direita do Rio Taquari, que aparece no auto de medição do seu genro Joaquim Alves Xavier datado de 1887. Conforme a descrição do documento, a denominada Fazenda São Caetano localizava-se entre os atuais municípios de Encantado e Arroio do Meio, como pode ser visto no fragmento a seguir:

Translado da publica forma constante dos autos de medição de posse de Joaquim Alves Xavier, sua mulher e outros, sob numero dois mil e desesete, a folhas seis dos mesmos autos: D. Ana de Oliveira Sallasar Ribeiro viúva do Capitão Francisco Silvestre Ribeiro dá ao Registro Terras e mattos que seu finado marido obteve por concessão do Governo em dezesseis de Março de mil oitocentos e quarenta e seis sitaas no fundo da Fazenda da mesma senhora denominada S. Caetano na margem direita do rio Taquary com frente ao sul fundos ao Norte ao arroio Jacaré desviando-se pelo Leste com as vertentes que desaguan no rio Taquary e pelo Oeste com o arroio da Forqueta. Villa de Taquary quinze de hulho de mil oitocentos e cinquenta e seis. Ana de Oliveira Sallasar Ribeiro (AUTO de Medição nº 2017 de 1887).

O documento faz referência a agricultura efetiva, e é descrito com cultivo de erval. Isso possibilita inferir de que desde os tempos do Capitão Francisco Silvestre Ribeiro a fazenda servia em primeiro as atividades agrícola, principalmente envolvendo a produção de ervais. Outra situação diz respeito ao fato do Capitão Francisco Silvestre ser mencionado em

documentação do ano de 1845, pois a Fazenda São Caetano fora comprada por Francisco Silvestre Ribeiro no ano de 1844, “em pleno curso da Revolução Farroupilha na província, por alguma razão, Ricardo J. Vilanova vendeu esta data de terras para Francisco Silvestre Ribeiro” (RELY, MACHADO, SCHNEIDER, 2008, p. 60).

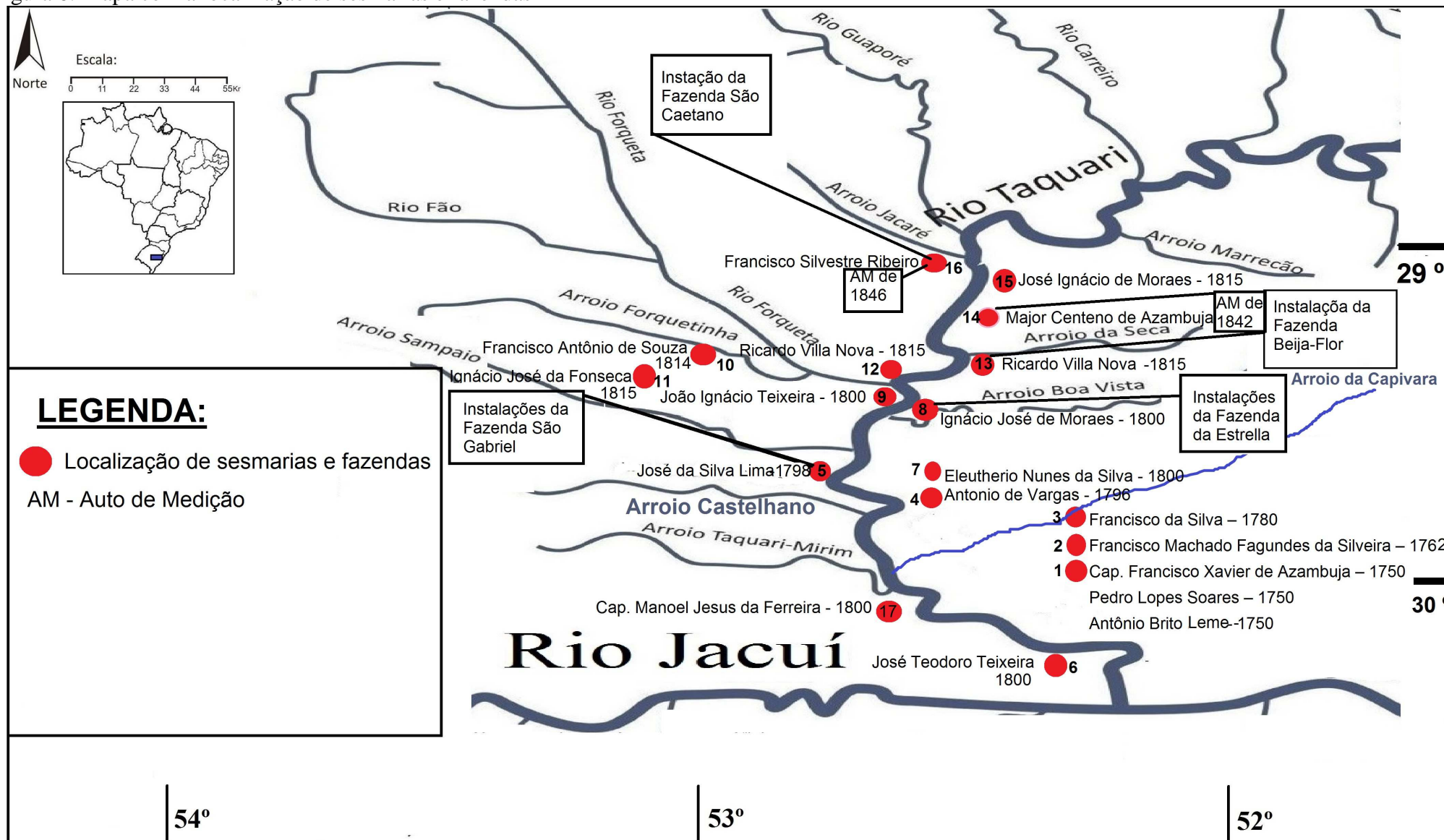
O Capitão Francisco Silvestre Ribeiro e sua mulher aparecem ainda no trabalho de Christillino (2004), sendo possuidores de terras próximas ao Arroio Sampaio. “O Ten. Cel. Joaquim Alves Xavier, enquanto herdeiro dos seus sogros, o Cap. Francisco Silvestre Ribeiro e Anna Sallazar Ribeiro, os quais possuíam ainda outra área que fazia rumo com a Fazenda São Gabriel” (CHRISTILLINO, 2004, p. 96). Conforme o trabalho de Christillino (2004), a Fazenda São Gabriel era de posse da família Azambuja. “Ocorre que essa família possuía uma concessão conhecida como Fazenda São Gabriel, acima do Arroio Sampaio na margem direita do Rio Taquari” (CHRISTILLINO, 2004, p. 102). É possível considerar que o Capitão Francisco Silvestre Ribeiro se apropriou de terras devolutas, pois o mesmo só aparece na documentação de seu genro, nos autos de medição do mesmo.

No caso de Francisco Machado de Castilho, este aparece no auto de medição Pedro Rodrigues Machado, comprador das terras do primeiro proprietário Francisco Machado de Castilho. No documento aparece o seguinte:

Faço saber que tendo-me Pedro Rodrigues Machado e sua mulher D. Rita Clementina Fragozo Machado requerido a nova medição d’uma posse de terras que possuem no lugar denominado Paredão, 2º districto desta Villa, com cultura effectiva de milho, feijão e fabrica de era matte e morada habitual do primeiro ocupante Francisco Machado de Castilho e seus filhos (AUTO DE MEDIÇÃO nº...?, 1880).

Na documentação não aparece desde quando Francisco Machado de Castilho era proprietário destas terras, e ao longo da pesquisa também não foi encontrada documentação referente à posse ou sesmaria do mesmo, o que dificulta a inferência sobre as terras de Francisco Machado de Castilho. O auto de medição delimita as terras do primeiro proprietário entre os Arroios Sampaio ao sul e o Arroio Abelha ao norte, no local denominado “Paredão”. A descrição das terras de Castilho se localiza próxima ao atual município de Cruzeiro do Sul. Na documentação aparece a agricultura efetiva de milho e feijão e de uma fábrica de ervamate. O que reforça a hipótese sobre a possibilidade de que durante a posse de Francisco Machado de Castilho a agricultura com tais gêneros já vinha sendo desenvolvida.

Figura 6: Mapa com a localização de sesmarias e fazendas



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Consta no auto de medição de Primórdio Centeno de Azambuja de 1876, a posse de terra de Antonio Xavier de Azambuja, este possuidor de uma sesmaria na margem esquerda do Rio Taquari, na altura do que atualmente é o município de Colinas, entre as terras de Ricardo Vila Nova e Ignácio de Moraes. Primórdio Centeno de Azambuja, segundo a documentação, teria comprado a sesmaria no ano de 1842, quando esta teria virado herança após o falecimento de Antonio Francisco de Azambuja, segundo é possível verificar no documento a seguir:

Nos abaixo afirmação, legítimos Herdeiros e coerdeiros do nosso falecido Pai e Sogro o Tenente coronel Antonio Xavier de Azambuja ... de nossa firme vontade sem constrangimentos algum fazemos venda ao Primórdio Centeno de Azambuja, em 23 de outubro de 1842, dos quinhões que nos trocou em Partilha na sesmaria de mato cita na margem esquerda do Rio Taquary pelo preço e quantia todos os quinhões de cento e setenta e um mil reis... (AUTO DE MEDIÇÃO nº 696, 1876).

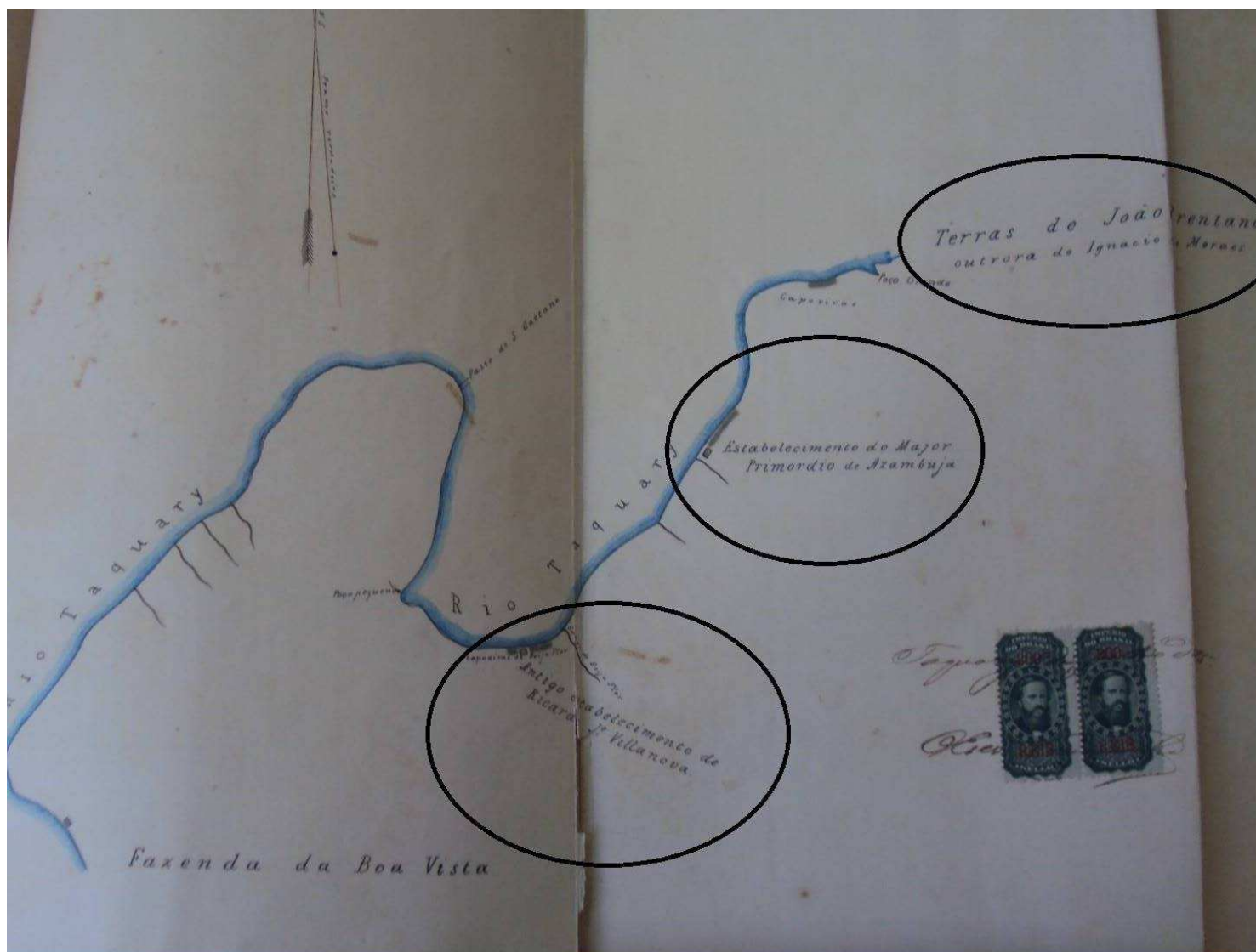
Conforme Christilino (2004), Antonio Francisco de Azambuja era descendente da influente família Azambuja. Este seria filho do Capitão Francisco Xavier de Azambuja, um dos primeiros proprietários de sesmarias, ao da Bacia do Rio Taquari, próximo à foz com o Rio Jacuí no ano de 1752, cujo intento era de proteger as possessões portuguesas de possíveis ataques espanhóis.

Consta o Auto de Medição uma disputa judicial envolvendo Ricardo Villa Nova e Ignácio de Moraes e Antonio Xavier de Azambuja, onde aparece referência da Fazenda Beija Flor. Está de posse de Ricardo Villa Nova, conforme mapa (FIGURA 6 – Legenda 13), cuja área atualmente se localiza o município de Colinas continha cultivo simples, composto de laranjais e destinava-se para arrendamento, conforme é possível verificar a seguir:

Não só as declarações do vendedor como as do primitivo dono da posse – Ricardo José Villa- nova, pelo referido documento de arrendamento a Beja-Flor era um simples cultivado, que se distinguia pelos laranjaes, e arrendava-se a preço de 6 mil e 400 réis por anno (AUTO DE MEDIÇÃO Primórdio Centeno de Azambuja, nº 696, 1876).

Um outro mapa (FIGURA 7), referente ao ano de 1876, contido no Auto de Medição de Primórdio Centeno de Azambuja, demonstra a localização das terras de Antonio Xavier de Azambuja, Ricardo VillaNova e Ignácio de Moraes.

Figura 7: Mapa com a disposição das Fazendas e sesmarias de Ricardo Villa, Antonio Xavier de Azambuja e Ignácio de Moraes a margem direita do Rio Taquari



Fonte: AUTO DE MEDIÇÃO Primórdio Centeno de Azambuja, nº 696, 1876, AHRS.

Ricardo José Villa Nova também possuía uma sesmaria na margem direita do Rio Taquari, conforme mapa (FIGURA 6 – Legenda 12). Esta sesmaria está documentada na carta de sesmaria em nome dele referente ao ano de 1815 e consta que Ricardo José Villa Nova reclama por terras, as chamadas petições, conforme segue:

[...] não tem tido lhe até apresente data alguma de terra por mercê de ou compra que tenha feito em qual se passa a ter estabelecido e feito suas plantações sem que fosse por meio de arrendamento...hum terreno devoluto cita na margem do rio Taquari qual faz frente e divisa pelo Rio, ao sul pelo arroio da Forqueta e pelo Leste pelo Rio Taquari e pelo Norte com a Serra Geral (DOAÇÃO DE SESMARIA, março de 1815).

Decorrido um mês da petição, em abril de 1815, Ricardo José Villa Nova é de fato contemplado com uma sesmaria, conforme a Carta de Sesmaria de 26 de abril de 1815.

Fazemos saber que Ricardo José Villa Nova .. Província de São Pedro do Rio Grade do Sul hum legitima posse de Sesmaria hum terreno devoluto cita a margem do Rio Taquary, q faz frente deste Rio, ao Sul com o arroio da Forqueta ,... Leste com o Taquary e Norte com a Serra Geral (DOAÇÃO DE SESMARIA, 26 de abril de 1815).

Segundo a documentação, a sesmaria recebida por Ricardo José Villa Nova se localizava no atual município de Arroio do Meio, tendo ao sul o Arroio Forqueta e a leste o Rio Taquari. Na carta de petição do sesmeiro fica clara a necessidade de demonstrar a vontade do mesmo de desenvolver a agricultura, sendo inclusive até aquele momento preciso arrendar terras. Ou seja, isso possibilita pensar que o estabelecimento da atividade da agricultura nos entornos do Rio Taquari fazia parte do projeto provincial na primeira metade do século XIX.

Com base na documentação e no trabalho de Relly, Machado e Schneider (2008), Ricardo Villa Nova propõem o desenvolvimento da atividade da agricultura e da ocupação dos espaços nos entornos do Rio Taquari. Ricardo Villa Nova é um exemplo de que foi possível acender economicamente, mesmo com uma atividade secundária para o Rio Grande do Sul, no caso, a atividade agrícola. Corroborar para a questão, conforme Relly, Machado e Schneider (2008), o fato de que o referido sesmeiro, também em Triunfo (que na época já não incorporava mais a Freguesia de Taquari) havia feito fortuna através da agricultura de auto sustento e comercial, em torno da produção de trigo e da madeira, portanto sem estar envolvido com a pecuária, atividade econômica do Rio Grande do Sul na primeira metade do

século XIX. O que tornou Ricardo Villa Nova um proeminente pelo fato de requerer mais terras para o desenvolvimento de sua economia, se comprometendo a desenvolvê-la nos entornos do Rio Taquari.

Conforme o auto de medição de Primórdio Centeno de Azambuja, (ver mapa, FIGURA 6 – Legenda 14) em que apreço um inquérito que envolvia Ignácio de Moraes, Ricardo Villa Nova e Antonio Xavier de Azambuja, Ricardo Villa Nova possuía terras a margem esquerda do Rio Taquari, onde fica o atual município de Colinas, na década de 1850, Ricardo Villa Nova a parece como comprador das terras do lado do Rio Taquari, no lugar denominado Fazenda Beija-Flor. “Illmo Senhor Manoel Joaquim da S^a...Rogo ao Nosso Senhr tenha a bondade de responder me , se quando a vendeu a Ricardo José Villa Nova a data denominada Beija Flor se a frente desta data era do posso pequeno ao posso grande ...” (AUTO DE MEDIÇÃO Primórdio Centeno de Azambuja, nº 696, 1876). No documento não fica claro quando foi feita a compra, mas o certo é que esta muito provavelmente se efetuou na primeira metade do século XIX.

Outra sesmaria próxima as terra de Ricardo Villa Nova é a sesmaria de Ignácio José de Moraes (ver mapa FIGURA 6 – Legenda 15). No requerimento de sesmaria aparecem informações importantes sobre os objetivos e justificativas do requerente para conseguir uma sesmaria, conforme pode ser visto a seguir:

Diz Ignácio José de Moraes morador na Freguesia de Santo Amaro Casado e com grande família que athe o presente não tem tido data alguma de terra por mercê de compra e querendo estabelecer um engenho de açúcar, aguas ardentes e mais culturas para o que tem suficiente possibilidade e mais tem as terras para a fundação de fábrica denominado Engenho... que ha hum..terra devoluta cito na margem do Rio Taquari que divide pelo Sul com o poço grande e pelo Leste com matts da Serra Geral e pelo Norte com a mesma Serra Gerral, e pelo Este com o já dito Rio Taquari que terá duas léguas de frente ao Este e Léguas e meia de fundo (DOAÇÃO DE SESMARIA de 1815).

As terras de Ignácio José de Moraes compreendiam parte do atual município de Colinas, e o pedido faz referência à necessidade de instalação de engenho, fábrica de água ardente e outras culturas. As terras de Ignácio José de Moraes possuíam duas léguas de frente e meia de fundo. A precisão das divisas das terras do Ignácio José de Moraes não é das melhores, mas conforme o trabalho de Relly, Machado e Schneider (2008, p. 56), o limite sul

e início das terras, “grosso modo, as áreas pertencentes a Ignácio de Moraes iniciavam na altura do atual centro urbano de Colinas”.

A carta de confirmação de sesmaria é ainda no ano de 1815, quando Ignácio de Moraes recebe a sesmaria pedida. Em relação ao sesmeiro é possível verificar uma semelhança ao caso de Ricardo Villa Nova. Pois ambos não eram de patente militar e não apresentavam como justificativa uma grande quantidade de cabeças de gado. Para justificar a posse Ignácio de Moraes apela para a produção agrícola e uma grande família. Ou seja, ele apresentava dois intentos ao governo, o desenvolver a agricultura e de aumentar o quadro demográfico em territórios da Bacia do Rio Taquari. Em seu requerimento aparecem um engenho e uma fábrica, além de outras “culturas”, que apontam para uma grande estrutura para produção de cana de açúcar, como o referido documento faz menção e outras produções agrícolas. Salientando que neste período a economia se desenvolvia assim como a política de acordo com os interesses das coroas.

Reichel e Gutfreind, no trabalho de “*As Raízes históricas do Mercosul*” (1996) as autoras já apontam para um desenvolvimento político e econômico da região platina englobando o sul da América Portuguesa. Indo ao encontro a uma análise histórica que compreende a história do Rio Grande do Sul dentro de uma perspectiva hispânica. Neste sentido, as autoras salientam o caráter econômico desta grande região, que era formada pelo atual país Uruguai, parte Oeste da Argentina até Buenos Aires e todo o Rio Grande do Sul, e que tinha como característica econômica, a divisão de grandes áreas pecuaristas e pequenos centros agrícolas.

Apesar de ficarem em um segundo plano, Reichel e Gutfreind (1996), a exemplo do trabalho de Helen Osório “*Estancieiros que plantam, lavradores que criam e comerciantes que charqueiam*” (2006), demonstram outra realidade em relação à importância da pecuária, dando ênfase as áreas de produção agrícola. Isto porque o trabalho de Reichel e Gutfreind (1996) e de Osório (2006), ilustram que mesmo nas áreas tradicionalmente conhecida como pecuaristas, a agricultura possuía uma importância relevante. Abrindo a possibilidade de se analisar as áreas agrícolas que estavam relegadas a um segundo plano econômico, como é o caso das áreas dos entornos da Bacia Hidrográfica do Rio Jacuí, em que se encerre o Rio Taquari. Estas áreas agrícolas se desenvolvem demograficamente, politicamente e

economicamente primeiramente no século XVIII dentro de um contexto bélico. Neste sentido temos:

Tanto portugueses quanto espanhóis, ao final do século XVIII, estimularam a vinda de imigrantes agricultores, com vistas ao povoamento e defesa de seus territórios fronteiriços. Maldonado (Uruguai) e Porto Alegre (RS/Brasil) são exemplos de cidades que se formaram, como decorrência desta política que colaborou para o incremento da agricultura nas colônias (REICHEL; GUTFREIND, 1996, p. 138).

No caso do Rio Grande do Sul, esta atividade econômica foi inserida a partir da ocupação de Porto Alegre seguindo o curso do Rio Jacuí em direção ao norte da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari. Com a base nos autos de medição de Ignácio José de Moraes 1815, de Ricardo Vila Nova 1815, de Primórdio Centeno de Azambuja 1842, de Francisco Silvestre Ribeiro de 1846, de Francisco Machado de Castilho de 1883, e a Correspondência de 1847, bem como na bibliografia apresentada ao longo do trabalho é possível constatar que a agricultura era a principal atividade econômica nos entornos do Rio Taquari no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX. A seguir os dados apresentados em tabela (FIGURA 8):

Figura 8: Tabela de Produção de trigo

Lembrança dos alqueires de trigo que se achão sementeados este presente ano em todo o Continente do Rio Grande de São Pedro à excepção dos Distritos de Vacaria e Sima da Serra

23 de outubro de 1780

	Alqueires de Trigo	Quartas
Porto Alegre	463	—
Viamão	579	2
Villa dos Anjos	585	2
Santo Antônio	427	—
Conceição da Serra	94	2
S. Luiz de Mostardas	955	—
Norte do Rio Grande	995	—
Villa de San Pedro	1126	2
Cahi	370	3
Freguesia Nova	149	2
Santo Amaro e Tacuari	645	—
Rio Pardo	359	—
Jacuhi	125	2
Encruzilhada	117	—
SOMA	6.990	15

Fonte: Reichel e Gutfreind (1996, p. 139).

Como apresentada na tabela (FIGURA 8), a agricultura se desenvolvera de forma rápida nos entornos de Santo Amaro e Taquari, apresentando no de 1780 um total de 645 alqueires de trigo. Este desenvolvimento econômico se fazia através do incentivo de expandir

a fronteira das possessões lusas, através de chefes militares e casais açorianos, ainda conforme Reichel e Gutfreind (1996), em relação à agricultura na região portuguesa, têm-se:

Semelhante ao que ocorria no território sob domínio espanhol, a agricultura enfrentou dificuldades para se desenvolver, pois um bom número de agricultores não eram proprietários das terras cultivadas. Encontramos vários requerimentos que tratam de pedidos de licença para a tomada de posses de terras, onde a justificativa apresentada refere à pretensão de os interessados ali estabelecerem casa e lavouras de alimentos e também de trigo. Para recebê-las, os pretendentes deveriam cumprir exigências, como tornar a terra produtiva, promover o plantio de árvores frutíferas e de outras espécies, além de aproveitar sua lenha e suas frutas (REICHEL; GUTFREIND, 1996, p. 140).

As características apontadas Reichel e Gutfreind (1996), também podem ser verificadas nos territórios da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari durante o referido período. Com base no trabalho de Christillino (2004), nos entornos do Rio Taquari existia uma grande quantidade de despossuídos de terra que trabalhavam na agricultura. E da mesma forma, os pedidos de terra se faziam em torno da possibilidade do plantio e cultivo agrícola.

Vale salientar que na documentação da carta de sesmaria de 1815, não há referência de escravos, mas a partir da estrutura apresentada é possível cogitar que Ignácio José de Moraes possuía escravizados. E mesmo inferir que já existia um mercado de escoamento, pois para a instalação de engenhos e fábricas se faziam no mínimo necessário para venda dos produtos oriundos desta atividade. Assim como o caso de Ricardo Villa Nova, o proprietário se distinguia da formação econômica do Rio Grande do Sul da época. Isto porque as áreas de campo de planalto e das áreas pampianas de fronteira eram disputadas pelos grandes estancieiros pecuaristas enquanto que as áreas da depressão central com floresta como é caso dos entornos territoriais da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, grosso modo, estavam à disposição.

A terra na margem esquerda do Rio Taquari onde atualmente fica o município de Colinas se dividiam na primeira metade do século XIX, entre Ricardo Villa Nova, Antonio Xavier de Azambuja e Ignácio José de Moraes, conforme mapa anterior (FIGURA 7). Portanto, com base nas Cartas de Doação de Sesmaria e Auto de Medição analisados, bem como nos trabalhos de Christillino (2004), Gregory (2015), Relly, Machado e Schneider (2008), podemos constatar que ao final da primeira metade do século XIX e início da segunda, estas terras se desenrolaram em processo de heranças e disputas judiciais

envolvendo Primórdio Centeno de Azambuja, herdeiro e comprador das terras, visando loteamento para a futura imigração alemã.

É interessante verificar que as doações feitas aos referidos sesmeiros no parágrafo anterior, assim como as terras de Francisco Sivestre Ribeiro estavam na fronteira mais distante do avanço em direção norte do Rio Taquari. O que os documentos denominam como Serra Geral na atualidade correspondem aos municípios de Encantado, Roca Sales, Ilópolis, Arvorezinha e Guaporé, os quais na época deviam servir como uma barreira geográfica natural. Sendo assim, o curso do Rio Taquari em um primeiro momento servia como defesa militar e em um segundo momento para o avanço de uma atividade econômica conectada a agricultura, possibilitada pela estrutura ambiental apresentada na primeira parte deste capítulo, tendo como consequência um aumento demográfico, também um dos principais objetivos do governo. A partir do exposto, em vista que este território sempre fora espaço das vivências dos indígenas Kaingang, também pode se pensar em uma fronteira interétnica, que se estabelecia.

No início da primeira metade do século XIX, outra relevante fazenda desta época é a Fazenda da Estrella, de posse primeiramente de João Ignácio Teixeira e posteriormente permutada por Victorino Ribeiro. A Fazenda da Estrella, ou a sesmaria de João Ignácio Teixeira aparecem no auto de medição de Victorino Ribeiro. Na documentação são apontadas os tramites de transferência da fazenda, como pode ser visto a seguir:

Traslado de uns autos da medição da Fazenda da Estrella em que são autores o Coronel Victorino José Ribeiro e sua mulher Dona Ana Emilia Sampaio Ribeiro, como abaixo se declara:

Mil oitocentos e sessenta e um. Ano do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e sessenta e um, nesta Villa de Taquary, aos trinta dias do mês de março do dito ano. [...] Coronel Victorino José Ribeiro e sua mulher Dona Ana Emilia Sampaio Ribeiro, que sendo eles suplicantes legítimos, senhores e possuidores de uma Fazenda de cultura e matos denominada Estrella, na qual residem, cita à margem esquerda do Rio Taquary, neste município, contendo 3900 braças de frente ao referido Rio e légua e meia de fundos para a serra com as divisas e confrontações indicadas no respectivo título de concessão e confirmação junto oferecem. Cuja Fazenda houvera por compra que fizeram no ano de mil oitocentos e trinta a José Ignácio Teixeira Júnior e sua mulher, que a houveram por título de herança do finado João Ignácio Teixeira a quem fora concedida e querendo a eles suplicantes fazer medir e demarcar por este juízo que é para isso competente pelo Decreto 2105 de 13 de fevereiro de mil oitocentos e cinquenta e oito (Declara da alçada dos Juizes Commissarios do art. 30 do Regulamento de trinta de Janeiro de 1854 as questões dos limites de todas as posses e sesmarias, que confinarem com terras devolutas), vem por isso apresentar os respectivos documentos de sua propriedade e requer a Vossa Senhoria se sirva proceder à sua medição e

demarcação, atendendo às suas divisas naturais de frente e lados, designadas no Título de concessão (AUTO DE MEDIÇÃO de Victorino José Ribeiro de 1861).

Nos autos de medição de Victorino José Ribeiro aparecem cartas de sesmarias do proprietário anterior, no caso João Ignácio Teixeira.

Dom João por graça de Deus príncipe regente de Portugal e dos Algarves da quem e da Cem Mar em África da Guiné e da Conquista Navegação e Comércio da Ethiopia, Arábia, Pérsia e da Índia.

Faço saber aos que esta minha Carta de Confirmação de Sesmaria virem que por parte de João Ignácio Teixeira, me foi apresentada outra mandada passar por Dom José de Castro Conde de Resende Vice Rey e capitão General do Mar e Terra do Estado do Brasil, a qual é do teor seguinte:

Faço saber aos que esta minha Carta de Sesmaria virem que atendendo a representar me João Ignácio Teixeira, morador na Villa de Porto Alegre, continente do Rio Grande de São Pedro, que ele possuía número de escravos que queria empregar em plantações e não tinha terras próprias para o fazer, e como na serra sua de Taquary haviam matos e me pedia que fizesse conceder de Sesmaria três léguas de terras de frente com uma de fundos, confrontando pela frente com o Rio Taquary, digo com o Rio de Taquary ao rumo do Sul, do Norte com a mesma serra, e leste a oeste com terras de João da Silva Ribeiro Lima e sendo visto o seu requerimento e a informação que deu a Câmara da Villa de Porto Alegre e que declarou fazerem frente os matos a Oeste no Rio Taquary e seguindo as voltas do mesmo Rio terem 3900 braças e de fundos légua e meia partindo pelo Norte com Francisco Leonardo Cardoso pelo Arroio Grande e pelo Sul com o alferes João de Silva Ribeiro Lima e pelo Arroio do Ouro fariam fundos a Leste (AUTO DE MEDIÇÃO de Victorino José Ribeiro de 1861).

Com base na documentação em nome de Victorino José Ribeiro e João Ignácio Teixeira, bem como a bibliografia pesquisada sobre a história do Vale do Taquari, a Fazenda da Estrella localizava-se aonde hoje se encontra o atual município de Estrella. Segundo Gregory (2015, p. 09), “teve como marco inicial o território que abrangeu a Fazenda da Estrella (1794-1856), a qual contou dentre os proprietários, o Coronel Victorino José Ribeiro”. Sendo que até o ano de 1831 era uma sesmaria de João Ignácio Teixeira e somente a partir de então passou a ser de Victorino José Ribeiro.

Victorino José Ribeiro era um proeminente da sociedade de Porto Alegre e dos entornos do Rio Taquari, esse conforme Gregory (2015), além de coronel era suplente na primeira legislatura do Rio Grande do Sul. Segundo Gregory (2015), Victorino José Ribeiro foi o terceiro proprietário da Fazenda da Estrella, pois antes o dono havia sido João Ignácio Teixeira e posteriormente seu sobrinho, José Ignácio Teixeira. Vale salientar que Vitorino, no

momento da compra “não passou a morar imediatamente na propriedade, mas sim nas vilas mais próxima como Taquari e Porto Alegre e utilizaram da propriedade para gerar lucros, usando de mão de obra escrava nas propriedades” (GREGORY, 2015, p. 23).

Apesar de em um primeiro momento parecer que a compra se dá por motivos de loteamento, em função da chegada dos imigrantes alemães, com base no trabalho de Gregory (2015), é possível afirmar que o interesse de Victorino José Ribeiro, era o de explorar a fazenda com o objetivo de gerar lucros. Pensando na possibilidade da agricultura e no aproveitamento da madeira, uma das fontes de renda da época.

Perante a diversificada vegetação e por estarem localizadas próximas aos engenhos de corte de madeira, tem se como hipótese principal de que a mão de obra escrava foi utilizada na extração de madeira, pois tinha grande valor no momento para a construção das casas dos imigrantes alemães que iniciam a colonização no território gaúcho em 1824, conforme apontam os registros (GREGORY, 2015, p. 30).

A Fazenda da Estrella esteve ativa pelo menos do início do século XIX até meados do século XIX, passando na mão de vários proprietários. A Fazenda da Estrella se tratava de um empreendimento produtivo, na qual todos os proprietários se utilizaram dela para a obtenção de lucros, visto a quantidade de escravos que Victorino José Ribeiro possuía, repassados por José Ignácio Teixeira quando da permutação das terras. “Permutação de uma Fazenda de terras com suas benfeitorias e utensílios por uma morada de casas de sobrado e venda de vinte escravos ladinos que fazem José Ignácio Teixeira Júnior e sua mulher a Victorino José Ribeiro e sua mulher” (AUTO DE MEDIÇÃO de Victorino José Ribeiro de 1861).

Em outro trecho do auto de medição aparecem inclusive os nomes dos escravos, conforme segue:

[...] possuíam mais vinte escravos ladinos que se acham na referida Fazenda da Estrella, de nomes João, Cabundá, Bernardo, Victorino, Gonçalo, Lourenço, Pedro, Caetano, Vicente, André, Capenga, João, Venâncio, José Castelhana, José Canteiro, Manoel, Manoel cozinheiro, Bento, Ignacio Pitico, os quais são de diferentes idades. Pelo preço e quantia de quatro contos de réis, comportado esse valor entre todos os ditos vinte escravos ficando obrigados os compradores a pagar a Siza respectiva e confirmarão os vendedores terem recebido esta quantia da venda de que darão plena e geral quitação da sobredita Fazenda permutada (AUTO DE MEDIÇÃO de Victorino José Ribeiro de 1861).

Com base no auto de medição de Victorino José Ribeiro de 1861 e na documentação pesquisada é possível afirmar que o objetivo da compra da Fazenda não era exclusivo para o loteamento. Pois como pode ser visto, Victorino José Ribeiro possuía uma grande quantidade de escravos, que muito provavelmente eram utilizados para benfeitorias agrícolas e de extração da madeira. Assim como muito provavelmente tenha sido a Fazenda Conventos¹⁶, que se localizava no atual município de Lajeado, mas que em função da falta de documentação e bibliografia, neste trabalho não foi possível analisar dados acerca dela, mas sabe-se que era originalmente uma sesmaria de José Ignácio Teixeira e posteriormente foi lotada para a imigração alemã.

Para a compreensão da questão agrária, da ocupação e de atividades econômicas nos entornos da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari de meados do século XVIII até meados do século XIX, é preciso um panorama sobre os regimes de terras do Brasil no século XIX. Segundo Faoro (2012) e Dean (1996), para o período estudado é possível destacar dois momentos: o primeiro com o regime de sesmaria conectado ao influxo de escravos, pecuária extensiva e prestígio político com a afirmação aristocrática. O segundo, a partir de 1822, com o fim do modelo de sesmarias, se desprendendo da legislação portuguesa e tem-se início ao regime da posse. O regime de posse adotado pelo Império brasileiro a partir de 1822 era feito através da herança, doação, compra e venda ou reconhecimento da posse através da cultura efetiva, o que liberou para a busca por terras devolutas e aumento da violência.

Com base no referencial teórico e alinhamento da documentação apresentada até aqui, é possível constatar que os modelos apontados por Faoro (2012) e Dean (2012), podem ser verificados em partes para os entornos territoriais da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari no período estudado. Observou-se que o modelo de sesmaria se solidificou nestes espaços, verificando o grande influxo de escravos, como é possível identificar no Censo de 1814 conforme a Fundação de economia e estatística (1981), e nos trabalhos de Christillino (2004) e Pires (2016). Também o prestígio político com a afirmação aristocrática local e regional,

¹⁶ A Fazenda Conventos se tratava da sesmaria recebida por José Ignácio Teixeira, localizada na margem direita do rio Taquari, entre os arroios Forqueta e dos Moinhos e que fora vendida para Antônio Fialho de Vargas em 1854. Conforme Relatório de 24/08/1861, enviado pela sociedade Batista Fialho & Companhia à Secretaria do Governo da Província, aonde fora fundada a Colônia Conventos em 20/03/1885, a colônia fora fundada no local da Fazenda de sua propriedade, denominada “Conventos”, localizada na margem direita do Rio Taquari, entre os arroios Forqueta e dos Moinhos.

como também é possível perceber em trabalhos como o de Christilino (2004), Tiburi (2011) e Gregory (2015). Em relação ao regime de sesmaria o que não pode ser verificado é o modelo econômico da pecuária extrativista, pois com base na documentação o que mais se verificou foi uma economia voltada para a atividade agrícola, diversificada em termos de produtos comerciais. Em relação ao regime da posse, também se identificou a transmissão de terras por herança como o caso de Primórdio Centeno de Azambuja registrado em Auto de Medição de 1850, e principalmente de venda, como foi possível verificar em casos como o da Fazenda Estrella em Auto de Medição de 1861 de Victorino José Ribeiro. Com base na documentação analisada vale enfatizar a cultura efetiva sobre a terra, e a busca pelas chamadas terras devolutas, destacadas em mapas, caracterizando um período de violência, principalmente em relação aos povos indígenas, e de demarcações arbitrárias.

Neste sentido, Faoro (2012), em relação ao panorama agrário do Brasil do período Colonial e do Império, salienta que o resultado após três séculos de sesmarias, foi uma baixa densidade demográfica, uma grande parte da terra distribuída, a baixa ocupação, e pobres vagando ao redor destas terras. No caso dos entorno territoriais da Bacia do Rio Taquari, salienta-se que conforme verificado, esta não apresentou uma densidade demográfica tão baixa ao final da primeira metade do século XIX, tendo em vista que até aquele momento se tinha apenas um século de ocupação lusa oficial. Mas observou-se uma exclusão de grupos de lavradores e indígenas, sem levar em consideração os escravos africanos. Segundo Christillino (2004), estes são os chamados pardos da documentação, que ficaram de fora da distribuição de terras e muito menos da possibilidade de compra no período posterior. Faoro (2012) ainda destaca que a herança portuguesa em torno da grande propriedade já estava consolidada e legitimada no imaginário social quando a Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850, a Lei de Terras, foi aprovada, e que instituía a posse da terra apenas pela sucessão, compra e venda. Salienta-se que segundo Faoro (2012), a Lei de Terras de 1850, é a ratificação formal do regime de posses. Onde se tem pela primeira vez a inserção do público na mediação da compra e venda, cujo objetivo consistiu em estimular a compra pelo imigrante que estava chegando, e impossibilitar a posse por parte dos menos favorecidos da sociedade.

Com o exposto ao longo do capítulo, considera-se que as áreas da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari fez parte primeiramente do projeto português de ocupação dentro de um contexto de disputa entre as Coroas ibéricas, momento no qual se incentivou a doação de

sesmarias a chefes militares, desde a segunda metade do século XVIII até pelo menos o início do século XIX. Entretanto, em um segundo momento, de acordo com o exposto, se tem o interesse do governo provincial em povoar e desenvolver economicamente as áreas no entorno da Bacia do Rio Taquari. Portanto, é neste segundo momento que observamos a união da elite local, seja ela econômica ou militar, com o governo português e provincial, conforme foi possível constatar pelo significativo número de pedidos por sesmarias em direção as chamadas terras devolutas. Verificou-se também que a principal atividade econômica destas sesmarias e fazendas era a agricultura. Neste sentido, deve ser levada em consideração a composição geoambiental da Bacia do Rio Taquari, isto é, localizada na depressão central, com uma área de altitude mais baixa e uma mais elevada em direção ao planalto, com um terreno acidentado, possuindo um espaço de floresta com uma vasta fauna e flora irrigada por arroios e rios que desaguam na Bacia Hidrográfica do Rio Jacuí. Se diferenciando do modelo hegemônico da economia pecuarista, que dependia de vastas áreas de campo.

Vale salientar que a pesquisa é ancorada por uma historiografia mais recente que considera com relevância a atividade agrícola. Sendo assim, contrapõe-se a uma historiografia mais antiga que considerava o Rio Grande do Sul dos séculos XVIII e XIX, como um espaço exclusivo da pecuária. Trabalho importante para esta percepção é o de Osório (2004), que e sua pesquisa dilui a importância da pecuária perante os números da atividade agrícola em comparação a criação de gado. Em relação ao período entre 1738 e 1784 a autora aponta o seguinte:

A primeira constatação que a “Relação” possibilita é a de que no Rio Grande, região comumente considerada como o “reino da pecuária”, o número de possuidores de terras dedicadas à agricultura predominam amplamente sobre os criadores de gado [...] Eliminando-se os casos não informados do número total de registros, este percentual chega a 67,6%, contra 26,8% dos “criadores” e “criadores lavradores” somados. A importância numérica deste grupo na configuração da paisagem agrária e produtiva do Rio Grande do Sul fica aqui evidenciada (OSÓRIO, 2004, p. 77).

Com o exposto em linhas gerais, Osório (2004) acentua que sob a generalização de estancieiros, muitos viviam em função da agricultura, portanto a denominação adequada é fazendas, motivo pelo qual a autora chamou de estancieiros que plantam. Com base na documentação pesquisada, principalmente os autos de medição e correspondências, pode se dizer que nos territórios da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, o que se tinha na sua grande

maioria, ao longo da segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX, eram fazendeiros, porque se tratou de sesmeiros que plantavam, tendo em vista ser esta a principal atividade era agrícola, configurando nos entornos do Rio Taquari.

Com base no trabalho de Furtado (1979), é possível pensar a questão econômica do Brasil do século XIX, ainda com a questão da terra e sua distribuição como eixo central, situação que também propomos se aplicar para a situação econômica dos entornos territoriais da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari na segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX. Isto porque, conforme visto, o avanço agrário sobre a terra se fez através de regalias: em um primeiro momento, privilégio militar, e em um segundo momento privilégio político. Estruturando a ocupação territorial e consequentemente econômica durante este período, no qual poucos detinham uma grande parcela de terras, enquanto que aos que não detinham nada, restava o trabalho nas sesmarias e fazendas destes poucos, sem mencionar o trabalho escravizado. Sendo assim, é possível constar que este modelo perdurou de forma hegemônica nos entornos do Rio Taquari até pelo menos o final da primeira metade do século XIX. Momento no qual, conforme já se mencionou, começa a pensar na pequena propriedade com o projeto colonizatório do imigrante alemão. Projeto este que desconsiderou atores sociais como os indígenas, caboclos, negros escravizados e os livres despossuídos de posse.

Com base nas etapas de crescimento de Rostow (1971), estas são divididas em cinco momentos, sendo eles: 1º) A sociedade tradicional; 2º) Fase de transição; 3º) Do arranco com Condições de modificações; 4º) Continuidade para a maturação; 5º) Consumo em massa. Para a análise econômica do espaço e tempo pesquisado neste trabalho, é possível se deter as duas primeiras etapas. Isto porque verificando a documentação e a bibliografia analisada, é possível estabelecer um alinhamento para com estas. Portanto na primeira etapa denominada de sociedade tradicional, esta se caracteriza por funções de produção limitada, baseadas em atitudes pré-newtonianas em relação à tecnologia e ao mundo físico. Esta sociedade não seria necessariamente estática, apesar de as mudanças serem lentas, com grande parte da população dependendo da agricultura, apresentando uma sociedade rígida e com pouca mobilidade social, sendo que a estrutura política está conectada ao controle das terras. Neste sentido, podemos inserir a sociedade dos entornos do Rio Taquari de meados século XVIII até meados do século XIX, pelo fato de ser totalmente dependente da agricultura, conforme os auto de medição analisados. Também foi possível perceber que a agricultura local não possuía

condições de muitos avanços técnicos, que possibilitassem uma expansão de mercado e de inovação. Além do que, no período em estudo, caracterizava-se por uma sociedade extremamente hierarquizada com pouca mobilidade social em função da posse da terra, pois somente a poucos privilegiados era dado o direito de petição de sesmaria.

A segunda etapa, a de transição, estaria alicerçada pelo desenvolvimento da ciência e do mercado, dando início à formação de um Estado nacional centralizador. Corroborar para tal o fato de que o final da primeira metade do século XIX se caracterizou por esta transição, visto a valorização comercial das terras, inserindo estas no mercado de compra e venda de terras, situação que fez com que muitas áreas territoriais passassem a ser comercializadas. Mas ao alinhar, a estrutura socioeconômica dos entornos da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari a esta segunda etapa, observou-se que a mesma somente se concretizaria na segunda metade do século XIX com a imigração alemã, em função do objetivo do governo estabelecer as bases da formação do Estado nacional brasileiro.

A partir do levantamento bibliográfico de fontes como Christilino (2004) e Pires (2016), alinhados a documentação referente ao estabelecimento de sesmarias e fazendas, bem como apanhado teórico, é possível enquadrar a atividade econômica dos entornos territoriais da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari na etapa “sociedade tradicional” de Rostow (1971). Isto porque possuía uma economia agrícola de mudanças lentas de estratificação social, baseada no acesso a terra. Enfatizamos ainda, se for levado em conta o processo de transição, pode se pensar no sentido de que a formação de um Estado-Nação só se daria em termos de Brasil a partir da segunda metade do século XIX, sendo assim é possível constatar que todo o período que vai da segunda metade do século XVIII até pelo menos 1850, a Bacia Hidrográfica do Rio Taquari está inserida em um processo de desenvolvimento econômico colonial, tradicional, mas que fomentou as bases do desenvolvimento econômico das décadas seguintes. Isto porém, com ressalva, haja vista que este processo de economia tradicional trouxe como desdobramentos uma relação social desigual, pois negros escravizados, pobres lavradores e indígenas ficaram fora deste processo. Sendo que os negros eram a mão de obra das sesmarias e fazendas, pobres lavradores se tratavam de despossuídos, que ficavam longe do acesso a terra, e os indígenas como será visto com maior propriedade no capítulo seguinte, se apresentavam como um entrave para o estabelecimento do modelo luso vigente na época. Em relação à questão ambiental, a partir da primeira etapa, houve uma relação predatória com o

ambiente, mas que não é possível mensurá-lo visto que seria feita uma perspectiva histórica anacrônica da compreensão de desenvolvimento econômico.

Dentro da perspectiva teórica para o estudo de uma atividade econômica e seus desdobramentos, tendo em vista as especificidades das áreas nos entornos do Rio Taquari, levando em consideração o desenrolar histórico da ocupação agrária local e recorrendo ao estudo de Luís Ribeiro Fragoso (1998), tem-se uma especificidade regional. Neste sentido e com base no trabalho de Zarth (1997), é possível adaptar os estágios de desenvolvimento de *Foweraker*. Ou seja, o primeiro destes estágios nomeado de “não capitalista”, onde as trocas estão limitadas e as atividades estão ligadas ao extrativismo, tornando o mercado inexistente. Assim este estágio estaria de acordo com o período das primeiras doações de sesmarias no século XVIII em territórios da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, somando à atividade extrativista a manutenção da fronteira. O segundo estágio denominado “pré-capitalista”, onde a imigração e o extrativismo aumentam, elevando o valor da terra, pode ser associado ao período de transição do século XVIII para o XIX, quando aumentam os números de pedidos por mais terras, e se estabelecem as primeiras fazendas agrícolas e de extrativismo. O terceiro estágio denominado de “capitalista”, é onde de fato a região efetivamente se integra a economia nacional, em que a agricultura passa a predominar sobre o extrativismo transformando a terra em mercadoria e utilizando-se do trabalho livre ao lado do escravagista. Este estágio, em relação aos entornos territoriais da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari pode ser conectado ao período que se estende ao longo da segunda metade do século XIX. Fazendo as devidas ressalvas, de que o extrativismo nunca perdeu a sua força, pelo menos ao longo do período estudado, em que o trabalho livre se apresenta de forma precária.

É dentro desta compressão de etapa inicial que se compreende a atividade econômica do período estudado, pois partindo dos pressupostos de Furtado (1979), de que toda sociedade é capaz de produzir excedente, e que com base nisto existe uma necessidade natural de vender. Fato que ocorria com a atividade agrícola dos entornos da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari na primeira metade do século XIX. Neste sentido “em todas as sociedades formaram-se grupos minoritários que, por uma forma ou de outra, souberam apropriar-se do excedente de produção [...], e este fato, extremamente simples e de observação universal, está na base do processo de desenvolvimento” (FURTADO, 1979, p. 144). Portanto, é possível constatar que os sesmeiros donos de fazendas são considerados como os primeiros membros de uma elite

econômica do que posteriormente passou-se a denominar de Vale do Taquari, sem deixar de considerar, de que conforme Furtado (1979), nas sociedades tradicionais o acúmulo se dá necessariamente com base na mão de obra escravizada, que como visto nos entornos do Rio Taquari fora abundante.

Segundo ainda Furtado (1979) a agricultura tradicional não é incompatível com o modo capitalista de produção, levando em consideração que este modo de agricultura tradicional faz parte de um processo inicial de crescimento econômico. Voltando a uma perspectiva ambiental, os recursos naturais encontrados em territórios da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, como solo, recursos hídricos, fauna e flora, possibilitaram o desenvolvimento desta agricultura, somando-se a um sistema escravocrata e de navegabilidade do rio. Sendo assim, este conjunto de elementos e o surgimento de vilas como a de Porto Alegre¹⁷ possibilitaram um primeiro desenvolvimento econômico.

Em relação à navegabilidade do rio, o “Rio Taquari também é visto como um elemento que foi e é fundamental para o desenvolvimento da região. Por meio dele os colonizadores ocuparam as terras às margens, onde atualmente estão as maiores cidade do Vale do Taquari” (ECKERT, 2009, p. 85). Reinheimer (2007) assinala o seguinte:

O Rio Taquari corresponde a uma importante bacia fluvial, com um formador principal, o rio Taquari, e inúmeros tributários. Os terrenos desse vale eram considerados férteis. Havia a presença de portos naturais que permitiam o escoamento da produção até as vilas e até Porto Alegre. Na década de 1860 do século XX, esses fatores já eram percebidos pela administração da província. [...] A área do rio Taquari oferecia potencial para o desenvolvimento econômico. A possibilidade de escoar a produção para a capital foi um reforço à colonização (REINHEIMER, 2007, p. 34).

A partir disto pode se pensar na importância que o Rio Taquari tinha para o estabelecimento e direcionamento das sesmarias e fazendas. A proximidade destas com o rio auxiliavam e facilitavam não somente o acesso, como também o transporte dos cultivos produzidos na agricultura das fazendas. Andrade (2008) define a economia nesta perspectiva como um subsistema de um sistema maior que a sustenta. Ou seja, a economia e a ocupação humana dos territórios da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari no período estudado eram

¹⁷ Apesar de ser villa desde 1773, é com a provisão real de 7 de outubro de 1809 que é oficializado as villas de Viamão, Triunfo e Porto Alegre.

dependentes e subservientes dos recursos naturais e fertilidade dos entornos da área e da navegabilidade do Rio Taquari. Frente a isto, é possível constar que a atividade agrícola nos entornos do Rio Taquari só foi possível em função das características geoambientais e todos os recursos que esta estrutura possibilitava aos ocupantes da época. A perspectiva de Andrade (2008) leva em consideração a análise biofísica-ecológica do sistema econômico, possibilitando relacionar a atividade econômica com a estrutural ambiental para o espaço que está sendo analisado.

Outro aspecto a ser levado em consideração, é que os sistemas agrários no Rio Grande do Sul evoluíram de formas distintas no espaço e no tempo. Identificados por características específicas de aspectos políticos, econômicos e naturais. Miguel (2013) destaca as características naturais de duas áreas distintas no Rio Grande do Sul, a região de campos, alinhada com sistemas agrários baseados na pecuária e criação bovina, e as áreas de floresta, alinhadas com a atividade agrária de sistemas agrícolas e criação de animais de pequeno porte.

De fato, o estudo da história da agricultura no Rio Grande do Sul revela a existência de duas grandes linhas de evolução desse espaço agrário. A primeira linha de evolução ocorreu nas regiões fisiográficas originalmente cobertas por uma vegetação de campos (estepes e savanas do tipo arbóreo aberto, parque ou gramíneo-lenhoso). A segunda linha de evolução ocorreu nas regiões fisiográficas originalmente cobertas por uma vegetação de floresta (floresta ombrófila densa ou mista, floresta estacional semidecidual ou decidual) (MIGUEL, 2013, p. 06).

Neste sentido, é possível pensar o avanço agrícola por meio do estabelecimento de sesmarias e fazendas nos entornos do Rio Taquari a partir das condições edafoclimáticas¹⁸. Miguel (2013, p. 03), destaca que a partir da teoria dos sistemas agrários “busca-se resgatar as formas de agriculturas hegemônicas em um determinado espaço agrário, descrevendo a sua organização e funcionamento, assim como as suas transformações ao longo do tempo”. O trabalho de Miguel (2013) tende a auxiliar na compreensão diferenciada da evolução econômica e agrária em territórios da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari. Visto que, estes espaços se caracterizam pelo estabelecimento estancieiro das sesmarias e fazendas, típicas das regiões de campo, mas com a economia estabelecida no modelo agrícola. Caracterizando uma paisagem agrária específica aonde se localiza a região denominada de Depressão Central.

¹⁸ Condições definidas pelo clima, humidade, temperatura relevo radiação solar e a hidrografia.

Nestas áreas formadas por florestas, que cobrem vales e colinas ao redor de uma densa quantidade de rios e bacias hidrográficas com mata ciliar e de galeria, da qual o Rio Taquari, se apresenta como principal caminho em direção ao norte, e de conexão ao Rio Jacuí, por onde passa a economia produzida nos entornos do rio. Tal contexto, em nosso ponto de vista, explica a ocupação em direção norte em ambas as margens, onde os mapas e a documentação sobre as fazendas e sesmarias apresentam o interesse das terras próximas ao Rio Taquari, transformando a composição agrária da paisagem nos entornos do Rio. Neste contexto é que deu-se a demarcação das terras e a fixação dos elementos da chamada biota européia, com a chegada de animais de tração e de consumo, bem como de novos elementos na flora e o manejo com a terra.

Vale salientar que a proposta analítica desta dissertação apresenta uma visão divergente em relação às interpretações sobre o processo agrário nos entornos territoriais da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari. Sobretudo, se tomarmos o que autores como Roche (1969) e mesmo Miguel (2013) apresentam. Tendo em vista que uma boa parte da historiografia mais tradicional credencia o uso intensivo da agricultura nos espaços dos entornos do Rio Taquari aos imigrantes alemães e italianos que se estabeleceram nestas áreas com mais intensidade na segunda metade do século XIX. Corrobora para a questão, conforme Zarth (1997, p. 32), o fato de que “Jean Roche dá muito destaque para a qualidade dos colonizadores... nesse discurso, o colono europeu seria o legítimo portador do espírito de progresso do capitalismo ao passo que o caboclo brasileiro estaria representando o atraso”.

O que foi possível depreender da documentação pesquisada é o que muito antes da chegada dos imigrantes alemães e italianos, estas áreas territoriais da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari já eram ocupadas, e onde era utilizada a agricultura como principal atividade econômica. Neste sentido sim, é possível visualizar um processo econômico que leva em consideração o contexto político tendo em vista o estabelecimento de sesmarias a elites militares, o desenvolvimento de fazendas em torno da atividade econômica da agricultura, dentro de uma dinâmica interna e de possibilidades que o ambiente da depressão central aonde se localiza a Bacia Hidrográfica do Rio Taquari apresentava. Não como um determinismo geográfico, mas uma intensa interação entre homem e natureza, que possibilitou muito antes do imigrante a atividade da agricultura.

A historiografia mais recente traz uma nova perspectiva sobre a análise da economia colonial do Brasil. Um revigorante passo em direção à diluição das análises globalizantes representada pelos trabalhos de Caio Prado Junior e Gilberto Freire, com base nos quais Celso Furtado (1979) também escreve seus textos, em que o Brasil aparece de forma geral dentro de um contexto desenhado entre colônia e metrópole. Ou seja, para fora, portanto diferente daqueles que apresentam a dinâmica econômica interna, como é o caso de Luís Ribeiro Fragoso (1998). Esta nova perspectiva possibilita recortes específicos no tempo e no espaço, no caso desta pesquisa, cujo recorte espacial e temporal foi os entornos do Rio Taquari da segunda metade do século XVIII até meados do século XIX.

Esta nova corrente possibilita o olhar a da dinâmica interna da colônia, aonde se destacam os setores de abastecimento do Brasil deste período, setores que até então eram relegados a um segundo plano dentro da perspectiva econômica da história do Brasil. Isto porque, as grandes narrativas da primeira metade do século XX, traçavam um plano geral aonde a dinâmica da exportação, na qual a economia estava totalmente subordinada aos interesses externos, era preponderante na economia brasileira do período. Fato que distanciava as áreas agrícolas das narrativas, e a exemplo do trabalho escravo, fator de extrema importância na economia, o qual somente possuía relevância quando conectado aos grandes centros açucareiros e mineradores, sem a possibilidade de análise da possibilidade do mesmo *modos operandi* possuir importância na produção interna. Sendo este período, um tempo importante para a compreensão da formação da sociedade brasileira, a nova historiografia possibilita o tratamento adequado à dinâmica interna e as especificidades de cada lugar pensando em um país continental como o Brasil.

Nesta nova perspectiva surgem tratamentos históricos mais adequados para a interpretação de uma elite que não estava conectada com a exportação, como é o caso das elites dos entornos da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari. Permitindo a análise de um estabelecimento aristocrático aonde o investimento do capital não se dá somente na produção exportadora, mas na compra de títulos honoríficos, na aquisição de terras e escravos, e nos investimentos na agricultura. Visto que, esta análise permite verificar a construção das sociedades regionais da época, principalmente em torno do estabelecimento de sesmarias e fazendas, em um espaço que permite a extração de bens naturais e a escoação destes para dentro da própria colônia. Como é o caso da Bacia do Rio Taquari, que até pelo menos ao

início da segunda metade do século XVIII, não conhecia esse trato aristocrático, mercantil e agrícola destas terras.

Fragoso questiona essa autossuficiência das *plantations* mostrando que, segundo o inquérito agrícola realizado pelo Marquês de Lavradio, “em 1778, as áreas mais envolvidas com a agro exportação do açúcar, como, por exemplo, o Distrito de Campos, eram as que menos produziam alimentos” (FRAGOSO, 1998, p. 100).

Ou seja, para se manter, as grandes propriedades recorriam à agricultura de subsistência. Vale notar ainda que “a agro exportação fluminense se valia não só de áreas abastecedoras dentro da própria Capitania, como Cabo Frio, mas também de áreas mais distantes, a exemplo do Rio Grande do Sul” (SILVA, 2014, p. 1958).

Esta nova abordagem possibilita a resignificação da agricultura em áreas distantes dos centros de produção econômica do Brasil na época. Dando maior importância as atividades econômicas ligadas ao abastecimento interno, trazendo atores locais desta história que muitas vezes ficavam na invisibilidade perante as grandes narrativas. Em relação ao escravismo e a estrutura econômica:

A caracterização da colônia pelo tripé monocultura, latifúndio e escravismo cede espaço para uma organização mais complexa, onde a própria existência dos latifúndios gera um mercado interno, gera redes para lhe abastecer, a ponto dos mesmos se tornarem dependentes desses ramos de subsistência. O escravismo deixa de ser exclusividade das grandes propriedades e reaparece em pequenos espaços, produzindo não mais o açúcar, mas também mandioca e farinha de milho (SILVA, 2014, p. 1961).

Como exposto, a atividade econômica nos entornos territoriais da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, se desenrolavam de uma forma diferenciada do restante da Colônia e posteriormente do Império. A partir das novas abordagens é possível observar as transformações socioeconômicas específicas dos entornos do Rio Taquari da segunda metade do século XVIII até o fim da primeira metade do século XIX, com a incorporação da agricultura, do trabalho escravo e do máximo aproveitamento das possibilidades naturais que estes espaços proporcionavam. As sesmarias e fazendas trouxeram desdobramentos e impactos perante um panorama amplo de ocupação do Rio Taquari, tais como, a inserção de novos elementos sociais como africanos escravizados, pobres lavradores, ervateiros, uso privado da terra e a agricultura, pensando desde o período da ocupação indígena antes da chegada do elemento europeu.

5 ASPECTOS LIGADOS ÀS ATIVIDADES ECONÔMICAS DAS FAZENDAS E SEUS DESDOBRAMENTOS SOCIOAMBIENTAIS NO TERRITÓRIO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TAQUARI

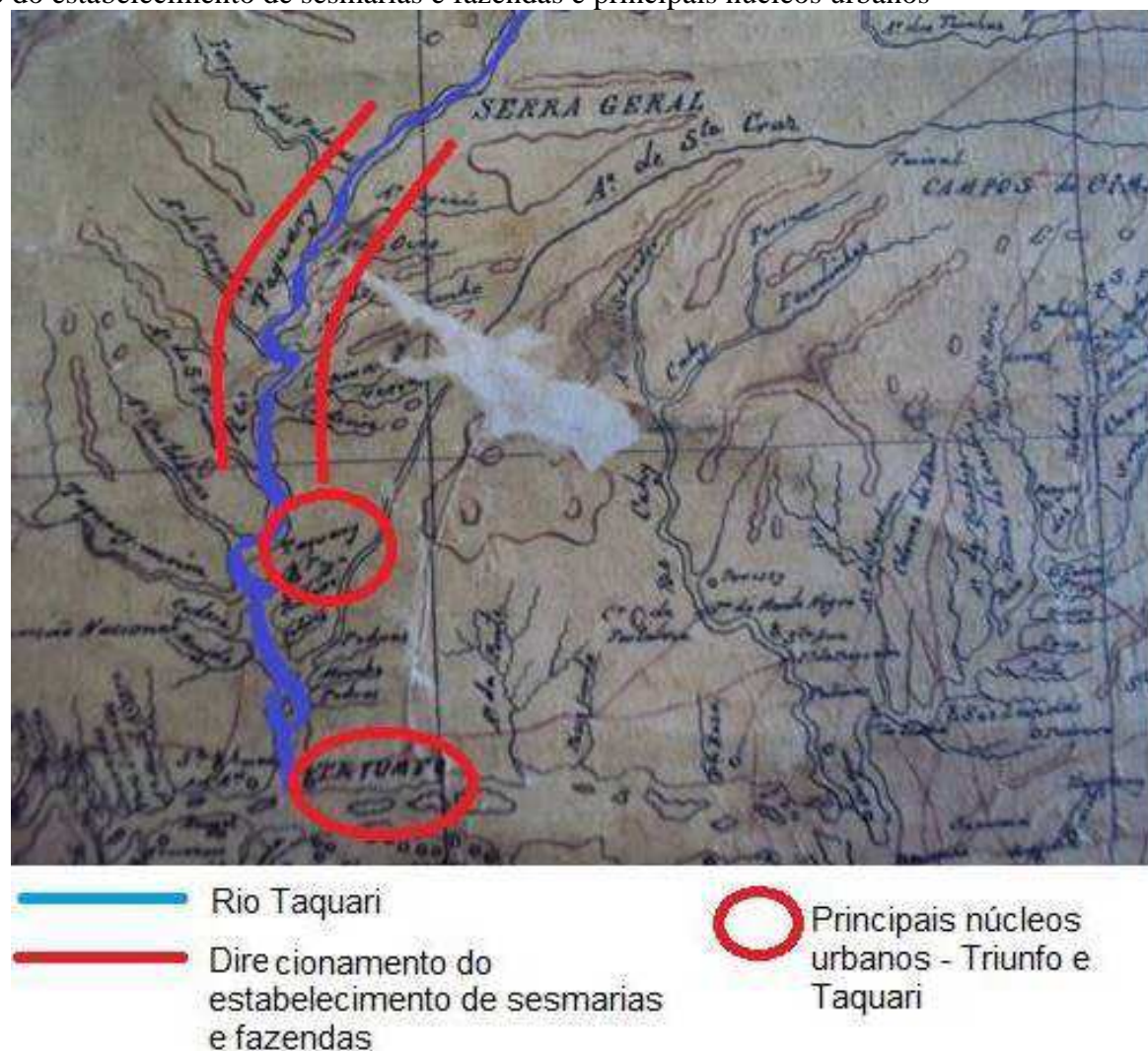
Neste capítulo serão apresentados aspectos ligados à atividade econômica desenvolvida nos entornos do Rio Taquari na primeira metade do século XIX. Buscou-se neste capítulo alinhar as informações obtidas através do referencial documental e bibliográfica com alguns pressupostos teóricos da história ambiental e história agrária. Também neste capítulo será analisado alguns desdobramentos socioambientais provocados pelo estabelecimento de uma economia agrícola, principalmente em relação aos grupos humanos estabelecidos em tal espaço, como também os que vieram a se estabelecer em função da economia implantada no contexto em questão.

5.1 Desdobramentos socioambientais nos entornos do Rio Taquari na primeira metade do século XIX

Primeiramente, tratando-se do estudo proposto há evidências de transformação na paisagem do território da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e particularmente no da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, delimitado para pesquisa, em decorrência do avanço da

frente de expansão e pioneira. Vale salientar que na documentação pesquisada, encontram-se mapas do relevo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas, além de mapeamento das Freguesias e Capelas como é o caso das de São José e Taquary, Santo Amaro e Vila de Bom Jesus do Triunpho. No mapa (FIGURA 9), cuja data é de 1841, salienta-se para a paisagem dos entornos do território da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari na primeira metade do século XIX.

Figura 9: Mapa da época com relevo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e a Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas, adaptado com a localização do Rio Taquari, direcionamento do estabelecimento de sesmarias e fazendas e principais núcleos urbanos



Fonte: Adaptação no Mapa do Exército Imperial descrevendo as bacias hidrográficas e relevo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (Mapa N° 63, Móvel 01, AHRs).

Neste sentido, salienta-se a relevância em observarmos os aspectos físicos envolvendo à referida bacia hidrográfica, pois há poucos estudos para o período que se estende até o século XIX, a exemplo de Ferri (2000), Christilino (2004), Wolf (2012 e 2016), Vedoy (2015), Gregory (2015), Cristo (2016) e algumas pesquisas ainda em execução em Projetos de Pesquisas da Univates, levaram em consideração este delineamento geográfico. Ou seja, por vezes aparece uma simples introdução de obras que ao longo do trabalho se desenvolveram sobre as questões políticas da história da Bacia hidrográfica do Rio Taquari. Através do mapa e do que foi exposto no capítulo anterior é possível perceber a interação dos grupos humanos que se estabeleceram sobre este espaço com meio ambiente, pois a economia trazida com a frente expansionista lusa só foi possível em função das possibilidades de sustentabilidade que os entornos da Bacia do Rio Taquari forneceu a estes grupos. O que diferencia a economia agrícola desenvolvida em áreas como a Depressão Central das regiões de campos com a pecuária no Rio Grande do Sul no século XIX.

Nesta perspectiva, considera-se relevante analisar as relações entre homem e ambiente tendo em vista para isto a delimitação espacial de uma bacia hidrográfica. Isto é, os fatos relacionados à exploração dos recursos naturais, ocupação do espaço e a forma como este é concebido em territórios da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari visando compreensão dos desdobramentos socioambientais, com inserção de novos elementos sociais como pobres lavradores, fazendeiros, africanos escravizados, ervateiros somados aos nativos indígenas, além de uma nova relação com o ambiente ligada a exploração dos recursos naturais e privatização da terra, provocados pelo estabelecimento de sesmarias e fazendas que desenvolveram uma economia diferenciada. Neste sentido, sobre a categoria bacia hidrográfica, tem-se:

A expressão bacia de drenagem adquire, portanto, o significado de uma verdadeira unidade de organização sócio-econômico-ambiental, na medida que representa a cristalização do funcionamento amalgamado de uma formação social historicamente contextualizada [...] (ARRUDA, 2016, p. 217).

É necessário antes de analisarmos os processos de avanço luso, a compreensão da conceituação de fronteira, frente de expansão e pioneira. Primeiramente é preciso pensar as áreas nos entornos do Rio Taquari como uma área de fronteira. Em vários sentidos: em primeiro lugar se tem uma fronteira política entre espanhóis e portugueses; e em um segundo

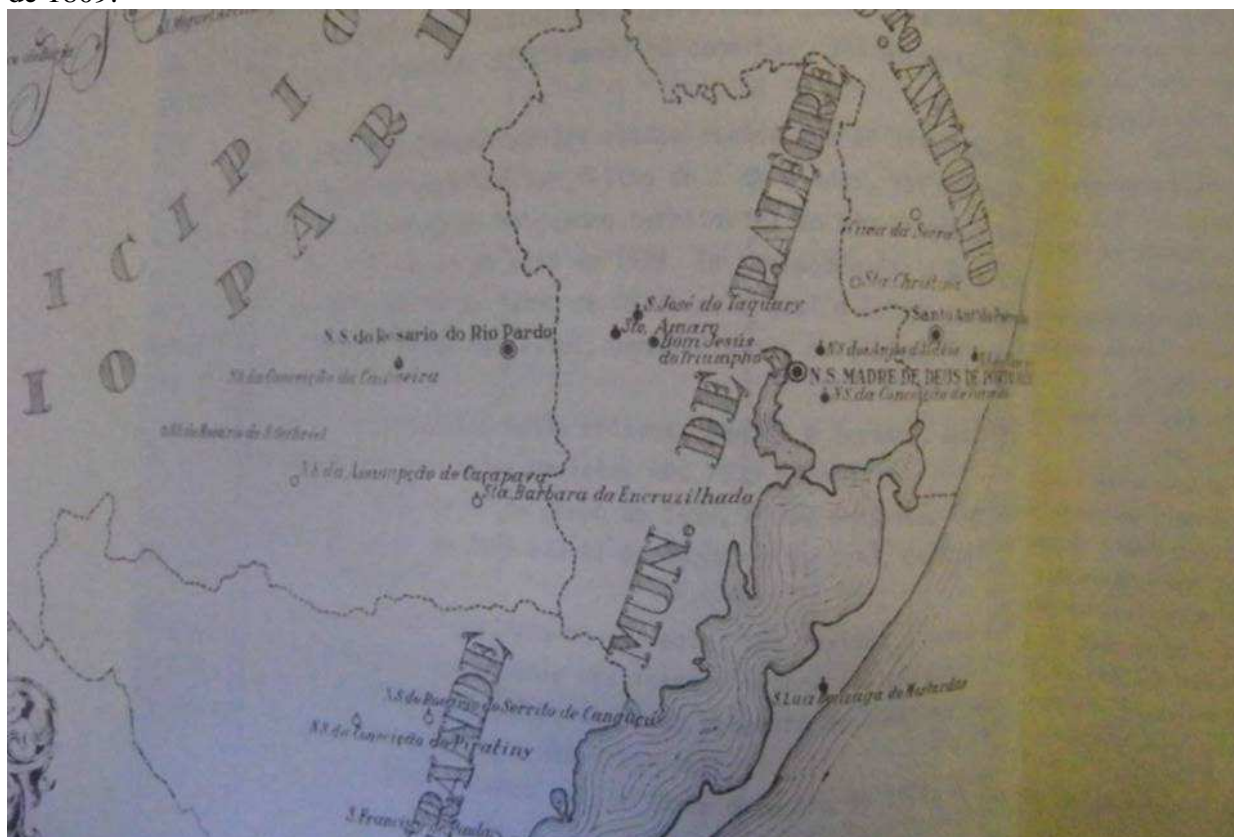
momento, na perspectiva de Frederick Barth (2000), uma fronteira étnica ou de fricção interétnica na perspectiva de Roberto Cardoso de Oliveira (1962), fazendo da fronteira um lugar da contradição, que não reconhece as fronteiras políticas. A fronteira pode ser o “lugar do encontro, do que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres do outro” (MARTINS, 1997, p. 150).

Nesta perspectiva a fronteira é local do conflito em função do desencontro, a violência é decorrente deste processo. Para a compreensão desta fronteira é preciso com base em Martins (1997) ter em mente que esta se configura com o avanço da frente de expansão e da frente pioneira. Ambas fazem parte de um mesmo movimento em direção a áreas até então pouco exploradas pelo capital, no caso em estudo os entornos territoriais da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari.

A frente de expansão é o estágio inicial de contato onde as relações não necessariamente precisam ser mediadas pelas forças capitalistas. Nela existe uma grande diversidade de atores, atividades políticas e econômicas, e que no Brasil se caracteriza pela falta da propriedade formal. Esta frente pode se desdobrar posteriormente em uma frente pioneira. Onde as relações são medidas pelas forças capitalistas de pioneirismo e desenvolvimentismo. Na frente de expansão funcionam os discursos de civilização e na pioneira de desenvolvimento. A frente de expansão, “muito antes da linha fronteira definir o limite da presença do civilizado num território determinado, a frente de expansão já se expande indiretamente empurrando os grupos indígenas mais próximos para territórios de seus vizinhos mais distantes” (MARTINS, 1997, p. 170). E a frente pioneira “compreende implicitamente a ideia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais” (MARTINS, 1997, p. 153). Com vista a adentrar no território do Rio Taquari a partir da sua foz em direção as partes de altitude mais elevada da Bacia do Rio Taquari, foram utilizados mecanismos da frente de expansão por parte do avanço luso para romper as florestas nos entornos do Rio Taquari. Cabe salientar o estabelecimento de sesmarias e estradas, e por último os grandes aldeamentos¹⁹ para onde eram transferidos os Kaingang que estavam sobre estes territórios. Estas são estratégias do

¹⁹ Os aldeamentos, conforme Becker (1995), foram três grandes áreas de reserva no planalto sul-rio-grandense nas quais os indígenas Kaingang capturados ou convencidos de se transferirem foram confinados a partir do ano de 1845 dentro das políticas oficiais.

Figura 11: Mapa com Freguesias e Capelas da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul de 1809.



Fonte: Fundação de Economia e Estatística (1981).

Vale salientar que o estabelecimento das fazendas, trazia consigo outros elementos e novas técnicas: negros escravizados, cavalos, bois, milho, porcos, galinhas, construções de tijolos, além da exploração dos recursos da floresta, principalmente a madeira. Em vista disto, territórios da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari se torna o cenário central de ocupação, pois conforme é possível observar a ocupação e instalação de fazendas, a exemplo da Fazenda de Victorino José Ribeiros e conforme mapa (FIGURA 12) deu-se cronologicamente desde meados do século XVIII até meados do século XIX em direção norte da do Rio Taquari. Fazendas como estas se constituíam em estabelecimentos privados, onde se introduzia uma determinada atividade econômica (até onde foi possível ser verificado a agricultura), possivelmente considerando as possibilidades de transporte fluvial para o escoamento de produção.

[illegible]

As informações destas fazendas estabelecidas na primeira metade do século XIX encontradas em fundos como o da subdelegacia de Taquari, apresentam o rápido mapeamento e cercamento das terras, decorrendo disto conflitos com grupos indígenas, como neste caso os Kaingang. A exemplo das Correspondências de 19 de Dezembro de 1836 e de 15 de fevereiro de 1845. A partir destes dados é possível inferir algumas análises acerca da produção destas fazendas e a atividade econômica desenvolvida e os seus desdobramentos socioambientais.

Illmo. e Exmo. Snr.

Partecipo a V. Ex^a. que no dia 16 do que rege assisti a huma operação no corpo de hum pardo de nome Joze Antonio cuja operação consistia em tirar-se duas flexas que disem os conductores do dito **pardo** serem os bugre que lhe **atirarão huma das flexas estava metida no peito direito, e outra no braço esquerdo; e logo que se acabou a operação elle faleceu; cujos bugres disem haverem sahido nos fundos da fazenda da estrela, e querendo mandar seguir a estes inficéis receby ao mesmo tempo hum officio do Sr. Juiz Municipal para fazer seguir huma expedição de Cem. G. N. para se reunirem ao Tenente Coronel Antonio Manuel de Azambuja, 09 me parece bastante difficil sahir este numero de gente pella divergência de opinioens que ainda reina, e pella falta de disciplina nas Companhias que se escondem aos avisos e mesmo respeito a ameaças que tenho soffrido aqui com tiros de oras em roda da povoação a que não posso descobrir quem seja tendo sido em vão todas as delingencias a esse respeito, e como os comprometidos deste lugar ainda se achão escondidos ou pellos subúrbios desta Freguezia ou por districtos visinhos por avisos que tenho tido, e que ainda tentão pela festa que esta mui próxima fazer reunioens para insultarem ou atacarem aos cidadãos legais desta Freguesia. Por estes motivos rogo a V. Ex^a haja de liberar a respeito pois me acho bastante confundido com o presente estado das coisas. Incluso remeto a V. Ex^a hum pedido de munições. Deus Guarde a V. Ex^a. Quartel em Taquary, 19 de Dezembro de 1836.**

Illmo. e Exmo. Sr. Joze de Araújo Ribeiro, Dignissimo Presidente da Provincia.
(CORRESPONDÊNCIA de 19 de Dezembro de 1836, grifos nossos).

Na outra correspondência, tem-se:

Illm^o Senr= Accuzo a recepção do officio de V. S^a datado de 29 de Janeiro em o qual me ordena reúna os cidadãos deste Destricto que estejam nas circunstancias de marcharem contra os bugres que o tem invadido isto para serem dirigidos_sob a ordem do Illmo Senr Delegado da Villa do Triunfo. Em resposta tenho significar-lhe que logo dei execução as ordens de V. S^a como se vê da cópia N^o 1, porem tendo apparecido os indígenas no dia 29 de Janeiro na Fazenda do cidadão Victorino José Ribeiro onde lhe assassinarão hum escravo que estava falquejando dezejava que alli fosse a entrada para serem perseguidos porem isto não se effectivou como se vê da cópia N^o 2 e eu nada pude fazer a bem da segurança daquella Fazenda e seus visinhos não só por que V. S^a se encarregou a perseguição dos selvagens ao Delegado do termo como porque houve falta de armamento e munição para semelhante delingencia. Não posso deixar de significar a V. S^a que não mi consta que este Destricto fosse **invadido pelos selvagens, antes do dia 29 de Janeiro dia em que V. S^a datou seo Officio, e que a requisição foi feita por prevenção foi feita por prevenção para guardar-se lugares que o anno passado forão amiaçados e que por isso fiquei privado de fazer a perseguição onde elles**

apparecerão por estar esperando que seria atendida a requisição que fis ao mesmo Delegado. V. S^a deve estar ao facto que os selvagens todos os veroens costumão descer a serra e atacar as habitações dos pacíficos moradores, não só deste districto como do Cahy, Santo Amaro e como ultimamente aconteceu nas Fazendas de Francisco Silvestre Ribeiro, Maria Francisca do Rosário, Amaro Rodrigues, e outros e por isso se torna muito necessário que o Governo da Província tome em consideração estes acontecimentos, e para proebilos bom será que se crie hua companhia omente destinada para este fim e que esteja reunida nos mezes de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, afim de andarem a acodir a qualquer ponto que for ameaçado afim de evitar o damno, e mesmo sendo elles batidos não se apresentarão tão ousados como ultimamente tem accontecido, isto devido ao nenhum cazo que se tem feito de seus estragos causados aos moradores. Emquanto porem esta medida, ou outra que o governo achar conveniente, senão adopta espera que V. S^a dê suas providencias para que me seja remettido algum armamento e mesmo ordem para reunir os cidadãos para prevenir o mal que todos os dias se espera, pois neste momento acabo de receber participação que elles apparecerão hontem na Fazenda de Miguel José de Cordero, e pelos indícios que digo e pelos indícios que se conhece que andão em grande porção e que tem percorrido toda a Costa da Serra. Espero que V. S^a tome isto em consideração por que todos os moradores da Costa da Serra estão amendrotados, e alguns já tem abandonado suas habitaçoens. Deos Guarde a V. S^a.

Taquari 15 de fevereiro de 1845.

Illm^o Senr. Dr. Manoel José de Freitas Travassos Juis de Direito e Chefe de Polícia da Província. Francisco Mathias de Sousa e Ávila, Subdelegado de Polícia (CORRESPONDÊNCIA de 15 de fevereiro de 1845, grifos nossos).

Nestas documentações é possível identificar alguns aspectos referentes às fazendas de cunho econômico, ambiental e dos atores sociais envolvidos. Se levarmos em conta os atores sociais que aparecem nestas documentações, e que fazem referência direta as fazendas, pode-se pensar de que estes participavam ativamente das atividades na fazenda de Victorino José Ribeiro. O que nos possibilita identificar que tipo de atividade econômica se produzia nestes espaços a partir da Fazenda da Estrella. Começando pelo fato de que provavelmente, tanto o referido pardo e o escravizado africano, estavam a trabalho no momento dos conflitos com os indígenas Kaingang. Já se pode inferir em um possível trabalhador ou arrendatário em relação ao pardo, e em relação ao escravizado não deixa qualquer dúvida, tratava-se de uma posse de Victorino José Ribeiro, portanto relacionado ao comércio de negros escravizados.

A partir da Fazenda da Estrella e seu proprietário, pode-se estabelecer um paramento para a compreensão, ao menos de forma genérica, do tipo de relação social que se tinha na época das fazendas ao longo do Rio Taquari na primeira metade do século XIX. Levanta-se a questão sobre o tipo de produção na Fazenda da Estrella, cuja posse era de Vitorino José Ribeiro e como visto fora comprada em permuta de José Ignacio Teixeira, e que recorria a

trabalho escravo. Conforme Gregory (2015) tem-se conhecimento que este possuía escravos e até mesmo uma senzala em sua fazenda. As correspondências mencionadas corroboram para a questão, visto que, os conflitos com os indígenas eram sazonais, possivelmente em épocas de colheita do milho, portanto uma atividade agrícola. Vale salientar que na concepção Kaingang o milho tratava-se de um bem coletivo, e como as fazendas e lavouras encontravam-se em jurisdição do seu tradicional território nada havia de estranho em incursionar para colher o que precisavam. O trabalho de Dornelles (2011), relativo às movimentações Kaingang em territórios entre a Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas e do Caí, informa o seguinte:

Como características gerais desses assaltos se podem observar, em primeiro lugar, o saque às roças de milho que se encontravam prontos para colheita, por isso, a maior parte das investidas indígenas ocorreu nos primeiros meses do ano. Durante o inverno, os Coroados mantinham-se envolvidos na coleta e processamento dos pinhões, principal alimento deste grupo, realizados pelas mulheres (DORNELLES, 2011, p. 31).

Trazendo estes dados para esta pesquisa, é possível que estes conflitos tenham ocorrido em função da produção agrícola do milho, além disto, tratava-se de uma produção muito comum para os entornos do Rio Taquari daquele período. Bem provável que esta produção não fosse à única da fazenda, sendo assim é possível cogitar-se outros tipos de cultivos além da extração da madeira, também muito explorada na época, quer fosse para a auto sustento da fazenda ou para o comércio. Tratando-se da primeira possibilidade, indaga-se: que tipo de produção econômica existente que se fazia necessário uma atividade agrícola que se utilizava de negros escravizados? É neste sentido que se rastreou elementos para identificar a principal atividade econômica em territórios da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari na primeira metade do século XIX.

Pode-se pensar que esta relação conflituosa, ilustra um desdobramento socioambiental, pois conforme estudos históricos e arqueológicos como Laroque (2000) e Wolf (2016), este se tratava de um tradicional território Kaingang, sendo estes espaços da bacia, ou seja, de altitudes mais baixa em relação ao restante, um local de busca por recursos naturais e estabelecimentos temporários. Vale salientar, que indígenas possuíam uma relação com meio totalmente diferente da trazida pelas fazendas, principalmente em relação à noção de espaço público e privado, e a distinção entre homem e natureza. Como visto, na correspondência de dezembro de 1836 e fevereiro de 1845 o objetivo da subdelegacia era

retirar estes grupos dos seus tradicionais territórios, onde o indígena é considerado um obstáculo.

Fazendo a ressalva que o contexto destes fatos era o da construção do Estado-Nação, imbuído de um discurso moderno, no qual as vozes divergentes se tornavam um obstáculo para o chamado progresso. Utilizando-se de Barth (2000), pode se pensar no estabelecimento de fronteira interétnica. No qual as relações de pertencimento e manejo dos espaços nos entornos do Rio Taquari por parte dos Kaingang tenha se fortalecido, desencadeando momentos conflituosos com membros das fazendas, representantes do Estado nacional brasileiro que vinha se constituindo.

Salienta-se ainda, que na documentação, são vistos atores sociais que faziam parte do modelo econômico da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, como escravos, pardos e indígenas, que por anos seus papéis foram negligenciados pela narrativa da historiografia. Somente mais recentemente que pobres trabalhadores e arrendatários, indígenas e africanos escravizados do período em estudo passaram a receber mais visibilidade, como é o caso, respectivamente dos trabalhos de Christillino (2004), Vedoy (2015) e Pires (2016). Através das informações apresentadas nas correspondências de dezembro de 1836 e fevereiro de 1845, em se tratando de Kaingang, escravos e pardos, estes eram grupos atuantes na história da região já na primeira metade do século XIX. Os indígenas guerreando por um espaço que antes não possuía a configuração privada representada pelas fazendas, e o escravo e o pardo como membros atuantes das atividades agrícolas da fazenda.

Com base em Almeida e Paulino (2000), pode se considerar que a estrutura agrária e sua configuração é resultado de forças historicamente postas dentro dos ditames capitalistas. As autoras partem da visão de Kautsky, na qual a concepção do desenvolvimento capitalista não comporta outras classes, como a camponesa, indo em direção somente a burguesia e o proletariado. Sendo assim, o pobre agricultor despossuído de terras passa a dedicar o seu trabalho nas terras alheias, reduzindo a sua capacidade financeira e obrigando a vender mais força de trabalho. No caso do Brasil, as autoras entendem com base nos estudos de Caio Prado Junior, que o aumento de grupos marginalizados se dá em função da concentração histórica da propriedade fundiária, mas não estaria somente centrado na má distribuição de terra, e sim na questão do trabalho, visto que, junto ao grande acúmulo de terras por parte de poucos está à mão de obra escrava. Segundo Caio Prado Junior, a partir do fragmento do texto

de Almeida e Paulino (2000, p. 120), “inexistiria no Brasil tradição camponesa, pelo simples fato de que a essa população não foi dada a oportunidade histórica de acesso a terra”. Utilizando-se desta premissa de Caio Prado Junior para analisar o acesso a terra nos entornos do Rio Taquari na segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX, visualiza-se que junto com o regime de distribuição de sesmarias, foi se formando grupos de despossuídos de terra, como indígenas, pobres lavradores, pardos e além dos escravos. Almeida e Paulino (2000, p. 121) ao colocar lado a lado o processo de acesso a terra europeu e o brasileiro, assinalam que “diferentemente do camponês europeu, a ele não foi dado o direito à terra, restando a posse precária como alternativa, como é o caso do regime de sesmarias”. Considerando a análise de Almeida e Paulino (2000), pode-se depreender que o trabalho servil nas sesmarias dos entornos do Rio Taquari era uma saída para quem não possuía a terra para o cultivo.

No que se refere à atividade econômica temos a correspondência expedida pela subdelegacia de Polícia de Taquari em 1847. Em uma carta de espécie informativa, o subdelegado Francisco Matias de Souza Ávila, descreve características econômicas da bacia e aspectos naturais a serem explorados. Neste sentido, tem-se:

Informação

Na marge direita do Rio Taquary, ... do Jacaré para cima estão as matas de N...são montanhosas maiscadas para ... Rio, terrenos estes e a **cultura da cana, Café, fumo, Algodão, Trigo, cha, Ninhas, milhos, Feijões, Lentilhas, Ervilhas, Batatas, Bananas,** por terem ... mesmos terrenos altos confrontos a leste e a Norte por... izentos do G....(gados?)

Na margem esquerda do mesmo Rio, no lugar denominado Salto... se achão as **matas todas devolutas**, São terrenos (dobrados?) todos abitáveis pr....propícios para a cultura como mencionei acima na...nação todos mais quatro e de ..contagem na planta por serem todas muito produtivas deste mesmo lado se achão alguns tabuleiros de terrenos altos são bem propícios para a cultura da... Canna do Café os matos de hum e outro lado são abundantes de **madeiras de Ley q são o Ipês Guajubiras Louro, Tajube, Saguaragy, Cabriuba, E... a fundos e Anjico se acha l..pmilho, Canjerana e car... nermilho, Branco, Timbaube e fi ger i as (figueiras?)** ... o fundos desta mata na margem há grandes ervais de herva Matte também Pinhais o Rio dá navegação da maiores parte do anno..... a cortes, e **em canoas pequenasgrandes. o ultimo Form. deira na margem** direita deste Rio [...] (CORRESPONDÊNCIA da subdelegacia de Polícia de Taquari em 1847, grifos nossos).

Apesar das lacunas na narrativa do documento em função do seu desgaste e da grafia de época, é possível observar algumas informações relevantes. Dentre estas se aponta os tipos de cultivos agrícolas acomodadas ao longo do Rio Taquari, a exemplo do Rio Jacaré afluente

da margem direita do Rio Taquari, onde atualmente se encontra o município de Encantado. São descritas plantações de cana de açúcar, café, fumo, algodão, trigo, chá, ninhas, milho, feijão, lentilhas, ervilhas, batatas, bananas, demonstrando uma diversificada variedade do que era cultivado. Destaca-se a plantação de fumo que se mantém ainda presente nas áreas de altitude mais elevada como os municípios de Progresso e Boqueirão do Leão, no que atualmente se denomina Região de Vale do Taquari. O trigo que como visto, era característico destes ocupantes, bem como é o caso do milho, feijão e batatas. Estes produtos muito provavelmente abasteciam as primeiras vilas existentes, tais como a Vila de Taquari e Triunfo, seguindo o curso d'água, possivelmente tendo como o destino final Porto Alegre.

A segunda parte da Correspondência de 1845 menciona na narrativa uma grande quantidade de mata nativa, muito embora ainda descritas como terras devolutas, que eram faixas de terras não alcançadas até então pela doação de sesmarias, e que com a independência do Brasil e o fim das doações, tratavam-se de um bem do Estado Nacional brasileiro. Estas matas nativas, com base no documento estavam em territórios localizados na margem esquerda do Rio Taquari, portanto em potencial para extração da madeira. São descritas como madeiras de lei, dentre elas destacam-se o Ipê (*Tabebuia*), de floresta estacional semidecidual, característica do bioma da Mata Atlântica, Guajuvira (*Patagonula americana*), Louro (*Laurus nobilis*), Cabriuva (*Myrocarpus frondosus*), Figueira (*Ficus*) e Angico (*Anadenanthera macrocarpa*). Estas informações relativas à madeira nos dão pistas sobre a produção de tábuas que era escoada através do Rio Taquari, com vistas à produção de móveis, barcos e na construção civil envolvendo as estruturas das cidades que na época basicamente foram levantadas a base de pedra e madeira.

No fim do documento em questão ainda aparecem características nos fundos destas matas devolutas, onde aparece uma plantação de ervais, que como visto em Noelli (1999/2000), possivelmente tenha chegado às terras mais ao sul com a expansão dos grupos indígenas a mais de dois mil anos atrás. Os ervais de onde era retirada a erva-mate (*Ilex paraguariensis*), que se tornou fator econômico relevante posteriormente no final do século XIX e no XX do município de Venâncio Aires. Também nesta parte aparecem os pinhais, possivelmente se referindo a araucária (*Araucaria angustifolia*), e o relato de escoamento de produção de madeira através de canoas seguindo o curso do rio. Sobre os ervais e a relação com os grupos indígenas nativos temos:

É possível explicar, hoje, a formação dos ervais nativos no Sul da América como um processo predominantemente natural, resultado de características químicas do solo, da altitude, da concentração hídrica, do clima, da ação de animais dispersores de sementes e de outros fatores ambientais. Entretanto, é indispensável considerar também a ação humana, mesmo involuntária, sobre a formação e distribuição das florestas e dos ervais nativos. Não se pode ignorar a contínua intervenção dos povos indígenas Guarani, Charrua, Kaingang, Xokleng, Guaicuru, Paíagua e de outras etnias que habitaram o Sul da América sobre a dinâmica das florestas (GERHARDT, 2013, p. 57).

Na perspectiva da história ambiental, as áreas da Mata Atlântica que cobriam grande parte da região sudeste do Brasil, incluindo as áreas da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, com base em Dean (1996), tem-se que há muito tempo e antes da chegada do elemento europeu já estavam sendo modificadas em função das alterações provocadas pelas atividades indígenas. As queimadas foram apontadas pelo autor como um dos primeiros mecanismos de modificação destas áreas, e a agricultura itinerante praticada pelos indígenas “pode ter reduzido a complexidade e a biomassa em áreas consideráveis da mata Atlântica durante os mais de mil anos em que foi praticada antes da chegada dos europeus” (CORREA, BUBLITZ, 2006, p. 43).

Com base na compreensão de Dean (1996) a respeito do governo colonial e imperial do Brasil, este sempre se mostrou ineficiente perante o uso inesgotável das riquezas naturais da Mata Atlântica. Uma sociedade calcada na mão de obra escrava, em que se explorava ao mesmo tempo o elemento natural e humano de forma compulsória. Mostrando que a conservação da natureza e do homem se mostram irrelevantes para a sociedade colonial e tão pouco para a imperial do século XIX. No caso da ocupação dos entornos do Rio Taquari, os desdobramentos deste modelo seguia o mesmo ritmo. A frente de expansão avançava e trazia consigo os elementos de uma economia predatória. A ocupação lusa do Rio Taquari está conectada a chegada da primeira leva de imigrantes europeus nestas terras ao sul da América Portuguesa, como visto a imigração açoriana e a doação de sesmarias foi o elemento propulsor deste movimento.

A parva documentação do período colonial do Rio Grande do Sul permite nos inferir que o insignificante contingente de colonos europeus e o baixo nível tecnológico disponível durante os séculos XVII e XVIII promoveram alterações ecológicas de baixa intensidade (CORREA; BUBLITZ, 2006, p. 44).

Apesar de ser considerada de baixa intensidade, se trouxermos para um recorte espaço temporal de menos de cem anos (segunda metade do século XVIII até a primeira metade do século XIX) e para os entornos do Rio Taquari, pode se considerar que houve as modificações e desdobramentos ambientais de porte mais elevados. Isto porque, conforme visto na correspondência da subdelegacia de Polícia de Taquari de 1847 e no capítulo anterior, até pelo o fim da primeira metade do século XIX, praticamente mais da metade dos entornos da Bacia do Rio Taquari estava ocupado por sesmarias e fazendas, que tiravam destes espaços o seu auto sustento, bem como um excedente econômico.

Os próprios autores Correa e Bublitz (2006), destacam a implantação do povoamento açoriano como fator relevante para a implantação de uma atividade econômica até então inexistente por estas áreas, a triticultura. E por onde passavam dentro da política de ocupação portuguesa ao longo do século XVIII e início do XIX, “os seus assentamentos às margens de rios redundaram nos primeiros núcleos urbanos, como Viamão, Santo Antônio da Patrulha, Mostardas, Triunfo, Osório e Santo Amaro” (CORREA; BUBLITZ, 2006, p. 49).

Nesta linha, os autores também apontam que “como o povoamento açoriano às margens da dos rios, pode-se inferir um desmatamento parcial da mata ciliar em determinados locais” (CORREA; BUBLITZ, 2006, p. 50). Inclusive já no ano de 1800, as bacias hidrográficas da chamada região da Depressão Central, onde se localiza o Rio Taquari, e este corre em direção ao Jacuí e daí até o Guaíba, se mostravam como grande centro de retirada árvores nativas, pois neste ano o viajante inglês John Loccock destacava que em Porto Alegre tinha um “estaleiro, abundante suprido com a madeira que cresce as margens daqueles rios, que a levam a seu destino” (LOCCOCK *apud* CORREA; BUBLITZ, 2006, p. 50). Demonstrando que a carta referida anteriormente do ano de 1847, na qual um subdelegado fala sobre a quantidade de madeira de lei que existe nos entornos do Rio Taquari para o corte, este desmate era feito em larga escala pelo menos meio século antes. Portanto, muito antes da chegada do imigrante alemão e italiano considerados por muitos autores como principal elemento de modificação ambiental e da paisagem destas terras. Ainda, analisando de forma geral e ampla a ocupação da região da Depressão Central, “a introdução de hortaliças e frutas de origem europeia e africana também ocorreu com a colonização açoriana. Mas, par cultivar o solo, foi preciso fazer recuar as matas, o que provocou alterações na flora e na fauna destes ecossistemas” (CORREA; BUBLITZ, 2006, p. 50).

No trabalho de Correa e Bublitz (2006) abundam os relatos de viajantes que pelas terras do Rio Grande do Sul viajaram pelas áreas a Depressão Central, e passaram pelos núcleos ocupacionais dos açorianos ao longo do século XVIII e durante o século XIX. Em relação à agricultura e a atividade econômica ao final do século XVIII, destas áreas, com base nos comentários de Moniz Barreto, mais exatamente do ano de 1790, tem se:

Sobre o núcleo urbano de Taquari, Moniz Barreto ressalta que “os moradores das margens do Rio Taquari e da sua pequena povoação ou freguesia abundam o seu comércio de carnes de porco, toucinho, feijão, milho, arroz, queijos, manteiga, graxa, sebo e chacina, que tudo vendem por diminutos preços” (CORREA;BUBLITZ, 2006, p. 50).

Descrição das áreas no entorno do Rio Taquari continuam com as palavras de Moniz Barreto:

Tratava-se de uma região de “extensa matas que [...] abundam de bons paus de construção e de marceneiros. De mistura com estas árvores se encontram outras, cujos frutos silvestres, agradáveis à vista e ao paladar, ministram o sustento às engraçadas aves de diferentes e galantíssimas cores, que pousam nos seus formosos galhos, e a imensa caça que ali se entra veados, porcos, coelhos e outros animais só conhecidos no Brasil” (BARRETO apud CÉZAR apud CORREA;BUBLITZ, p. 51, 2006)

Como pode ser visto, juntando à documentação apresentada neste capítulo, específica dos entornos do Rio Taquari, com o trabalho de Silvio Correa e Juliana Bublitz (2006), que apesar de darem maior enfoque à imigração alemã nos entornos do Rio Caí ao longo do seu trabalho, em determinados momentos as inferências em relação à imigração açoriana e a região do Rio Taquari possibilitam algumas análises. Em relação à primeira metade do século XIX nos entornos de Taquari, em que os autores destacam a produção de tábuas, situação que possivelmente deva ter trazido um enorme impacto em termos ambientais e econômicos para os entornos do Rio Taquari.

É possível inferir que a chegada da frente lusa através dos casais açorianos e do estabelecimento de sesmarias impactou ambientalmente e economicamente de forma definitiva os entornos do Rio Taquari. Pois pela primeira vez existia um projeto oficial de estado para a ocupação e desenvolvimento de atividades econômicas destas áreas. Sendo que esta ocupação e atividades econômicas estavam baseadas na agricultura e extração e

utilização dos recursos naturais principalmente nos entornos do Rio Taquari, o qual, por fim, servia de base de ligação e escoamento dos produtos produzidos nas fazendas e sesmarias as margens do rio.

Em relação à economia implantada por estes novos ocupantes, ainda apontamos que no início do século XIX, o que atualmente é denominado de Região Vale do Taquari possuía certa relevância econômica em torno da produção do trigo, pois, “esta foi uma atividade característica naquele período nas regiões de colonização açoriana” (CHRISTILLINO, 2004, p. 41). Considerando as dificuldades das condições naturais das zonas de floresta, para a rotatividade do sistema de *plantation*²⁰. Esta relevância econômica fica visível no alto índice de homens escravizados que aparecem no recenseamento de 1814 conforme a Fundação de economia e estatística (1981), no qual aparecem 433 escravos de ambos os sexos.

Neste sentido, o modo de produção em territórios da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari estava de acordo com o contexto da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, visto que, “no total, mais de 45% da população era cativa, um percentual muito elevado, semelhante ao encontrado nas zonas mineradoras ou de *plantation* e não muito adequado a uma região voltada ao mercado interno” (KÜHN, 2004, p. 51). Demonstrando certa relevância das elites locais, pois os espaços nos entornos do Rio Taquari, em comparação a outros centros com arquitetura sofisticada e luxuosa da sociedade colonial e imperial, poderiam ser consideradas precárias, mas outros aspectos que caracterizam “os privilegiados, outras formas de distinção social em um meio tão precário, como posse e acesso a terra e a propriedade escrava” (TIBURI, 2011, p. 51).

Ainda em relação à economia em áreas da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari no início do século XIX, aponta-se que a crise se dá pela estagnação da produção do trigo em meio ao fortalecimento de estabelecimento comerciais e manufatureiros que cresciam em função da implantação da agricultura voltada para as regiões de imigração alemã, tais como a antiga colônia de São Leopoldo, a partir de 1824. Outra fonte que alimentava a economia da época era a produção de tábuas de pinho e a erva mate, mas que também estava em decadência em virtude da exploração inadequada e também “em função da preferência da mesma oriunda do Paraguai” (CHRISTILLINO, 2004, p. 44).

²⁰ Monocultura de exportação com a ocupação de vastas áreas e mão de obra escrava.

Vale ainda ressaltar a situação de uma elite decadente. Pois se ao final do século XVIII o principal interesse de ocupação dos territórios da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas, segundo Christillino (2004), era a defesa da fronteira de Rio Pardo, no contexto de disputa das terras ao sul da América portuguesa entre a Coroa Portuguesa e a Espanhola. Período no qual se incentivou a doação de sesmarias a membros de uma elite militar, como visto em capítulo anterior o caso de Francisco da Silva. No decorrer do século XIX com as fronteiras delimitadas distantes de Rio Pardo, a elite militar fora gradualmente perdendo seu prestígio. Este era o cenário que se desenhava na primeira metade do século XIX nos entornos da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari. Conforme Christillino (2004), o que se tem é uma crise econômica somada ao desprestígio de uma elite militar em meio a um contexto de Guerra Farroupilha.

O conflito Farroupilha que durou uma década, e que tinha como principais protagonistas parte da elite militar sulina contra o Império brasileiro, de acordo com Padoin (2006) se trata de uma guerra civil que tinha como objetivo a separação e libertação da elite sul-rio-grandense da centralização política do governo imperial do Brasil. Supõe-se que aos grandes sesmeiros e fazendeiros nos entornos do Rio Taquari neste período, restava à manutenção e apropriação de novas possessões nas chamadas “terras devolutas” ou vender estas terras para novos compradores que viriam a estabelecer fazendas coloniais.

Em relação às fazendas da primeira metade do século XIX, com base no documento da Subdelegacia de Taquari de 1847, pode se constatar que por um lado esta expansão sobre o território dos entornos do Rio Taquari se dava em função da busca por recursos naturais que possibilitassem a produção de tábuas e itens alimentícios para venda. E por outro lado, com base em Christillino (2004), este avanço se dava para aumentar os patrimônios fundiários, com o objetivo de venda de áreas que viriam a se tornar colônias de produção agrícola.

Nesta perspectiva é possível distinguir a ocupação das sesmarias e das fazendas. As sesmarias ligadas a um cenário mais belicoso de fim do século XVIII e início do século XIX, na qual são estabelecidas as primeiras relações com o espaço, principalmente pelo caráter militarista de ocupação agrária da época. O que Zarth (1997, p. 51) afirma ser um modelo ocupacional desde o século XVII nas áreas sulinas da América portuguesa, os “militares passaram a constituir uma poderosa classe de grandes proprietários – militares que procuravam expandir a apropriação dos campos nativos em direção às áreas ocupadas por

castelhanos”. Ou seja, em se tratando da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari do final o século XVIII, a área é ocupada pelo fato de ter que ser ocupado para a demarcação territorial. Em relação às fazendas, as poucas mencionadas nos documentos do capítulo anterior, como a Fazenda Beija Flor de Ricardo Villa Nova e a Fazenda da Estrella de Victorino José Ribeiro, estão inseridas em um segundo momento, a partir do século XIX, em que a ocupação e a exploração dos espaços no entorno do rio se dão mais no campo econômico, de valorização e produção das possessões.

5.2 Aspectos da ocupação da frente lusitana em territórios do Rio Taquari articulados ao cenário do Rio Grande do Sul

Em geral a historiografia não deu muita importância para os grupos que não estivessem próximos as relações de poder, a exemplo dos indígenas, negros escravizados e pobres despossuídos os quais foram excluídos da história, portanto somente a partir dos anos de 1980 que os estudos acadêmicos passaram a rever tal situação. Da mesma forma, a questão ambiental não fazia parte do discurso historiográfico, o que nos últimos anos também vem tendo papel mais importante nos temas historiográficos através da História Ambiental. Nesta última perspectiva, um dos trabalhos pioneiros em relação à história ambiental do Brasil é o de Dean (1996).

Primeiramente em relação ao século XIX, Dean (1996) destaca a vasta riqueza ambiental do Brasil, e o pouco caso dos governos do século XIX atribuiu a situação. O Brasil do século XIX era um território preservado territorialmente quase que integralmente, com um governo omissivo, em que ocorreu a retirada perpetua das riquezas naturais para o sustento e bel prazer da elite local, um patrimônio incontrolável. Além disto, Dean (1996), apresenta um contexto de *Civilização vrs. Barbárie*, aonde o indígena era um entrave para a retirada e usufruto das riquezas naturais.

Em relação aos apontamentos de Warren Dean (1996), os documentos da subdelegacia de polícia de 1836, 1845 e 1847 se alinham a alguns pontos. Pois nos documentos apresentados anteriormente é possível verificar que nos entornos territoriais da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari na primeira metade do século XIX existia um elite independente no que diz respeito aos mandos e desmandos em relação a terra e os recursos

naturais que eram retirados, além de apresentar forte apelo em relação ao contexto *Civilização vrs. Barbárie*. Para isso o autor elenca quatro grandes interesses da elite brasileira.

O primeiro interesse apontado por Dean (1996) está relacionado ao trabalho escravo, ponto chave é o jogo dúbio que o governo fazia, assinando leis para agradar os ingleses que eram contra o tráfico, como é o caso da assinatura em 1831 de uma lei que abolia o tráfico, e internamente fazendo vistas grossas para tráfico. Foi destacado que 1 milhão e 250 mil escravos africanos entraram no Brasil entre 1831 e 1851. O Império era omissivo perante uma elite em meio a Repúblicas. O Impacto apontado por Dean (1996) está relacionado ao modo de produção escravista que era predatório e levava o escravo à exaustão. Este primeiro interesse apontado pelo autor está relacionado à atividade econômica dos entornos do Rio Taquari, em que os escravos negros eram utilizados em grande escala, como pode ser visto no já mencionado censo de 1814 conforme a Fundação de economia e estatística (1981), e trabalhos de Christillino (2004) e Pires (2016).

O segundo interesse destacado por Dean (1996) está relacionado ao monopólio sobre as terras públicas, onde que no passado a sesmaria possuía a função de povoar e defender os territórios da vasta colônia. Servindo de base para o alinhamento entre a elite e o governo, pois sanava os interesses de ambos. Neste sentido, Gorender (1992, p. 293) aponta que a doação de sesmarias se fazia para qualquer um que se dispusesse a conquista de territórios e expulsão dos chamados “gentios”, “pois o que importava era a valorização econômica imediata do território brasileiro”. Como visto ao longo do trabalho, na Bacia do Rio Taquari, dentro da grande Bacia do Rio Jacuí, este território na segunda metade do século XVIII, estava inserido no conflito entre as coroas Ibéricas, e a distribuição de sesmarias fora o mecanismo mais eficiente para resguardar os interesses da coroa portuguesa, e em um segundo momento valorizar as terras garantidas, e por último a expulsão dos indígenas. Em relação ao século XIX, Dean (1996) nos diz que o Império nunca deu valor a terra, e compensava os grandes proprietários pela sua lealdade. Na sequência das sesmarias a lei de posse a partir da década de 1830, incentivou o uso da força, elevando de 10 a 20 vezes mais do que a sesmaria. Principalmente em relação à expulsão dos grupos nativos e a usurpação de terras públicas. Como já exposto, a Lei de Terras de 1850, em meio a um estado caótico em relação à terra é aprovada, é a lei que fortalecia ainda mais o poder dos grandes proprietários. Selando de vez exclusão dos pobres perante a burocracia e exclusivismo de posse.

O terceiro interesse diz respeito ao objetivo da elite e do governo em torno da remoção dos povos indígenas. Trazendo este pressuposto teórico para o Rio Taquari do da primeira metade do século XIX, pode se dizer que naquele contexto os índios Kaingang se apresentavam como um entrave ao estabelecimento e desenvolvimento do *status quo*, que predominava na época, baseada na apropriação de terras consideradas devolutas empurrando cada vez mais a fronteira em direção norte do Rio Taquari, aonde se estabelecia a concepção privada da terra, em decorrência das sesmarias e fazendas de onde era extraída a atividade agrícola. Dean (1996) aponta que no período colonial, o governo buscou o trabalho escravo para os nativos ou a expulsão em direção a floresta. Com a chegada da Corte se tem o avanço em direção as terras “vazias”. Destacando o massacre dos Botocudos em Minas Gerais no Vale do Jequitinhonha, a exploração sexual, aldeamento, captura massacre, guerra biológica e rapto, contra os nativos em São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Destacando a figura de José Bonifácio e a civilização versus barbárie, autorizada pelo mesmo. Conforme Dean (1996) todo este processo culminou na Lei de Terras de 1850, que extinguiu todos os direitos anteriores à terra aos nativos. Construía-se ali a imagem do nativo viciado e preguiçoso, uma mestiçagem forçada, como é possível verificar na documentação expedida no ano de 1836 e 1845, em respectivos ataques a Fazenda da Estrella. Enfatiza-se, por último que ao final do século XIX quase todos os ocupantes originais da Mata Atlântica foram expulsos dos seus locais de origem. O mesmo se observa em relação aos grupos indígenas Kaingang que viviam dos entornos do Rio Taquari já que muitos deles estavam aldeados nos grandes aldeamentos do norte da Província.

O quarto e último interesse em relação à elite brasileira, diz respeito ao regime florestal. As elites tinham interesse nas chamadas madeiras de Lei, nativas, e para isso se sobrepuseram a Lei de 1829, e faziam com que a tentativa de controle do Império através do regime florestal fosse ineficaz. Dean (1996) pontua que o tráfico florestal e a farmacopeia forçavam as incursões, na mata, se derrubava uma árvore para tirar uma flor no topo. A mesma política de desvalorização da terra funcionava em relação à floresta. Segundo Dean (1996) esta situação se agravava na segunda metade do século XIX, com a indústria siderúrgica, a cafeicultura, e se pensarmos para o Rio Grande do Sul, com base no trabalho de Correa e Bublitz (2006) a imigração alemã. Em relação à Bacia do Rio Taquari, as leis florestais pouco surtiram efeito, pois conforme a documentação apresentada do ano de 1847 existia inclusive um incentivo por parte das autoridades locais pela busca por madeiras de lei.

Dean (1996) chama a atenção que os governos do Brasil no século XIX é marcado pela tensão entre a força dos grandes proprietários que buscavam manter e perpetuar seus privilégios perante as mudanças políticas e econômicas que ocorreram no Brasil, sendo neste sentido é que governo imperial buscava manter o seu poder e sua integridade territorial. O saldo negativo ficou para os pobres e excluídos e a perda das riquezas naturais. Pois conforme pode ser visto nas correspondências da subdelegacia de Polícia de 1836 e 1845, pobres lavradores denominados pardos foram expostos aos conflitos com os indígenas Kaingang, e estes últimos totalmente excluídos do manejo privado da terra, sendo marginalizados como culpados pelo conflito conforme a documentação, sendo denominados de “selvagens” nos relatos. Sendo que desde tempos mais antigos os Kaingang manejavam estes espaços de uma forma coletiva, sem a incorporação da agricultura de extração e o estabelecimento de cercanias. Também na perspectiva ambiental é possível verificar a forma como a frente lusa passou a manejar a fauna e a flora nos entornos do Rio Taquari, pois conforme a Correspondência da subdelegacia de Taquari de 1847 fica exposta o enorme interesse em terras para cultivo agrícola e árvores nativas para corte, demonstrando que a partir do estabelecimento da frente lusa, os recursos naturais do ambiente nos entornos do Rio Taquari seriam privatizados e esgotados para fins econômicos, sem a preocupação da manutenção da fauna e flora nativa, transformando a natureza em um bem econômico e passível de exploração.

Com base no que foi analisado ao longo deste capítulo pode se apontar que o avanço da frente de expansão lusa trouxe consigo impactos e transformações consideráveis. Principalmente em termos econômicos, ambientais e sociais. A adaptabilidade de uma atividade econômica por meio da agricultura foi o pontapé inicial para o desenvolvimento econômico do que viria a se conhecido como região do Vale do Taquari. Contudo sem deixar de apresentar desdobramentos no campo social atinente a mão de obra escrava, os indígenas e os excluídos da terra. Que estaria à margem do desenvolvimento econômico e social a partir da Lei de Terras de 1850, momento no qual estas áreas se preparavam para receber levas de imigrantes alemães que iriam reproduzir a mesma atividade econômica, só que em estruturas menores.

Ao longo do capítulo foram expostos três documentos de grande relevância para a história do Vale do Taquari, correspondências da subdelegacia de Taquari trazem consigo

informações atinentes ao contexto de implantação do primeiro estabelecimento econômico europeu nos entornos territoriais da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, no modelo de fazendas e da agricultura e exploração dos recursos naturais. Trazendo episódios aonde transparecem desdobramentos para os grupos humanos, como indígenas, escravos e pardos que estavam estabelecidos neste período. Demonstrando que a atividade econômica implantada pelas fazendas representou um novo parâmetro para os entornos do Rio Taquari, com o estabelecimento da agricultura da posse privada da terra, que possibilitou a implantação dos imigrantes alemães na segunda metade do século XIX, mas este contexto extrapola o escopo proposta esta pesquisa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o problema de pesquisa, que foi, identificar os desdobramentos socioambientais provocados pelo estabelecimento de sesmarias e fazendas nos entornos da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, identificando as principais atividades econômicas. Neste sentido, também procurou compreender aspectos ligados à possibilidade econômica, elementos relacionados ao estabelecimento das fazendas, dos grupos humanos localizados nestes espaços, e possibilidades naturais, localização das sesmarias e fazendas além da contextualização de elementos políticos e socioeconômicos.

Vale reforçar que os entornos da Bacia do Rio Taquari têm registros de ocupação que datam há pelo menos mil anos do tempo presente. Com base na arqueologia apontou-se que os principais grupos ocupantes ao menos em relação ao período colonial eram grupos pertencentes à etnia Guarani e Kaingang. Sendo assim, com base nos resultados de pesquisas arroladas no decorrer do texto da dissertação, também considerou-se que até pelo menos o século XVIII, a região que hoje é denominada de Vale do Taquari mantinha a dinâmica econômica e cultural principalmente destes dois grupos indígenas, de onde retiravam a sua subsistência e base do seu modo de vida.

Com a chegada do elemento europeu, já pelo menos desde o século XVII, dentre estes os jesuítas e bandeirantes, os territórios dos entornos da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari sofreram modificações socioambientais. Mas é a partir da segunda metade do século XVIII, dentro de um contexto belicoso entre as coroas ibéricas, considera-se que este cenário tenha se modificado de forma muito rápida. Pois os registros apontam para uma ocupação de bases sólidas, através do estabelecimento de capelas, vilas, doação de sesmarias e desenvolvimento de fazendas. Zarth (1997) salienta que as doações faziam parte de um processo de ocupação do sul da América portuguesa, direcionando as possessões a chefes militares.

Foi possível constatar que os grupos humanos que passaram a se estabelecer nos entornos do Rio Taquari, dentre eles sesmeiros/estancieiros, casais açorianos, caboclos ervateiros, pobres lavradores e escravos negros, trouxeram consigo além de todo um aparato material e natural da biota e cultura europeia necessária para o estabelecimento das fazendas, nunca antes visto nestes espaços. Portanto uma nova perspectiva sobre este território, relacionada principalmente a posse privada da terra e do estabelecimento da atividade agrícola.

Esta nova atividade econômica, voltada para a agricultura e implantada com essa frente lusa, se fez através da doação de sesmarias e estabelecimento de fazendas. Neste sentido é que as doações de sesmarias a partir da segunda metade do século XVIII e que se intensificaram a partir do final deste século, se direcionaram em direção norte da Bacia do Rio Taquari, adentrando cada vez mais em território indígena.

É possível caracterizar a Bacia do Rio Taquari, localizada na chamada depressão central, como uma área de floresta parte do bioma Mata Atlântica. Portanto, são estas condições geoambientais, edafoclimáticas de clima, altitude, bioma, que possibilitaram identificar os elementos para o desenvolvimento de uma agricultura, em contrariedade ao modelo geral da economia sul-rio-grandense do período, voltada em sua grande maioria para a pecuária, principalmente na região do pampa sulino, uma área de campo.

Apesar de a estrutura fundiária ser semelhante ao restante da Província, que era de grandes áreas voltadas para a pecuária, foi possível verificar que a estrutura econômica fora condicionada pelo ambiente para o desenvolvimento da agricultura, muito provavelmente pelo terreno acidentado e pelas condições de uma área de floresta. Em grande parte dos autos de medição e correspondências da época analisadas para esta pesquisa e da bibliografia referente ao período em estudo foi possível constatar que a principal atividade nos entornos da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari era a agrícola e de extração de madeira. Todas as atividades econômicas como a agricultura e a extração da madeira, provavelmente voltadas para um mercado interno, tirando a produção do trigo e da erva-mate que possivelmente eram voltadas para fora da depressão central e no caso do trigo, para fora do estado.

Com base em Osório (2004), ao olharmos para a documentação os sesmeiros e fazendeiros dos entornos do Rio Taquari de meados do século XVIII até meados do século

XIX, se tratavam de estancieiros que produziam a chamada lavoura. Isto é, o que mais aparece na documentação pesquisada é a palavra cultura (cultivo), que conforme a autora designava a agricultura. Destacam-se neste sentido a lavoura de milho, trigo, feijão e mandioca e a produção de farinha por meio da presença de moinhos.

Com a verificação da atividade agrícola como principal fonte da atividade econômica dos entornos do Rio Taquari na primeira metade do século XIX, é possível considerar que mesmo antes da chegada do imigrante alemão e italiano para a região, já se fazia uso da agricultura como principal fonte de rendimento nestas áreas. O que possibilita inferir que o Vale do Taquari se inseria no ciclo econômico regional do estado do Rio Grande do Sul muito antes da chegada do imigrante alemão. Situação que até o período presente e mesmo no senso comum se acreditava no pioneirismo dos imigrantes alemães e italianos na prática da agricultura em territórios da Bacia do Rio Taquari.

Ou seja, os espaços nos entornos do Rio Taquari desde os tempos dos indígenas Guarani e Kaingang se tratou de um espaço onde estes grupos extraíam a sua subsistência, entretanto com a chegada do elemento luso das fazendas e o desenvolvimento da agricultura se tem um ponto de ruptura e início de um novo modelo econômico de posse privada da terra, caracterizado pelo plantio visando um excedente e da extração, principalmente de madeiras transformadas em lucro, isto desde o decorrer de meados do século XVIII. Sendo assim, somente com a Lei de Terras de 1850, tem-se um redimensionamento deste primeiro processo ocupacional e econômico em territórios dos entornos da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, por parte do projeto português e brasileiro.

Pôde-se considerar que muito antes da Lei de Terras de 1850, diversos grupos já construía a história do lugar, como visto Guarani, Kaingang, açorianos, sesmeiros e africanos escravizados. Considera-se também que a Lei de Terras de 1850 foi um divisor para a ocupação de terras, negando a legitimidade dos ocupantes nativos, tais indígenas e caboclos e impossibilitando a ocupação de grupos menos favorecidos.

Como visto, característico da primeira metade do século XIX, fora também a compra e venda das fazendas e ocupação das chamadas terras devolutas, por parte dos grandes donos de terra dos entornos do Rio Taquari. Visto que, verificava-se na época uma elevação dos preços das terras com a chegada do imigrante alemão e o loteamento das terras para o

estabelecimento destes. Este processo fora concretizado após a Lei de Terras de 1850 quando as companhias de loteamento de terras para a imigração, como a Fialho e Batista, passam a comprar estas terras para o estabelecimento de colônias para onde os imigrantes eram dirigidos.

Característico dos desdobramentos do estabelecimento do avanço da frente lusa são os conflitos envolvendo os Kaingang com membros das fazendas. Considera-se que estes conflitos, entre Kaingang e membros das fazendas tenham ocorrido em função da produção de milho, além disto, tratava-se de uma produção muito comum para os territórios da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari e da Bacia Taquari-Antas daquele período. E para os Kaingang tratava-se de um espaço de bem comum longe da lógica do homem branco de privatização da terra. Para tanto é preciso levar em consideração as premissas de Pádua (2010) que considera que a natureza é construída culturalmente nas diferentes sociedades e possui características dinâmicas. Portanto não é somente um espaço onde a história do homem se desenrola, é uma relação de troca entre ambos.

Em relação à questão ambiental é necessário considerar que no âmbito da flora, de um bioma de Mata Atlântica, o estabelecimento das sesmarias e fazendas, trouxe consigo a perspectiva do extrativismo. Destacam-se o extrativismo das chamadas madeiras de lei ou arvores nativas para a produção tábuas. E esta extração condizia com o contexto histórico do Brasil descrito por Dean (1996), em que extrativismo florestal acontecia aquém das leis do regime florestal do Brasil no século XIX.

Considera-se que é possível verificar os desdobramentos nos entornos territoriais da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari na segunda metade do século XVIII e na primeira metade do século XIX. Os desdobramentos do estabelecimento de uma nova atividade econômica, que vai além da mera subsistência, sendo que agricultura passa a partir de então ser a principal atividade econômica, o que fez com que os entornos do Rio Taquari pela primeira vez entrassem no círculo econômico da América portuguesa. Buscou-se ao longo do trabalho compreender e analisar os desdobramentos socioambientais, sendo possível verificar que o contexto político belicoso entre as Coroas Ibéricas intensificou a ocupação lusa no sul da América Portuguesa, neste contexto em relação a doação de terras, foram favorecidos membros de uma elite militar que auxiliavam no intento português de ocupar o Rio Grande do Sul. Na Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, foi possível verificar que as doações se deram a

partir dos Campos de Viamão em direção a baliza fluvial do Rio Jacuí adentrando e seguindo direção norte na Bacia do Rio Taquari em meados da segunda metade do século XVIII. Nestes espaços dos entornos do rio foram estabelecidas fazendas, que conforme os autos de medição Francisco Silvestre Ribeiro de 1846, de Francisco Machado de Castilho de 1883, de Primórdio Centeno de Azambuja 1842, de José Ignácio de Moraes 1815, de Ricardo Vila Nova 1815 e a Correspondência de 1847, bem como a bibliografia analisada para esta pesquisa, verificou-se que a principal atividade econômica era a agricultura. Neste sentido, também se observou que as condições geoambientais favoreceram o desenvolvimento de uma economia agrícola, visto que se trata de uma área muito rica em termos de solo, mas bastante acidentada, situação que não favorece a pecuária, a qual no período estudado era principal fonte econômica do Rio Grande do Sul nas áreas de campo. Além da riqueza do solo também a navegabilidade favoreceu o estabelecimento nos entornos do Rio Taquari, levantou também a hipótese de que o estabelecimento da frente lusa sobre os territórios do Rio Taquari trouxe desdobramentos socioambientais, se confirma da correspondência da subdelegacia de Polícia de Taquari de 1836 e 1845, em que são registrados conflitos entre os Kaingang e membros das fazendas, em que são listados além dos indígenas, um pardo e um escravo. No âmbito ambiental, os desdobramentos podem ser vistos, a partir da nova forma de manejo da terra e da flora, em que estas últimas passam a ser um elemento a ser explorado a exaustão, aproveitando a navegabilidade do Rio Taquari, para o transporte e escoamento da produção agrícola e da madeira. Além da privatização do espaço, que com a chegada da frente lusa modificou a lógica ocupacional indígena e pela primeira vez estabeleceu limites privados para a terra e suas riquezas naturais. No âmbito social, os principais desdobramentos, são os conflitos ocorridos entre indígenas Kaingang e membros da frente lusa das fazendas, o que só ocorreu em função da chegada de novos elementos trazidos dentre eles, escravizados, sesmeiros, loteadores, arrendatários e posteriormente imigrantes europeus, que se somaram aos tradicionais ocupantes, e a forma difusa do manejo e posse da terra. Conclui-se, portanto que todo este processo representou uma primeira etapa econômica do projeto colonizatório para a região, inserindo estas áreas na economia da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

Documentais

AUTO DE MEDIÇÃO de 1861. Auto de Medição nº 12. Proprietários: Vitorino José Ribeiro e Anna Emília Sampaio Ribeiro, 1861, Taquari. *AHRS*. Fundo Lei de terras de 1850.

AUTO DE MEDIÇÃO nº ...?, de 1880. Auto de medição, autoria de Pedro Rodrigues Machado, Estrela. *AHRS*. Fundo Lei de Terras de 1850.

AUTO DE MEDIÇÃO nº 2017 de 1887. Auto de medição, autoria de Joaquim Alves Xavier, Estrela. *AHRS*. Fundo Lei de Terras de 1850.

AUTO DE MEDIÇÃO nº 696, de 1876. Auto de medição, autoria de Primórdio Centeno de Azambuja, Estrela. *AHRS*. Fundo Lei de Terras de 1850.

CODEVAT. Plano estratégico de desenvolvimento do Vale do Taquari 2015- 2030 / Cíntia Agostini (Coord.) - Lajeado : Ed. da Univates, 2017.

CORRESPONDÊNCIA de 15 de fevereiro de 1845. Correspondência da Subdelegacia de Polícia de Taquari de 1845, *AHRS*. Maço 57. Corpo Policial.

CORRESPONDÊNCIA de 1847 s/data. Correspondência da Subdelegacia de Polícia de Taquari de 1847, *AHRS*, Maço 57. Corpo Policial.

CORRESPONDÊNCIA de 1847 s/data. Correspondência da Subdelegacia de Polícia de Taquari de 1847, *AHRS*, Maço 57. Corpo Policial.

CORRESPONDÊNCIA de 19 de dezembro de 1836. Correspondência do Corpo Policial de Taquari de 1836, s/nº, *AHRS*. Maço 144, Corpo Policial.

DOAÇÃO DE SESMARIA de 1809. Carta de petição de sesmaria de Francisco Antônio de Souza no ano de 1809. *AHRS*. Fundo Sesmarias.

DOAÇÃO DE SESMARIA de 1813. Carta que comprova a doação de sesmaria a Francisco Antônio de Souza no ano de 1813. *AHRS*. Fundo Sesmarias.

DOAÇÃO DE SESMARIA de 1815. Carta de petição de sesmaria de Ricardo José Villa Nova no mês de março do ano de 1815. *AHRS*. Fundo Sesmarias.

DOAÇÃO DE SESMARIA de 1815. Carta que comprova a doação de sesmaria a Ricardo José Villa Nova no mês de abril do ano de 1815. *AHRS*. Fundo Sesmarias.

DOAÇÃO DE SESMARIA de 1815. Carta que comprova a doação de sesmaria a Ignácio José de Moraes no ano de 1815. *AHRS*. Fundo Sesmarias.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De província a estado do Rio Grande do Sul: Censo do Rio Grande do Sul de 1803-1950*. Porto Alegre, 1981.

MAPA do Exercito Imperial descrevendo as bacias hidrográficas e relevo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul . Nº 63, Móvel 01, *AHRS*.

RELATÓRIO de 24 de agosto de 1861. Relatório da sociedade Batista Fialho & Companhia à Secretaria do Governo da Província, s/nº, *AHRS*. Maço 57, Imigração, Terras e Colonização.

PORTAL do Vale do Taquari. Disponível em:<<http://www.cicvaledotaquari.com.br/>>. Acesso em: 09 de jan. 2019.

SINOPSE DAS CONCEÇÕES DE SESMARIA de 1762. Disposição da sesmaria Francisco Machado Fagundes da Silveira, concedida por Gomes Freire de Andrade no ano de 1762. Sinopse das concessões de sesmarias na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. *APERS*, livro nº 3, f. 204.

SINOPSE DAS CONCEÇÕES DE SESMARIA de 1780. Disposição da sesmaria Francisco da Silva, concedida José Marcellino de Figueiredo no ano de 1780. Sinopse das concessões de sesmarias na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. *APERS*, livro nº 9, f. 65.

SINOPSE DAS CONCEÇÕES DE SESMARIA de 1796. Disposição da sesmaria de Antonio de Vargas, concedida por Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Camara no ano de 1796. Sinopse das concessões de sesmarias na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. *APERS*, livro nº10, f. 223.

SINOPSE DAS CONCEÇÕES DE SESMARIA de 1798. Disposição da sesmaria do José da Silva Lima e seus irmãos, concedida pelo Conde de Rezende no ano de 1798. Sinopse das concessões de sesmarias na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. *APERS*, livro nº10, f. 138.

SINOPSE DAS CONCEÇÕES DE SESMARIA de 1800. Disposição da sesmaria de João Ignácio Teixeira, concedida pelo Conde de Rezende no ano 1800. Sinopse das concessões de sesmarias na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. *APERS*, livro nº10, f. 226.

SINOPSE DAS CONCEÇÕES DE SESMARIA de 1800. Disposição da sesmaria de José Ignácio Teixeira, concedida pelo Conde de Rezende no ano 1800. Sinopse das concessões de sesmarias na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. *APERS*, livro nº10, f. 226.

SINOPSE DAS CONCEÇÕES DE SESMARIA de 1800. Disposição da sesmaria de José Theodoro da Ferreira, concedida pelo Conde de Rezende no ano de 1800. Sinopse das concessões de sesmarias na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. *APERS*, livro nº10, f. 115.

SINOPSE DAS CONCEÇÕES DE SESMARIA de 1814. Disposição da sesmaria de Antonio da Costa Leite, concedida Dom Diogo de Souza no ano de 1814. Sinopse das concessões de sesmarias na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. *APERS*, livro nº10, f. 164.

SINOPSE DAS CONCEÇÕES DE SESMARIA de 1814. Disposição da sesmaria de Juliana Rosa da Costa, concedida Dom Diogo de Souza no ano de 1814. Sinopse das concessões de sesmarias na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. *APERS*, livro nº10, f. 104.

SINOPSE DAS CONCEÇÕES DE SESMARIA de 1814. Disposição da sesmaria de Francisco Antonio de Souza, concedida Dom Diogo de Souza no ano de 1814. Sinopse das concessões de sesmarias na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. *APERS*, livro nº10, f. 27.

SINOPSE DAS CONCEÇÕES DE SESMARIA de 1815. Disposição da sesmaria de Ignacio José Vicente da Fonseca, concedida pelo Marquez de Alegrete no ano de 1815. Sinopse das concessões de sesmarias na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. *APERS*, livro nº10, f. 173.

SINOPSE DAS CONCEÇÕES DE SESMARIA de 1816. Disposição da sesmaria de José Cezario de Abreu, concedida pelo Marquez de Alegrete no ano de 1816. Sinopse das concessões de sesmarias na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. *APERS*, livro nº10, f. 56.

SINOPSE DAS CONCEÇÕES DE SESMARIA. Disposição da sesmaria de José Cezario de Abreu, concedida pelo Marquez de Alegrete no ano de 1816. Sinopse das concessões de sesmarias na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. *APERS*, livro nº10, f. 56.

SINOPSE DAS CONCEÇÕES DE SESMARIA. Disposição da sesmaria do Capitão Manoel Jesus Ferreria, concedida pelo Conde de Rezende no ano de 1800. Sinopse das concessões de sesmarias na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul *APERS*, livro nº9, f. 233.

Bibliográficas

AHLERT, Lucildo; GEDOZ, Sirlei T. *Povoamento e desenvolvimento econômico na região do Vale do Taquari, RS – 1822 a 1930. Estudo & Debate*, Lajeado, ano 8, n. 1, p. 1-32, 2001.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida; PAULINO, Eliani Tomiasi. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. *Geografia*, Londrina, v. 9, n. 2, p. 113-127, jul./dez. 2000.

ANDRADE, Daniel Caixeta. Economia e meio ambiente: aspectos teóricos e metodológicos nas visões neoclássicas e da economia ecológica. *Leituras de Economia Política*. Campinas, n.14, p. 1-31, ago-dez,2008.

ARRUDA, Gilmar. Bacias hidrográficas, história ambiental e temporalidades. *Revista de História Regional*. v. 20 (2): p. 209-231. 2016.

BARROSO, Vera Lúcia. O tropeirismo na formação do sul. In: *Colônia*. Coord. Nelson Boeira, Tau Golin. Passo Fundo: Méritos, 2006 – v.1, p. 171-185.

BARTH, Frederik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: BARTH, Frederik. LASK, Tomke (org.). *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Tradução de John Cunha Comerford Rio de Janeiro: Contracapa, ([1969]) 2000. p. 25-67.

BECKER, Ítala Irene Basile. *O índio Kaingáng no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo-RS: Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS, [1976] 1995.

BUSOLLI, Jonathan. *A Terra Indígena Pó Máq, Tabai/RS no contexto da territorialidade Kaingang em áreas da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas*. 2015. 121 f. Graduação (Monografia) . Curso de História, Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2015.

CHRISTILINO, Cristiano. *Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações de terras na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889)*. 2004. 374 f. Dissertação (Mestrado em História da América Latina) – UNISINOS, São Leopoldo, 2004.

CORREA, Silvio Marcus de Souza; BUBLITZ, Juliana. *Terra de promessa: uma introdução a éco-história do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2006.

CRISTO, Tuani de. *Historicidade e fronteiras culturais entre Guarani e Jesuítas em territórios da Província do Tape (1626-1638)*. 128 f. Monografia (Curso de História). Lajeado: UNIVATES, 2016.

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DORNELLES, Soraia Sales. A história em As vítimas do bugre, ou como tornar-se bugre na História. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 18, n. 34, p. 245-278, dez. 2011.

ECKERT, Kleber. *Leituras nativas de região: as relações de regionalidade no Vale do Taquari, RS*. 2009, 91 f. Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade). Universidade de Caxias do Sul, 2009.

FAORO, Raimundo. *Os donos do Poder*. São Paulo: Globo, 5. ed, 2012.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

FERRI, Genuíno. *Rio Taquari-Antas – influência no povoamento e colonização*. Lajeado: *Anais do Simpósio Raízes do Vale, 1 e 2*. Lajeado: Grafozem, p. 13 a 26, 2000.

FIEGENBAUM, Jones. *Os artesões da pré-história do Vale do Taquari e sua cultura material*. Monografia (Graduação). Lajeado: UNIVATES, 2006.

FRANZ, Eloísa. *O negro taquariense: do escravismo ao abolicionismo*. 91 f. Monografia (Licenciatura em História). Lajeado: Universidade do Vale do Taquari, Julho de 2009.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro Fragoso. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 7. ed., São Paulo: Editora Nacional, 1979.

GERHARDT, Marcos. *História Ambiental da Erva-Mate*. Santa Catarina, 2013. 290 f. Tese (Doutoramento em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas Santa Catarina. 2013.

GODOY, Arlinda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. São Paulo-SP: *Rev. adm. Empresas*, 1995.

GOLIN, Tau. *A Fronteira*. Porto Alegre: LePM, 2002.

GORENDER, Jacob. *O escravismo Colonial*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1992.

GREGORY, Josemir. *Fazenda da Estrella: um estudo de caso envolvendo posse territorial e negociações no sul do Brasil durante o século XIX*. 2015. 53 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de História II), Centro Universitário do Vale do Taquari, dez. 2015.

GUAZZELLI, Cezar Augusto Barcellos. O Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX: Estados-nações e regiões provinciais no rio da Prata. In: GRIJÓ, Luís Alberto. KÜHN, Fábio. GUAZZELLI, César Augusto (Coord.) *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 91-120.

HERLEIN Jr, Ronaldo; CARVALHO, Vera Refina F.O vale do Taquari (Rio Grande do Sul) durante o período colonial brasileiro – 1500 – 1822. In: SIMPÓSIO: *Historias subregionales de Rio Grande do Sul y Uruguay: Ocupacion territorial, inmigraciones y desarrollo socioeconômico*. 2002, p. 1 -26. Disponível em: < http://www.cicvaledotaquari.com.br/wp-content/uploads/artigo_sobre_o_periodo_colonial.pdf.> historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*, n. 114,. p. 179-195, 2001.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de; GONÇALVES, Marcos Augusto. *Cultura e participação nos anos 60*. 5.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

INVERNIZZI, Marina. *Kaingang em Territórios da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas e Caí, Rio Grande do Sul: Relações Socioculturais e Ambientais*. 2017, 144f. Dissertação (mestrado) - Curso de Pós-graduação em Ambiente e Desenvolvimento. Universidade do Vale do Taquari UNIVATES, Lajeado, 2017.

KREUTZ, Marcos Rogério. *O Contexto Ambiental e as primeiras ocupações humanas no Vale do Taquari*. 2008. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento). Lajeado: Univates, 2008.

_____. Marcos Rogério; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. *O povoamento do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul*. Lajeado: [s.n], 2017.

KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Leitura XXI, 2007.

_____. Gente da Fronteira: sociedade e família no sul da América portuguesa – século XVIII. In: GRIJÓ, Luiz Alberto et all. *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004. p. 47-74.

_____. *Gente da Fronteira: Família e Poder no Continente do Rio Grande – Campos de Viamão, 1720- 1800*. São Leopoldo, Brasil: Oikos, 2014.

LAPPE, Emelí. *Natureza e Territorialidade: um estudo sobre os Kaingang das Terras Indígenas Linha Glória/Estrela, Por Fi Gâ/ São Leopoldo e Foxá/Lajeado*. 2012. 133f. Monografia (Graduação) - Curso de História, Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2012.

_____. *Espacialidades sociais e territoriais Kaingang: Terras Indígenas Foxá e Por Fi Gâ em contextos urbanos dos rios Taquari-Antas e Sinos*. 207 f. Dissertação. Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, Centro Universitário Univates, Lajeado, 2015.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808–1889). *Pesquisas*. Antropologia nº 56. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS, 2000.

LEÃO, Igor Zanon Constant Carneiro; CARVALHO, Anna Luiza Barbosa Dias de. *Uma introdução à história econômica*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 17, n. 3 (34), p. 539-548, dez. 2008.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo-SP: HUCITEC, 1997.

MESQUITA, Zilá. Procura-se o coração dos limites. In: LEHNE, Carlos Castelo, Iara Regina; SCÄFFER, Neiva Otero (org). *Fronteiras no mercosul*. Porto Alegre. UFRGS, Ed. Prefeitura Municipal de Uruguaina, 1994, p. 69 – 73.

MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia S. *Manual de metodologia da pesquisa no Direito*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

MIGUEL, Lavois de Andrade. Entre os campos e floresta: origem e evolução da agricultura no Rio Grande do Sul/BRASIL. In: *Séminaire franco-brésilien , Dialogues contemporains sur la question agraire et l'agriculture familiale au Brésil et en France*, p. 1-18, 2013.

MIRANDA, Márcia Eckert. De comandância militar à Província: A administração do Rio Grande de São Pedro (1737-1824). In: CARELI, Sandra da Silva, KNERMIM, Luiz Cláudio. *Releituras da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, CORAG, 2011, p. 89-114.

NEUMANN, Eduardo Santos. Uma fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande – século XVIII. In: GRIJÓ, Luís Alberto. KÜHN, Fábio. GUAZZELI, César Augusto (Coord.) *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 25-46.

NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana no sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000. *Revista USP*. São Paulo-SP, n. 44, p. 218-269, dezembro/fevereiro 1999-2000.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. “Estudo de Áreas de Fricção Interétnica no Brasil”. In: *América Latina*, ano V, n. 3, Rio de Janeiro, 1962, p. 85-90.

OSÓRIO, Helen. Estancieiros que plantam, lavradores que criam e comerciantes que charqueiam: Rio Grande de São Pedro, 1760-1825. In: GRIJÓ, Luiz Alberto, KÜHN, Fábio, GUAZZELLI, César Augusto Barcellos, NEUMANN, Eduardo Santos; OSÓRIO, Helen.

Capítulos de História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 75 - 90.

PADOIN, Maria Medianeira. A Revolução Farroupilha. In: *Império*. Coord. Nelson Boeira, Tau Golin. Passo Fundo: Méritos, 2006 – v. 02, p. 39-69.

PÁDUA, José Augusto. As Bases Teóricas da História Ambiental. São Paulo-SP. *Estudos Avançados* nº 24, p. 81-101, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/250982747> As bases teoricas da historia ambiental. Acessado em : 22/01/2019.

PICOLLO, Helga. *Vida Política no século XIX*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*, n. 114, p. 179-195, 2001.

PIRES, Karen. *O trabalho escravo e suas implicações na paisagem urbana e rural de Taquari, Estrela e Santo Amaro/ RS – final do século XIX*. 2016. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Centro Universitário Univates, Lajeado, dez. 2016.

PRADO, Fabrício Pereira; SOUZA, Susana Bleil de. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: GRIJÓ, Luís Alberto. KÜHN, Fábio. GUAZZELI, César Augusto (Coord.) *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 121-146.

PRESTES, Fabiane da Silva. *O bem viver Kaingang: as conexões entre os princípios da Teoria do Buen Viver e os saberes tradicionais que orientam o seu modo de ser*. 279 f. Dissertação de Mestrado. Lajeado: Universidade do Vale do Taquari, dez. 2018.

RAMBO, Balduino. *A fisionomia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre/RS. UFRGS, Caderno n. 31, 1954.

REICHEL, Heloísa Jochims. *As raízes históricas do Mercosul: a Região Platina colonial*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1996.

REINHEIMER, Dalva. A navegação fluvial na República Velha Gaúcha, iniciativa privada e setor público: ações e implicações dessa relação. 2007. 238 f. Tese (Doutorado em História) UNISINOS, São Leopoldo, dez. 2007.

RELLY, Eduardo. *Floresta, capital social e comunidade: imigração e as picadas teuto-brasileiras (1870-1920)*. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento). Lajeado: Universidade do Vale do Taquari, junho de 2013.

_____; MACHADO, Neli Galarce; SCHNEIDER, Patrícia. *História de Colinas: do Taiaçuapé a Colinas*. Lajeado: Ed. Da UNIVATES, 2008.

ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Vol. I. ed. Porto Alegre: Globo S. A., 1969.

ROSA, Cibele Caroline da. *Dos açores ao Vale do Taquari: aspectos da migração açoriana a partir das relações territoriais e ambientais na longa duração*. 101 f. Monografia (Curso de História). Lajeado: UNIVATES, 2017.

ROSTOW, W.W. *Etapas do desenvolvimento econômico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

SANTOS, Marcio Pereira. *A Paisagem como Imagem e Representação do Espaço na Geografia Humana*. São Paulo, Espaço e tempo, n. 28, p. 151-165, 2010.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHIERHODLT, José Alfredo. *Lajeado: V. 1: Povoamento, colonização, História Política*. 2. ed. Lajeado: Prefeitura Municipal (editor), 1993.

SCHMITT, Fernanda Chemin. *Elites e formação de espaços regionais- análise de documentos de Taquari no século XIX*. 65 f. Monografia (Licenciatura em História). Lajeado: Universidade do Vale do Taquari, junho de 2018.

SCHNEIDER, Fernanda. *Interpretação do espaço Guarani: um estudo de caso no Sul da Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta, Rio Grande do Sul, Brasil*. 2014, 220 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Centro Universitário Univates, Lajeado, 2014.

SCHNEIDER, Patrícia. *Cozer, Guardar e Servir: a cultura material do cotidiano no sítio Pré-colonial RS T 101 – Marques de Souza/RS*. 2008. Monografia (Graduação em História). Centro Universitário Univates, Lajeado, 2008.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi; BERUTE, Gabriel Santos. “Gentes das Ilhas”: repensando a migração do Arquipélago dos Açores para a Capitania do Rio Grande de São Pedro no século XVIII. In: SCOTT, Ana Sílvia Volpi; BERTUTE, Gabriel Santos; MATOS, Paulo Teodoro de (orgs). *Gentes das ilhas. Trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 a 1790*. São Leopoldo: Oikos, 2014, p. 105- 146.

SILVA, Adriana Fraga da. *Estratégias materiais e espacialidades uma arqueologia da paisagem do tropeirismo nos Campos de Cima da Serra*. 2006. 218f. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, janeiro de 2006.

SILVA, Caio Cobianchi da. Repensando o Brasil colonial: uma análise comparativa entre as obras formação do Brasil Contemporâneo e Homens de Grossa ventura. Artigo apresentado em XIV de História Regional- 1964-2014:50 anos do Golpe Militar. Maringá/PR, 2014.

SILVA, Cleidirose. *Cultura açoriana em Taquari e Paverama: costumes e religiosidade preservados ao longo do tempo*. 150 f. Monografia (Licenciatura em História). Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2009.

SILVA, Juciane Beatriz Sehn da. “*Eles viram que o índio tem poder, né*”: o protagonismo Kaingang na terra indígena Jamã Tÿ Tãnh/Estrela diante do avanço desenvolvimentista de uma frente pioneira. f . 257. Dissertação de Mestrado. Lajeado: Universidade do Vale do Taquari, dez. 2016.

TIBURI, Margarida. *Charqueadores, estancieiros e vereadores: elites econômicas e políticas nas margens do Jacuí (São Jerônimo – XIX)*. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráfica (CORAG), 2011.

TOMMASINO, Kimiye. Homem e Natureza na Bacia do Tibagi. In. TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lúcio Tadeu; NOELI, Francisco Silva. (Org.). *Novas Contribuições aos Estudos Interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina-PR: Eduel, 2004. p. 145-197.

TROMBINI, Janaíne. *Imigrantes italianos e seus descendentes na microrregião oeste do Vale do Taquari: História Ambiental e práticas culturais*. 229 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) - Centro Universitário Univates, Lajeado, dez. 2016.

VEDOY, Moisés Ilair Blum. *Contatos interétnicos: sesmeiros, fazendeiros, imigrantes alemães e indígenas Kaingang em territórios das bacias hidrográficas do Taquari-Antas e Caí*. 100 f. Monografia (Curso de História). Lajeado: UNIVATES, 2015.

VILLWOCK, Jorge Alberto; TOMAZELLI, Luiz José. Costeira do Rio Grande do Sul: gênese e paisagem atual: Regiões da Lagoa do Casamento e dos Butiazais de Tapes, Planície Costeira do Rio Grande do Sul. *Biodiversidade. Regiões da Lagoa do Casamento e dos Butiazais de Tapes, planície costeira do Rio Grande do Sul / Ministério do Meio Ambiente*. – Brasília: MMA / SBF, 2006. p. 20 - 34, 2007.

WOLF, Sidnei. *Paisagens e sistemas de assentamento: Um estudo sobre a ocupação humana pré-colonial na Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta\RS*. 2012. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Centro Universitário Univates, Lajeado, dez. 2012.

_____. *Um espaço na pré-história do Vale do Taquari*. Monografia (Curso de História). Lajeado: Centro Universitário Univates. Dez. 2010.

_____; MACHADO, Neli Teresinha Galarce; OLIVEIRA, Jean Lopes de. Arqueologia regional entre o forqueta e o Guaporé: o contexto de ocupação Jê pré-colonial no centro/nordeste do estado do Rio Grande do Sul. *Rev. Cadernos do Lepaarq*. Vol. XIII, nº26, 2016, p. 172-196.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.